



**APS**

Administração  
dos Portos de Sines  
e do Algarve S.A.

# **RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE 2014**

## ÍNDICE

Mensagem do Presidente	3
1. Perfil do Relatório	4
2. Produto Portuário	6
3. Relacionamento com as Partes Interessadas	8
4. Materialidade	13
5. Conteúdos Padrão Específicos	18
5.1. Informação sobre a Forma de Gestão	18
5.2. Categoria: Económica	19
5.3. Categoria: Ambiental	24
5.4. Categoria: Social – Subcategoria: Práticas Laborais e Trabalho Condigno	38
5.5. Categoria: Social – Subcategoria: Direitos Humanos	51
5.6. Categoria: Social – Subcategoria: Sociedade	52
5.7. Categoria: Social – Subcategoria: Responsabilidade pelo Produto	56
5.8. Outros	57
6. Conteúdos Padrão Gerais	58
7. Desenvolvimento Social e Cidadania	58
8. Igualdade entre Mulheres e Homens	63
8.1. Diagnóstico Quantitativo da Situação de Homens e Mulheres	65
8.2. Diagnóstico Qualitativo da Situação de Homens e Mulheres	77
8.3. Medidas Implementadas no Âmbito do Plano para a Igualdade de Género 2013/2015 e do Plano para a Igualdade de Género 2014/2017	79
9. Ética e Integridade	86
10. Sumário de Conteúdo da GRI	88
11. Lista de Acrónimos e Símbolos	100
12. Inquérito de Apreciação	103
13. Evolução das Respostas ao Inquérito de Autoavaliação	108
14. Relatório Único	116

## Mensagem do Presidente

O Relatório de Sustentabilidade, a par do Relatório de Gestão e Contas do Exercício e do Relatório do Governo Societário, referentes ao ano de 2014, demonstram o compromisso da empresa para com a sustentabilidade, divulgando a informação considerada materialmente relevante sobre a forma de gestão, bem como sobre o desempenho económico, ambiental, social e sobre os principais desafios para o futuro.

O ano de 2014 marcou uma alteração estrutural na atividade da APS, operado por via da publicação do Decreto-Lei nº 44/2014, de 20 de março, que procedeu ao alargamento da gestão da empresa aos portos de Faro e de Portimão e à sua redenominação para APS – Administração dos Portos de Sines e do Algarve, SA (APS), produzindo um impacto transversal em todos os indicadores de desempenho relatados, e que implicará um esforço de investimento adicional muito significativo e a abertura a novas valências.

Em termos de desempenho económico, verificou-se um aumento do volume de negócios que refletiu o acréscimo da atividade da empresa, seja através do registo de um novo máximo de movimentação portuária no Porto de Sines, com um crescimento de 2,9% face ao ano anterior, seja pelo aumento da movimentação de contentores, que significou um acréscimo de 31,9% relativamente a 2013, tendo sido pela primeira vez ultrapassada a barreira do milhão de TEU por um porto nacional. O Porto de Faro movimentou 367 mil toneladas, em grande parte relativas à exportação de cimento proveniente da instalação industrial de Loulé, registando uma quebra de 6,1% face ao ano anterior mas continuando a trabalhar próximo do seu limite de capacidade, enquanto que pelo Porto de Portimão passaram 14,6 milhares de passageiros contra os 20,1 milhares do ano anterior, ano em que os portos do Algarve não eram ainda geridos pela APS.

No âmbito do desempenho ambiental, destaca-se a renovação da certificação de ambiente (ISO14001:2004) e de segurança e saúde no trabalho (OHSAS18001:2007), a par dos sistemas da qualidade (ISO9001:2008) e de segurança da informação (ISO/IEC 27001:2005).

Relativamente ao desempenho social, e para além das medidas que foram adotadas e que constam do presente Relatório, salienta-se a obtenção do Rótulo Europeu de Responsabilidade Social (CEEP Europeu) como reconhecimento pela qualidade dos serviços públicos e de interesse geral prestados, e como distinção pelas boas práticas empresariais no âmbito da Responsabilidade Social Corporativa, destacando-se também a revisão do Plano para a Igualdade de Género para o triénio 2014/2017, o cumprimento do Código de Ética e de Conduta e do Plano de Prevenção de Riscos de *Compliance*, que marcam o cumprimento e respeito da empresa pelas normas de referência.

A atividade regular do Fórum de Simplificação de Procedimentos (FSP) foi relevante na coordenação da troca de informações entre as diversas partes interessadas do negócio portuário, visando a melhoria e simplificação dos procedimentos operacionais e documentais das transações, com base em tecnologias de interoperabilidade informacional, que contribuíram decisivamente para o aumento da competitividade dos portos de Sines e do Algarve, continuando o FSP a assumir-se como uma estrutura de concertação e de estreitamento de relações de colaboração entre diversas entidades públicas e privadas com a atividade no porto.

Os resultados registados no ano de 2014, nunca poderiam ter sido alcançados sem o contributo imprescindível dos trabalhadores e trabalhadoras dos portos de Sines e do Algarve e sem o apoio e colaboração prestados pelo Conselho Fiscal e pelo Revisor Oficial de Contas, destacando-se ainda a colaboração proporcionada ao longo do ano pelos parceiros institucionais, ao nível local e regional, dos portos de Sines, Faro e Portimão, bem como por todos os clientes, fornecedores, concessionários, licenciados.

## 1. Perfil do Relatório

**(G4-22 e G4-23)** O presente Relatório de Sustentabilidade reporta-se ao desempenho da APS durante o ano de 2014, tendo sido elaborado de acordo com as diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI) na versão G4, à semelhança do Relatório de Sustentabilidade referido ao ano de 2013. Salienta-se que a APS elabora Relatórios de Sustentabilidade anuais desde o ano de 2009, inicialmente com base na versão G3 das diretrizes e protocolos da GRI, tendo nos anos de 2010, 2011 e 2012 seguido a versão G3.1 das diretrizes e protocolos GRI, autodeclarado e vendo reconhecido pela GRI o nível de aplicação “A” (não se recorreu a verificação dos Relatórios de Sustentabilidade por entidades externas, e por conseguinte não foi autodeclarado o nível de aplicação “A+”).

**(G4-17 e G4-23)** No Relatório de Sustentabilidade referente ao ano de 2014 optou-se por relatar a informação em conformidade com o modelo “de acordo – opção Abrangente”, reportando todos os conteúdos padrão gerais identificados pela GRI, pelo que no que respeita aos conteúdos padrão específicos foi efetuada uma análise de materialidade baseada numa abordagem qualitativa e quantitativa, através do envolvimento de partes interessadas internas e externas à APS, cuja metodologia é abordada com mais pormenor na parte referente à materialidade, reportando-se os Aspectos materiais que obtiveram a classificação média de “Muito Importante”, não integrando dados relativos à atividade de empresas participadas, empresas concessionárias, licenciadas ou outras.

**(G4-23)** Acresce ainda que os dados reportados referem-se unicamente à atuação e desempenho da APS, que no ano de 2014 passou a gerir, para além do porto de Sines, os portos comerciais de Faro e de Portimão, por efeito do Decreto-Lei nº 44/2014, de 20 de março, que estabeleceu o regime de transferência daqueles portos do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P. (IPTM), para a APS.

No Sumário de Conteúdo da GRI constante do final do presente Relatório, pode encontrar-se informação relativa às referências específicas a respostas a conteúdos padrão exigidos pela GRI, tendo em consideração que existe informação considerada material reportada em outros relatórios elaborados pela APS, particularmente no Relatório de Gestão e Contas e no Relatório de Governo Societário referentes ao ano de 2014, que se encontram publicamente divulgados e facilmente acessíveis na página eletrónica da APS.

A informação relatada encontra fundamento em disposições consagradas no Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, que aprovou o novo regime jurídico do setor público empresarial, e abrange as questões do produto portuário e do envolvimento de partes interessadas, a análise de materialidade que deu origem ao relato dos conteúdos padrão específicos, e termina com o Sumário de Conteúdo da



GRI, o Inquérito de Apreciação de preenchimento facultativo e com informação extraída do Relatório Único da empresa.

Quaisquer questões referentes ao relatório e/ou ao seu conteúdo, deverão ser dirigidas a:

Nome: Helena Maria Silva

Função: Diretora de Recursos Humanos

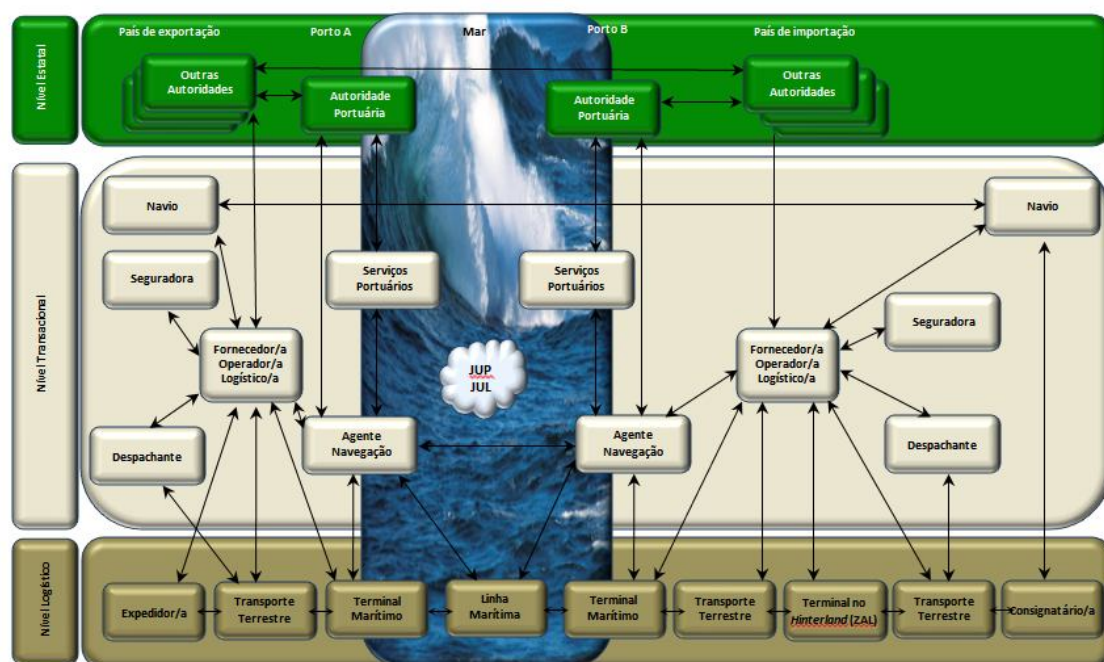
Telefone: +351 269 860 600 | Fax: +351 269 860 690

Correio eletrónico: [geral@apsinesalgarve.pt](mailto:geral@apsinesalgarve.pt) | Página eletrónica: [www.apsinesalgarve.pt](http://www.apsinesalgarve.pt)

Morada: APS—Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A., Apartado 16, EC Sines, 7521-953 Sines, Portugal

## 2. Produto Portuário

**(G4-25)** A prestação de serviços aos navios e às mercadorias é o produto portuário da APS, sendo um elemento integrante do sistema de transportes e elo da cadeia logística, competindo também à APS, enquanto autoridade portuária, a gestão das áreas dominiais atribuídas para outros fins não integrados no sistema de transportes. O produto portuário da APS inclui-se numa rede global de prestação de serviços, cuja comunicação geral e forma de relacionamento se podem traduzir no seguinte esquema:



Com a transferência dos portos comerciais de Faro e de Portimão do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P. (IPTM) para a APS em 2014, a APS passou a suceder ao IPTM em todas as atribuições e competências relativas às infraestruturas portuárias que constituem aqueles portos nos seus múltiplos aspetos de ordem económica, financeira e patrimonial, de gestão de efetivos, de administração do património do Estado que lhe está afeto e de exploração portuária, desenvolvendo as atividades que lhe sejam complementares, subsidiárias ou acessórias, e garantindo a segurança marítima e portuária, sucedendo-lhe ainda nas funções de autoridade portuária nas infraestruturas portuárias que constituem os portos comerciais de Faro e de Portimão.

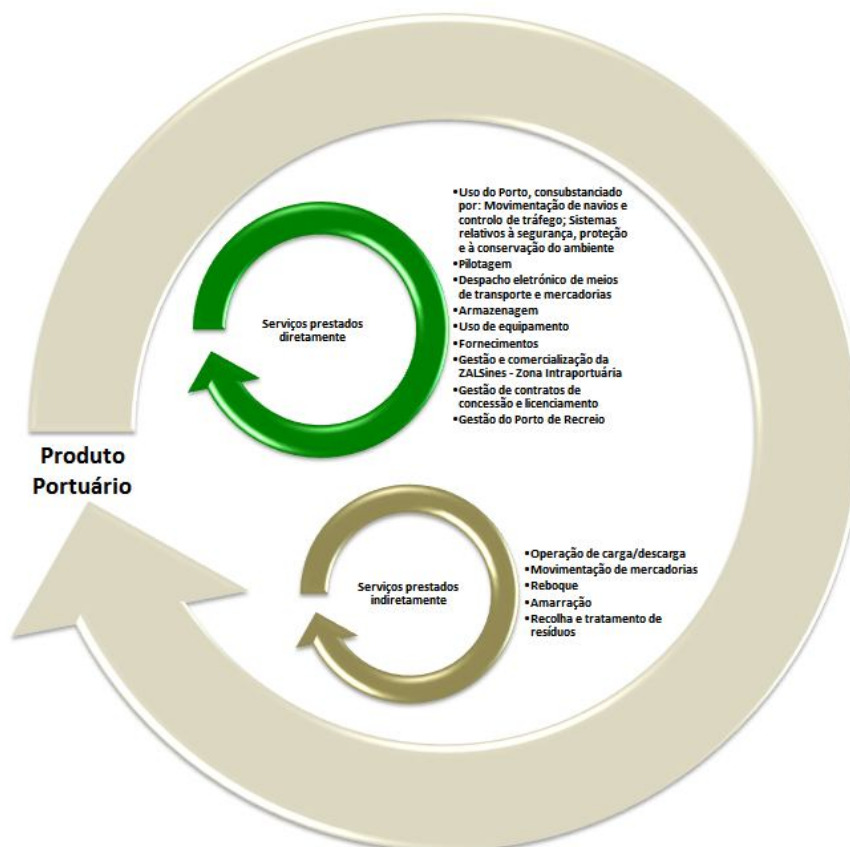
O porto comercial de Portimão tem uma vocação essencialmente turística, afirmando-se como destino de cruzeiros e atraindo mais visitantes para a região do Algarve, com o consequente valor acrescentado para a economia regional, apresentando também capacidade para a movimentação de

carga geral com condicionantes ao nível das acessibilidades terrestres pela sua inserção na malha urbana e da restrição a cargas limpas compatíveis com as atividades marítimas de lazer.

No porto comercial de Faro, o cimento produzido na cimenteira da Cimpor, em Loulé, é a principal carga exportada principalmente para a Argélia e para Cabo Verde, existindo também cargas de pedra, ferro e telha com destino a Gibraltar, bem como alfarroba algarvia que segue para Inglaterra, o sal de Olhão, o sal-gema de Loulé e o atum proveniente das armações ao longo da costa algarvia exportado para o Japão.

**(G4-25)** Os serviços portuários que convergem para a formação do produto portuário, podem ser assegurados de forma direta ou indireta, decorrente do modelo de gestão portuária implementado, sendo que os serviços que são assegurados de forma indireta são garantidos em nome da autoridade portuária por agentes económicos privados, como é o caso das concessões de serviço público, coexistindo ainda serviços prestados por entidades externas, de natureza privada, que pese embora contribuam para a formação do produto portuário, não são prestados em nome da autoridade portuária.

**(G4-25)** Os serviços prestados pela APS, de forma direta e indireta, encontram-se resumidos no seguinte esquema:



(G4-25) O produto portuário deve ser visto como um todo, tendo em consideração que a relação entre a autoridade portuária e os seus utilizadores é muitas vezes assegurada por intermédio de outras entidades, que conjuntamente mas de forma especializada no âmbito das suas funções, garantem a formação do produto portuário.

Durante o ano de 2014, a APS utilizou e registou as seguintes marcas:



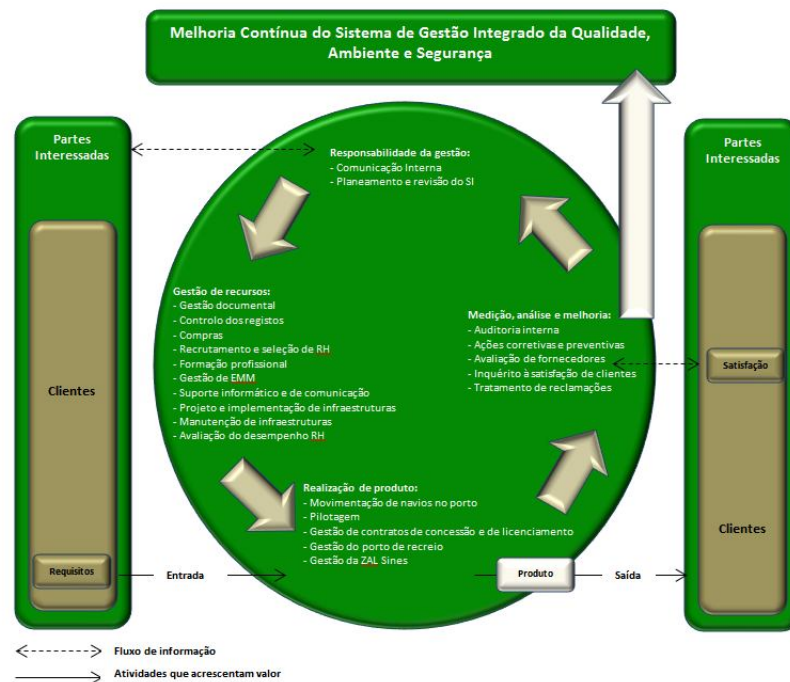
Porto de Recreio de Sines



ZalSines

### 3. Relacionamento com as Partes Interessadas

(G4-25) Nas diversas etapas que compõem os processos de realização do Sistema de Gestão Integrado, e sempre que justificável, são evidenciados os modos de envolvimento, análise e controlo sobre o cumprimento dos requisitos do cliente com o objetivo de ir ao encontro da sua satisfação tendo em consideração os interesses de todas as partes envolvidas, sendo a matriz de processos necessária ao Sistema de Gestão Integrado e o respetivo modo de relacionamento com as partes interessadas, a seguinte:

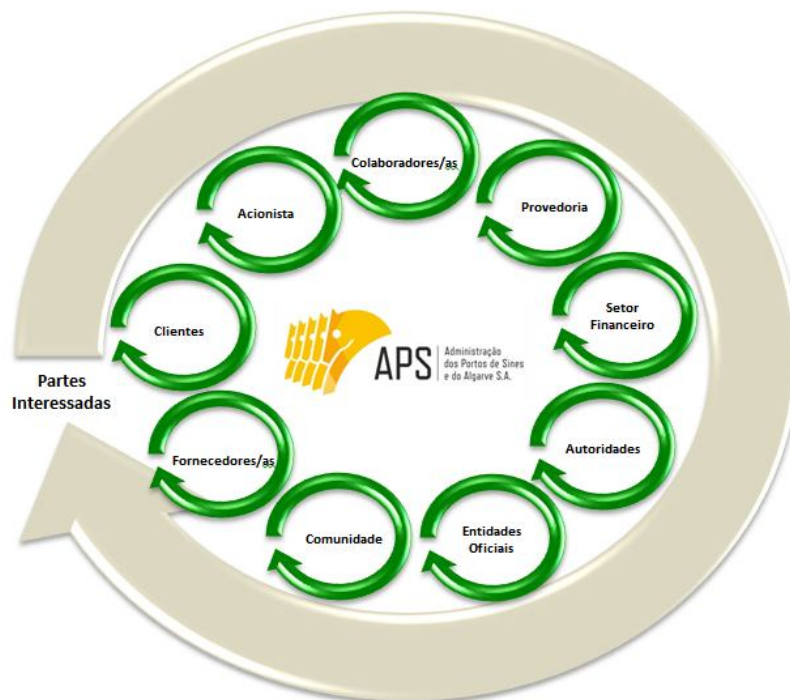


**(G4-25)** Da realidade atrás exposta resulta uma grande complexidade para a formação do produto portuário, pelo que para se atingir a qualidade, segurança, fiabilidade e competitividade na prestação dos serviços portuários, a Comunidade Portuária de Sines (CPSi) assume uma importância muito significativa, como forma de envolvimento e comunicação com uma parte significativa das partes interessadas. Esta reúne com o objetivo de coordenar esforços dos diferentes intervenientes, tendo em vista criar sinergias, adotar as melhores práticas e diminuir os custos decorrentes da sua participação num processo integrado e alargado, associado à movimentação de cargas no Porto de Sines.

A CPSi é constituída por uma multiplicidade de atores, como sejam concessionários/as, licenciados/as, carregadores/as/recebedores/as, empresas de trabalho portuário, empresas de estiva, empresas de reboque e amarração, agentes de navegação, transitários/as, despachantes, empresas de peritagem, empresas de transporte marítimo, fornecedores/as de navios, empresas instaladas na ZALSINES, a Associação Sindical dos Trabalhadores Administrativos, Técnicos e Operadores dos Terminais de Carga Contentorizada do Porto de Sines (Sindicato XXI), o Sindicato dos Trabalhadores Portuários de Mar e Terra de Sines (Sinporsines) e os dois Sindicatos de trabalhadores/as portuários/as do Porto de Sines, encontrando-se a Câmara Municipal de Sines representada na CPSi como Associada Honorária.

**(G4-25)** A APS considera como partes interessadas, pessoas, grupos ou organizações que afetam ou são afetados pelas atividades e produtos da APS, definindo formalmente, num sentido mais lato e para além das entidades que integram a comunidade portuária, as seguintes partes interessadas no desempenho do Sistema de Gestão Integrado da Qualidade, Ambiente e Segurança, (SI):

**G4-24**



**G4-25** Outro espaço de reunião periódico e privilegiado para analisar as principais questões e preocupações que são identificadas no envolvimento das partes interessadas é o Fórum para a Simplificação de Procedimentos (FSP), sendo ainda adotadas pela empresa outras medidas que permitem monitorizar informações relativas à satisfação sobre os serviços prestados, através do processo devidamente documentado de questionários e tratamento de reclamações no âmbito do Sistema de Gestão Integrado, permitindo beneficiar de uma relação transparente e eficiente com as partes interessadas.

Este processo permite que a APS possa melhorar os serviços que presta através do tratamento de reclamações e da identificação de tendências tendentes a eliminar as causas de reclamações, constituindo-se este processo como a base para a revisão e análise contínuas do processo de tratamento de reclamações e do SI, ao que acresce o facto de conter as responsabilidades e ações necessárias para o correto tratamento das reclamações proveniente de partes externas.

O Fórum de Simplificação de Procedimentos (FSP) manteve a sua atividade regular no ano de 2014, continuando a assumir-se como uma estrutura de concertação e de estreitamento de relações de colaboração entre diversas entidades públicas e privadas com a atividade nos portos. A ação do FSP em 2014 incidiu de modo relevante na coordenação da troca de informações entre as diversas partes interessadas do negócio portuário, visando a melhoria e simplificação dos procedimentos operacionais e documentais das transações, com base em tecnologias de interoperabilidade informacional, que contribuíram decisivamente para o aumento da competitividade dos portos de Sines e do Algarve.



Outro processo que permite identificar as oportunidades de melhoria para o SI é o processo de avaliação da satisfação do cliente, que visa medir o grau de satisfação dos clientes da APS através da aplicação de inquéritos. No âmbito deste processo encontram-se definidas responsabilidades e requisitos para realizar a avaliação da satisfação do cliente e estabelecer e manter os registos apropriados, como forma de determinar requisitos adicionais que melhorem a prestação da empresa e aperfeiçoem a relação com as partes interessadas.

O Provedor do Cliente do Porto de Sines assegura ainda a comunicação com os clientes, encontrando-se disponível na página eletrónica da empresa em [www.apsinesalgarve.pt](http://www.apsinesalgarve.pt) o perfil, estatuto e contactos do Provedor.

A divulgação de Relatórios de Gestão e Contas, de Relatórios do Governo Societário e de Relatórios de Sustentabilidade, constitui outro processo de comunicação com as partes interessadas, incluindo-se no inquérito de apreciação do Relatório de Sustentabilidade um conjunto de tópicos para avaliação pelas partes interessadas, no âmbito dos impactos económicos, ambientais e sociais. Para envolvimento das partes interessadas encontram-se implementados meios de comunicação que estão usualmente disponíveis 24 horas por dia, 365 dias por ano, nos seguintes termos **G4-26**:

Parte interessada	Descrição	Meios de comunicação
<b>Colaboradores/as</b>	Órgãos sociais, trabalhadores/as, aposentados/as, reformados/as e respetivas famílias, estagiários/as, estruturas representativas dos/as trabalhadores/as.	Reuniões, apresentação de sugestões, apresentação de reclamações, publicação de assuntos na página eletrónica da APS, Intranet, Portal do Colaborador, inquéritos por questionário, <i>clipping</i> diário, Sistema de Gestão Integrado, outros
<b>Acionista Único</b>	Estado Português.	Reuniões, Assembleia-Geral, Relatórios, Diretrizes legais, outros
<b>Clientes</b>	Navios e mercadorias, armadores, agentes de navegação ou outros representantes legais, empresas concessionárias ou licenciadas, empresas instaladas na ZALSINES, utilizadores/as do Porto de Recreio e transportadores/as terrestres.	Reuniões, Comunidade Portuária de Sines, Fórum para a Simplificação de Procedimentos, apresentação de sugestões, apresentação de reclamações, publicação de assuntos na página eletrónica da APS, Janela Única Portuária (JUP), Janela Única Logística (JUL), Sistema de Gestão Integrado, outros
<b>Fornecedores</b>	Organização ou pessoa que fornece produtos ou serviços à APS: produtor/a, distribuidor/a, retalhista, vendedor/a, prestador/a de serviço ou informação.	Reuniões, apresentação de sugestões, apresentação de reclamações, publicação de assuntos na página eletrónica da APS, Plataforma Eletrónica de Compras Públicas, Sistema de Gestão Integrado, outros
<b>Comunidade</b>	Proprietários/as terrenos contíguos – populações do sistema urbano Sines – Santiago do Cacém – Santo André, Instituições de ensino e científicas, Organizações não-governamentais; Associações empresariais e outras associações; Comunicação Social; Público em geral.	Reuniões, Comunidade Portuária de Sines, apresentação de sugestões, apresentação de reclamações, publicação de assuntos na página eletrónica da APS, outros



Parte interessada	Descrição	Meios de comunicação
<b>Entidades oficiais</b>	Departamentos governamentais; Serviços da Administração Direta do Estado; Serviços da Administração Indireta do Estado; Setor empresarial do Estado; Administração autónoma (local); Institutos e organizações da União Europeia.	Reuniões, participação de trabalhadores/as em grupos de trabalho específicos, apresentação de sugestões, apresentação de reclamações, publicação de assuntos na página eletrónica da APS, outros
<b>Autoridades</b>	Autoridade Aduaneira, Autoridade de Fronteiras, Autoridade Marítima, Autoridade de Sanidade Animal e Vegetal, Autoridade de Saúde.	Reuniões, Comunidade Portuária de Sines, Fórum para a Simplificação de Procedimentos, participação de trabalhadores/as em grupos de trabalho específicos, apresentação de sugestões, apresentação de reclamações, publicação de assuntos na página eletrónica da APS, outros
<b>Setor financeiro</b>	Entidades bancárias, analistas financeiros e seguradoras.	Reuniões, apresentação de sugestões, apresentação de reclamações, publicação de assuntos na página eletrónica da APS, outros
<b>Provedoria</b>	Provedor do Cliente do Transporte Marítimo do Porto de Sines.	Reuniões, apresentação de sugestões, apresentação de reclamações, publicação de assuntos na página eletrónica da APS, Relatórios de Sustentabilidade, contactos disponíveis na página eletrónica da empresa, outros

A empresa considera fornecedores locais os que se encontram sedeados no concelho de Sines, Faro e Portimão e nos concelhos limítrofes ou contíguos, pelo que no princípio da valorização da sociedade envolvente e da economia local, e sempre que possível, é dada prioridade ao mercado local na escolha de fornecedores de bens e serviços, ainda que o processo de contratação de fornecedores conste de documentos no âmbito do Sistema de Gestão Integrado.

Acresce que a APS é obrigada a cumprir as orientações da tutela em termos de mercados públicos e a legislação nacional e comunitária que lhe é aplicável, destacando-se as normas da Contratação Pública, sendo a evolução dos dados relativos a aquisições a fornecedores a seguinte:

DESIGNAÇÃO	APS			PORTO DE SINES	PORTO DE FARO	PORTO DE PORTIMÃO
	2012	2013	2014	2014		
Aquisições a fornecedores locais (c/ IVA)	1.175.927	790.495	1.072.911	n.d.	n.d.	n.d.
Aquisições a outros fornecedores (c/IVA)	4.978.077	5.709.469	6.186.530	n.d.	n.d.	n.d.
Total de Fornecimentos (Contas 62 e 31) (C/IVA)	6.154.004	6.499.964	7.259.441	n.d.	n.d.	n.d.
<i>Peso dos fornecedores locais nos Fornecimentos</i>	<i>19,11%</i>	<i>12,16%</i>	<i>14,78%</i>	n.d.	n.d.	n.d.

## 4. Materialidade

**(G4-18, G4-21 e G4-26)** Para identificação dos Aspectos mais relevantes a relatar no Relatório de Sustentabilidade, foi utilizada uma abordagem qualitativa numa primeira análise, onde foram tidas em consideração as disposições referentes a responsabilidade social constantes do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, que aprovou o novo regime jurídico do setor público empresarial e que por isso abrange também a atuação da APS, disposições essas que justificam a necessidade de se considerar alguns Aspectos constantes das diretrizes da GRI como materialmente relevantes, observando-se desde logo as expectativas das partes interessadas, designadamente do *shareholder*, ao nível da influência detida na empresa através da prestação de contas.

**(G4-18, G4-21 e G4-26)** A relevância dos temas a serem relatados encontra também fundamento em disposições consagradas no Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, que regulam a necessidade das empresas prosseguirem objetivos de responsabilidade social e ambiental, de proteção dos consumidores, de investimento na valorização profissional, de promoção da igualdade e da não discriminação, de proteção do ambiente e de respeito por princípios de legalidade e ética empresarial, a necessidade das empresas implementarem políticas de recursos humanos orientadas para a valorização das pessoas, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo do aumento da produtividade, tratando com respeito e integridade os/as seus/suas trabalhadores/as e contribuindo ativamente para a sua valorização profissional, e ainda a necessidade das empresas adotarem planos de igualdade tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, eliminar discriminações e permitir a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional.

**(G4-18, G4-21 e G4-26)** O disposto na Resolução do Conselho de Ministros nº 18/2014, de 7 de março, determinou também a adoção de várias medidas tendo em vista a promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens, destacando-se a obrigatoriedade de divulgação pública de relatório sobre as remunerações pagas a homens e a mulheres tendo em vista o diagnóstico e a prevenção de diferenças injustificadas naquelas remunerações, a obrigatoriedade de, na sequência daquele relatório, conceber medidas concretas a integrar nos planos para a igualdade que deem resposta às situações detetadas de desigualdade salarial entre mulheres e homens e a disponibilização às empresas, através da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, de uma ferramenta eletrónica que possibilite, a partir da inserção dos dados relativos aos trabalhadores e trabalhadoras, medir o grau das diferenças salariais existentes nas empresas e identificar situações concretas de diferenciações salariais entre mulheres e homens que não podem ser explicadas por fatores objetivos, para além da obrigatoriedade na adoção de outras medidas.

**(G4-18, G4-21 e G4-26)** Para além de constituir um dos valores que a APS assume na prossecução da sua missão, a transparência é outra das obrigações e responsabilidades estabelecidas no Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, nomeadamente no que respeita à informação a ser prestada ao titular da função acionista e ao público em geral, designadamente no que respeita ao modo como foi prosseguida a missão, o grau de cumprimento dos objetivos, à forma como foi cumprida a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos de prestação do serviço público, e em que medida foi salvaguardada a competitividade, designadamente pela via da investigação, do desenvolvimento, da inovação e da integração de novas tecnologias no processo produtivo.

**(G4-18, G4-20 e G4-26)** A par da abordagem qualitativa referida, foi também utilizada uma abordagem quantitativa no processo de identificação dos Aspetos materiais, reconhecendo-se como temas de sustentabilidade relevantes os que constam das Diretrizes da GRI G.4. Como metodologia, manteve-se o resultado obtido no ano de 2013 resultante da aplicação de inquéritos por questionário a uma amostra de partes interessadas internas, isto é, a trabalhadores/as da empresa, tendo-se procedido também à aplicação de um inquérito a partes interessadas externas, ou seja, a empresas concessionárias e licenciadas.

**(G4-20 e G4-21)** Do resultado dos inquéritos aplicados foi obtida uma pontuação, cuja avaliação foi medida através do grau de importância de cada um dos Aspetos, tendo em consideração a influência de cada um na avaliação dos impactos económicos, ambientais e sociais da empresa, quer no seu interior, quer no seu exterior, tendo-se considerado como materialmente significativos os Aspetos que obtiveram a classificação média de “Muito Importante”.

**(G4-27)** Resultante da aplicação dos referidos inquéritos por questionário a partes interessadas externas, foi identificado como outro tópico relevante a relatar, os volumes de mercadorias movimentadas por Terminal/Operador, cuja resposta se encontra incluída no presente Relatório de Sustentabilidade.

**(G4-18 e G4-26)** Por fim, procedeu-se à ordenação da importância de cada um dos Aspetos pela equipa interna responsável pela compilação do Relatório de Sustentabilidade, obtendo-se a seguinte listagem **(G4-19)** de Aspetos materiais a relatar no presente Relatório de Sustentabilidade, que foi aprovada pelo Conselho de Administração:

INFORMAÇÕES SOBRE A FORMA DE GESTÃO				
G4-DMA				
Indicadores por Aspetos				
CATEGORIA: ECONÓMICA				
Desempenho Económico				
G4-EC1	G4-EC2	G4-EC3	G4-EC4	
Presença no Mercado				
G4-EC5	G4-EC6			
Impactos Económicos Indiretos				
G4-EC7	G4-EC8			
CATEGORIA: AMBIENTAL				
Energia				
G4-EN3	G4-EN4	G4-EN5	G4-EN6	G4-EN7
Biodiversidade				
G4-EN11	G4-EN12	G4-EN13	G4-EN14	
Emissões				
G4-EN15	G4-EN16	G4-EN17	G4-EN18	G4-EN19
G4-EN20	G4-EN21			
Efluentes e Resíduos				
G4-EN22	G4-EN23	G4-EN24	G4-EN25	G4-EN26
Produtos e Serviços				
G4-EN27	G4-EN28			
Transportes				
G4-EN30				
Geral				
G4-EN31				

Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas com Impactos Ambientais				
G4-EN34				
<b>CATEGORIA: SOCIAL/PRÁTICAS LABORAIS E TRABALHO CONDIGNO</b>				
Emprego				
G4-LA1	G4-LA2	G4-LA3		
Relações Laborais				
G4-LA4				
Saúde e Segurança no Trabalho				
G4-LA5	G4-LA6	G4-LA7	G4-LA8	
Formação e Educação				
G4-LA9	G4-LA10	G4-LA11		
Igualdade de Remuneração entre Mulheres e Homens				
G4-LA13				
<b>CATEGORIA: SOCIAL/DIREITOS HUMANOS</b>				
Não Discriminação				
G4-HR3				
Práticas de Segurança				
G4-HR7				
<b>CATEGORIA: SOCIAL/SOCIEDADE</b>				
Comunidades Locais				
G4-SO1	G4-SO2			
Combate à Corrupção				
G4-SO3	G4-SO4	G4-SO5		
Políticas Públicas				
G4-SO6				
Concorrência Desleal				

<b>G4-SO7</b>				
Conformidade				
<b>G4-SO8</b>				
<b>CATEGORIA: SOCIAL/RESPONSABILIDADE PELO PRODUTO</b>				
Saúde e Segurança do Cliente				
<b>G4-PR1</b>	<b>G4-PR2</b>			
Comunicações de Marketing				
<b>G4-PR6</b>	<b>G4-PR7</b>			
Conformidade				
<b>G4-PR9</b>				
<b>OUTROS</b>				
Volumes de mercadorias movimentadas por Terminal/Operador				

**G4-27** A cada Aspeto material corresponde uma abordagem de gestão e respetivos indicadores, que podem ser consultados nos locais identificados no Sumário de Conteúdo da GRI disponibilizado no final do presente Relatório.

## **5. Conteúdos Padrão Específicos**

### **5.1. Informação sobre a Forma de Gestão**

#### **5.1.1. G4-DMA – Impacto, Organização e Avaliação**

A APS gere os seus impactos essencialmente através do Sistema Integrado e do *feed-back* das partes interessadas, designadamente através do Fórum para a Simplificação de Procedimentos e da Comunidade Portuária de Sines, com o objetivo de evitar eventuais impactos negativos, e potenciar os impactos positivos. Aliás, os Aspetos materiais identificados no ponto anterior, foram selecionados como relevantes para relato, tendo em conta a influência que cada um tem na avaliação interna e externa das categorias económica, ambiental e social da empresa.

A gestão dos Aspetos materiais e dos seus impactos é também gerida através do Sistema de Gestão Integrado, por via da Política da Qualidade, Ambiente e Segurança (PO001), que se encontra disponível para consulta em <http://www.apsinesalgarve.pt/governo-da-sociedade/sistema-integrado-de-gestao/>, e através do Comité do Sistema de Gestão (CSG) que é uma estrutura de assessoria ao Conselho de Administração na tomada de decisões, designadamente nas que possam ter impactos económicos, ambientais e sociais na empresa, não sendo estes tópicos passíveis de delegação de competências, mesmo que alguns desses tópicos se enquadrem nas atividades de algumas das unidades orgânicas da empresa.

A responsabilidade pela declaração da visão, missão e valores, assim como pelo desenvolvimento estratégico, políticas e metas relacionadas é do Conselho de Administração, pelo que os trabalhadores e trabalhadoras, assim como as estruturas representativas e outras partes interessadas, têm mecanismos implementados no âmbito do Sistema de Gestão Integrado, para transmitir recomendações e preocupações ao Conselho de Administração.

O Sistema de Gestão Integrado e os processos documentados que integra é assim um meio privilegiado de comunicação vertical no âmbito da melhoria contínua da empresa, salientando-se a inexistência de registos de preocupações críticas comunicadas à gestão de topo, pese embora as auditorias internas e externas, periodicamente efetuadas, constantes do Relatório de Gestão e Contas e no Relatório de Governo Societário de 2014, revelem a forma como é efetuada a avaliação da abordagem de gestão, destacando-se o trabalho que tem sido feito pela empresa para garantir a melhoria contínua do seu desempenho económico, ambiental e social.

Ao nível externo, e porque a APS tem sido sempre um ativo polarizador que contribui para o desenvolvimento das regiões onde se insere, tem pautado a sua postura empresarial por uma atitude de responsabilidade social, efetuando, sempre que possível, diversas iniciativas e atividades em ações



voluntárias que vão para além da legislação, minimizando eventuais impactos negativos da sua atuação na sociedade e potencializando os seus impactos positivos, salientando-se ainda no pilar social a participação da empresa no CEEP Portugal – Serviços de Interesse Geral, ao nível do Grupo Assuntos Sociais, e também na Plataforma Supraconcelhia do Alentejo Litoral da Rede Social.

Aliás, o Plano de Prevenção de Riscos de *Compliance*, disponível em <http://www.apsinesalgarve.pt/governo-da-sociedade/plano-de-prevenção-de-riscos-de-compliance/>, assegura também a promoção de um diálogo efetivo com as partes interessadas, pelo que a APS rege sempre a sua atuação, em matéria de direitos humanos, por normas nacionais referentes a estas matérias e pelo máximo respeito pelas convenções internacionais, tendo ainda um Código de Ética e de Conduta formulado com base na Norma NP 4460, disponível em <http://www.apsinesalgarve.pt/governo-da-sociedade/código-de-ética-e-de-conduta/>, que contém os princípios gerais de atuação da empresa.

A resposta aos indicadores de desempenho complementa a abordagem de gestão descrita e não inclui dados referentes a empresas participadas, concessionárias ou outras, pese embora a empresa participe no capital de diferentes empresas, e em diversas associações sectoriais, profissionais e regionais, que constam elencadas no Relatório de Gestão e Contas do Exercício de 2014, cuja referência à localização se encontra no Sumário de Conteúdo da GRI no final do presente documento.

## 5.2. Categoria: Económica

### 5.2.1. Aspeto: Desempenho Económico

#### *G4-EC1 – Valor Económico Direto Gerado e Distribuído*

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS	APS			PORTO DE SINES	PORTO DE FARO	PORTO DE PORTIMÃO
	2012	2013	2014	2014		
Resultado Líquido (euros)	9.722.723	12.379.794	13.316.342	n.d.	n.d.	n.d.
- reserva indisponível – bens reversíveis	1.825.325	1.461.623	1.357.050	n.d.	n.d.	n.d.
- reserva legal	972.272	1.237.979	1.331.634	n.d.	n.d.	n.d.
- distribuído sobre a forma de dividendos	3.462.563	3.388.067	3.719.680	n.d.	n.d.	n.d.
- não distribuído	3.462.563	6.292.125	6.907.978	n.d.	n.d.	n.d.
Resultado Operacional (euros)	12.568.699	17.185.728	18.320.368	n.d.	n.d.	n.d.

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS	APS			PORTO DE SINES	PORTO DE FARO	PORTO DE PORTIMÃO
	2012	2013	2014	2014		
EBITDA ajustado das amortizações de subsídios e do reconhecimento de rendimentos relativos aos bens reversíveis das concessionárias (euros)	16.439.165	21.031.509	22.393.255	n.d.	n.d.	n.d.
Valor Acrescentado Bruto (euros)	27.658.544	32.342.959	34.708.555	n.d.	n.d.	n.d.
Autonomia Financeira (%)	67,8	68,3	70,8	n.d.	n.d.	n.d.

OUTROS INDICADORES	APS			PORTO DE SINES	PORTO DE FARO	PORTO DE PORTIMÃO
	2012	2013	2014	2014		
Investimento (euros)	14.236.841	2.471.984	1.850.078	1.708.357	141.721	
Donativos (euros)	262.789	81.928	144.493	n.d.	n.d.	n.d.
Indemnizações Trabalhadores/as (euros) <sup>a</sup>	166.376	0	0	n.d.	n.d.	n.d.

#### ***G4-EC2 – Implicações Financeiras e Outros Riscos e Oportunidades para as Atividades da Organização em Decorrencia de Mudanças Climáticas***

As atividades desenvolvidas pela administração portuária não apresentam implicações financeiras, riscos e oportunidades diretamente relacionadas com as alterações climáticas.

Todavia, as consequências associadas às alterações climáticas afetam e justificam o envolvimento de empresas e comunidade, sendo o transporte marítimo, através dos navios, responsável pela emissão de gases de efeito de estufa, incluindo o dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) e pela emissão de poluentes, incluindo os óxidos de azoto (NO<sub>x</sub>), óxidos de enxofre (SO<sub>x</sub>) e material particulado, representando o transporte internacional marítimo cerca de 3 por cento das emissões de dióxido de carbono do mundo.

Apesar de ser a forma mais eficiente de transporte por ser menos intensivo em carbono do que os outros meios disponíveis, as políticas e estratégias da empresa são orientadas nesse sentido, acompanhando a APS, naturalmente, o evoluir da estratégia da Comissão Europeia que aprovou recentemente um regulamento que obriga os armadores de navios que entram e saem dos portos da União Europeia a monitorizar e a comunicar as emissões de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) a partir de janeiro de 2018, aplicando-se as novas regras aos navios com arqueação bruta superior a 5000 GT, independentemente do Estado de bandeira, representando um primeiro passo para a redução das emissões de CO<sub>2</sub> do transporte marítimo.

Na APS continuam a ser desenvolvidos projetos que visam o aumento da eficiência energética, o recurso a fontes de energia renováveis e a diminuição das emissões de GEE.

#### ***G4-EC3 – Cobertura das Obrigações Previstas no Plano de Pensão de Benefício Definido da Organização***

Encontra-se constituída provisão para efeitos de reestruturação interna, no montante referente ao valor previsto dos incentivos pecuniários a atribuir a trabalhadores e trabalhadoras subscritores/as da Caixa Geral de Aposentações (CGA) que requereram a aposentação antecipada por referência a 2012-12-31. Este incentivo será atribuído após reconhecimento do direito à aposentação pela CGA.

INDICADORES	APS			PORTO DE SINES	PORTO DE FARO	PORTO DE PORTIMÃO
	2012	2013	2014	2014		
Saldo Inicial	1.190.088	1.970.546	978.814	978.814	0	0
Constituição/Reforço de Provisão	928.850	0	0	0	0	0
Utilização/Redução da Provisão/Incentivo Atribuído aos/as Trabalhadores/as Subscritores/as da CGA	148.393	991.732	561.048	561.048	0	0
Saldo Final	1.970.546	978.814	417.766	417.766	0	0

#### ***G4-EC4 – Assistência Financeira Recebida do Governo***

Ao nível do apoio financeiro público, não houve recebimentos em 2014.

#### **5.2.2. Aspeto: Presença no Mercado**

#### ***G4-EC5 – Variação da Proporção do Salário Mais Baixo, Discriminado por Género, Comparado ao Salário Mínimo Local em Unidades Operacionais Importantes***

A APS não procede ao pagamento de remunerações com base na Retribuição Mínima Mensal Garantida (RMMG) e não dispõe de dados sobre os salários pagos no mercado de trabalho local, comparando-se, no entanto, a remuneração base dos trabalhadores e das trabalhadoras com a Retribuição Mínima Mensal Garantida (RMMG) e com o Indexante dos Apoios Sociais (IAS), conforme segue:

EVOLUÇÃO SALARIAL	SEXO	APS			PORTO DE SINES	PORTO DE FARO	PORTO DE PORTIMÃO
		2012	2013	2014	2014		
RMMG-Retribuição Mínima Mensal Garantida		485,00 €	485,00 €	505,00 €	505,00 €	505,00 €	505,00 €
IAS-Indexante dos Apoios Sociais		419,22 €	419,22 €	419,22 €	419,22 €	419,22 €	419,22 €
Evolução da base de remuneração mais baixa paga pela APS relativamente à RMMG	M	1,59	1,59	1,52	1,52	1,83	1,79
	F	1,77	1,77	1,70	1,70	0,00	1,97
Evolução da base de remuneração mais baixa paga pela APS relativamente ao IAS	M	1,83	1,83	1,83	1,83	2,20	2,16
	F	2,05	2,05	2,05	2,05	0,00	2,37
Evolução da base de remuneração mais alta paga pela APS relativamente à RMMG	M	9,59	10,03	9,63	9,63	4,77	5,89
	F	11,21	7,16	6,87	6,87	0,00	3,85
Evolução da base de remuneração mais alta paga pela APS relativamente ao IAS	M	11,09	11,60	11,60	11,60	5,74	7,10
	F	12,97	8,28	8,28	8,28	0,00	4,64

#### ***G4-EC6 – Proporção de Membros da Alta Direção Contratados na Comunidade Local em Unidades Operacionais Importantes***

A APS não tem influência na designação de membros da comunidade local (Sines, Faro e Portimão) para os órgãos sociais da empresa, os quais são eleitos pela Assembleia Geral, pelo acionista Estado, com necessidade de parecer prévio favorável da Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (CRESAP) no que respeita aos membros que compõem o Conselho de Administração.

O Conselho de Administração é composto por três pessoas do sexo masculino, uma das quais pertence ao efetivo da empresa, tem residência no concelho de Sines e é oriundo das ex-colónias portuguesas, sendo outro membro do Conselho de Administração residente no concelho de Portimão onde a APS passou a ter atribuições e competências no porto comercial.

No que respeita ao Conselho Fiscal da empresa, o mesmo é composto por pessoas que não fazem parte do efetivo da empresa, e desempenham funções a tempo parcial, e integra três elementos efetivos e um suplente, dos quais três são mulheres sendo que uma é presidente, outra é vogal e outra é suplente.

O recrutamento de trabalhadores e de trabalhadoras é feito através da publicação de concursos de admissão externos, quer em jornais de tiragem nacional, quer em jornais de tiragem regional, não incluindo critérios preferenciais relativos a local de residência de candidatos ou candidatas, pertencendo todas as chefias de primeira linha ao efetivo da empresa.

Em 31 de dezembro de 2014 a APS contava com oito chefias de primeira linha (menos uma do que no período homólogo), sendo 2 do sexo feminino e 6 do sexo masculino, todas residentes nos concelhos de Sines e de Santiago do Cacém, pese embora 50% das chefias de primeira linha sejam naturais do distrito onde a empresa está geográfica e territorialmente sediada e das ex-colónias portuguesas.

O quadro seguinte mostra a distribuição por distrito de nascimento, dos membros dos Conselho de Administração e das chefias de primeira linha em funções em 31 de dezembro de 2014, que encontravam na totalidade em exercício de funções no porto de Sines:

DISTRITO DE NASCIMENTO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E CHEFIAS DE PRIMEIRA LINHA	APS		PORTO DE SINES		PORTO DE FARO		PORTO DE PORTIMÃO	
	SEXO		SEXO		SEXO		SEXO	
	MASCULINO	FEMININO	MASCULINO	FEMININO	MASCULINO	FEMININO	MASCULINO	FEMININO
Faro	1	0	1	0	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Setúbal	1	0	1	0	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Lisboa	3	0	3	0	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Portalegre	1	0	1	0	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Viana do Castelo	1	0	1	0	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Angola	1	1	1	1	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Moçambique	1	1	1	1	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>2</b>	<b>9</b>	<b>2</b>	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

### **5.2.3. Aspeto: Impactos Económicos Indiretos**

#### ***G4-EC7 – Desenvolvimento e Impacto de Investimentos em Infraestrutura e Serviços Oferecidos***

Todos os investimentos efetuados pela APS têm como objetivo o interesse público e a gestão do património público, tendo em consideração que a empresa pertence ao Setor Empresarial do Estado (SEE). Tratando-se de empresa que presta um serviço de interesse público, a sua atividade é gerida numa lógica de prestação de serviços competitivos e rentáveis, por forma a maximizar o retorno do investimento ao acionista Estado, preservando o património que lhe é afeto, assegurando a segurança de pessoas e bens e minimizando os impactos para os recursos naturais e para o ambiente.

#### ***G4-EC8 – Impactos Económicos Indiretos Significativos, Inclusive a Extensão dos Impactos***

Como maior porto nacional, inserido numa importante zona industrial e logística, a atividade da empresa gera importantes impactos diretos, indiretos e induzidos ao nível local, regional, nacional e internacional. Para além dos efeitos diretos expressos nos diversos indicadores de desempenho

Incluídos no presente Relatório, a atividade da empresa é geradora de um conjunto de impactos económicos em todas as empresas que de alguma forma constituem a comunidade portuária, sejam concessionários, diversos tipos de operadores, fornecedores, clientes ou outras. Indiretamente esses efeitos são redistribuídos por um conjunto de agentes económicos locais e regionais, por via da aquisição de bens e produtos e do consumo associado, da criação de emprego e de outras formas de geração de valor acrescentado.

A empresa não dispõe de dados mensuráveis atualizados sobre a extensão dos seus impactos económicos na economia nacional e internacional, tendo no entanto um papel estratégico no abastecimento energético e na dinamização do país.

A atividade portuária em Sines tem apresentado crescimentos expressivos e contínuos, com um peso marcante nas exportações nacionais, mesmo em anos de estagnação ou recessão económica no país. Tal acontece certamente como reflexo do adequado posicionamento do porto no mercado mundial de transporte de mercadorias por via marítima e das excelentes condições oferecidas quer em termos de infraestruturas quer em termos da produtividade e fiabilidade asseguradas pelos concessionários dos diversos terminais.

No que se refere aos portos do Algarve, relativamente aos quais a empresa herdou uma exploração francamente deficitária, o desafio passa essencialmente por inverter ou minimizar essa situação, assegurando simultaneamente a existência de benefícios relevantes para a economia regional, que só poderá ser conseguido com a realização de importantes investimentos.

## 5.3. Categoria: Ambiental

### 5.3.1. Aspeto: Energia

#### *G4-EN3 – Consumo de Energia Dentro da Organização*

Relativamente a 2013, verificou-se um decréscimo no consumo de gasóleo e gás natural e aumento do consumo de gasolina, no porto de Sines.

GASÓLEO	APS			PORTO DE SINES	PORTO DE FARO	PORTO DE PORTIMÃO
	2012	2013	2014	2014		
I	195.434,00	223.615,34	191.150,50	168.470,33	12.479,73	10.200,44
GJ	7.082,94	8.104,29	6.927,70	6.105,72	452,29	369,69

Fatores de Conversão e Emissão: gasóleo PCI=43.3 GJ/ton densidade gasóleo=0,837 t/m<sup>3</sup> (Fonte: APA – Metodologia Nacional PRTR 2009)

GASOLINA	APS			PORTO DE SINES	PORTO DE FARO	PORTO DE PORTIMÃO
	2012	2013	2014	2014		
I	2.127,00	2.752,60	2.941,76	698,84	1.442,74	800,18
GJ	73,85	95,57	102,13	24,26	50,09	27,78

Fatores de Conversão e Emissão: gasolina PCI=44.8 GJ/ton (Fonte: APA – Metodologia Nacional PRTR 2009) Densidade gasolina=775 kg/m<sup>3</sup> (DL 89/2008)

GÁS NATURAL	APS			PORTO DE SINES	PORTO DE FARO	PORTO DE PORTIMÃO
	2012	2013	2014	2014		
m <sup>3</sup>	12.026	14.872	12.768	12.768	0	0
GJ	513,00	618,90	519,24	519,24	0,00	0,00

Peso específico de gás natural=0,8040 kg/m<sup>3</sup>N (Fonte: Despacho 17313/2008)

A energia intermediária comprada e consumida de fontes de energia não renováveis é, não só consumida na APS, SA mas uma grande parte é vendida a clientes. Estes dados são referentes à energia comprada e consumida na área portuária. Relativamente a 2012 e 2013, continua a verificar-se a tendência para aumento no consumo, eventualmente, justificado pelo aumento do movimento de mercadorias e carga.

DESIGNAÇÃO	APS			PORTO DE SINES	PORTO DE FARO	PORTO DE PORTIMÃO
	2012	2013	2014	2014		
Energia intermediária comprada e consumida de fontes não renováveis (kWh)	16.398.341	18.502.981	21.029.820	20.938.993	8.951	81.876
Energia intermediária comprada e consumida de fontes não renováveis (GJ)	59.030	66.611	75.707	75.380	32	295
Energia primária correspondente utilizada para a produção de eletricidade (kWh) (Despacho nº 17313/2008 de 26 de Junho)	40.993.353	46.257.453	52.574.551	52.347.483	22.378	204.690
Energia primária correspondente utilizada para a produção de eletricidade (GJ) (Despacho nº 17313/2008 de 26 de Junho)	147.576	166.527	189.269	188.451	81	737

#### ***G4-EN4 – Consumo de Energia Fora da Organização***

APS não dispõe nesta oportunidade de um sistema de recolha de dados que permita apurar o consumo de energia fora da empresa.

#### ***G4-EN5 – Intensidade Energética***

Em 2014 o consumo de energia representado pela soma do consumo de energia elétrica e de combustíveis, totalizou 16.034 GJ. O consumo de energia elétrica foi da ordem de 9.004 GJ, enquanto o uso de combustíveis fósseis respondeu por 7.030 GJ. Considerando o consumo total de energia e o



VAB (Valor Acrescentado Bruto), alcançou-se, na APS, uma intensidade energética de 0,00046 GJ/€ em 2014, sendo os dados repartidos por portos os seguintes:

INTENSIDADE ENERGÉTICA	APS			PORTO DE SINES	PORTO DE FARO	PORTO DE PORTIMÃO
	2012	2013	2014	2014		
Intensidade Energética (GJ/€)	0,00054	0,00047	0,00046	0,00043	0,00445	0,00136

#### ***G4-EN6 – Redução do Consumo de Energia***

DESIGNAÇÃO	APS			PORTO DE SINES	PORTO DE FARO	PORTO DE PORTIMÃO
	2012 *	2013	2014	2014		
Instalação de micro geradores eólicos (potência total 3kW)	2 GJ	2 GJ	2 GJ	2 GJ	n.a.	n.a.
Instalação de equipamentos reguladores de tensão na iluminação pública	154 GJ	154 GJ	154 GJ	154 GJ	n.a.	n.a.

DESIGNAÇÃO	APS			PORTO DE SINES	PORTO DE FARO	PORTO DE PORTIMÃO
	2012 *	2013	2014	2014		
Instalação de controladores de iluminação interior nos escritórios (sensor de presença e regulador de intensidade em função da luz natural)	20 GJ	20 GJ	20 GJ	20 GJ	n.a.	n.a.
Instalação de detetores de presença nos WC dos edifícios Administrativo e Técnico	28 GJ	28 GJ	28 GJ	28 GJ	n.a.	n.a.

\* Valor estimado

Nos portos de Faro e de Portimão não foi desenvolvida nenhuma medida no âmbito deste indicador.

#### ***G4-EN7 – Reduções nos Requisitos de Energia Relacionados a Produtos e Serviços***

Durante o ano 2014 continuaram a ser desenvolvidas medidas de melhoria e de uso racional de energia que permitiram obter a certificação energética dos edifícios da empresa, garantindo-se a qualidade do ar interior, o aumento da eficiência energética e a redução das emissões de carbono, tendo sido ainda iniciado um projeto que permite a aplicação de fontes de energia renováveis a um edifício da empresa.

### 5.3.2. Aspeto: Biodiversidade

#### ***G4-EN11 – Unidades Operacionais Próprias, Arrendadas ou Administradas Dentro ou nas Adjacências de Áreas Protegidas e Áreas de Alto Valor para a Biodiversidade Situadas Fora de Áreas Protegidas***

A área do porto de Sines está inserida num local com um elevado grau de artificialização e onde ocorrem atividades portuárias contínuas, durante 24 horas, todos os dias do ano, não estando inserido em nenhuma área classificada no âmbito da conservação da natureza.

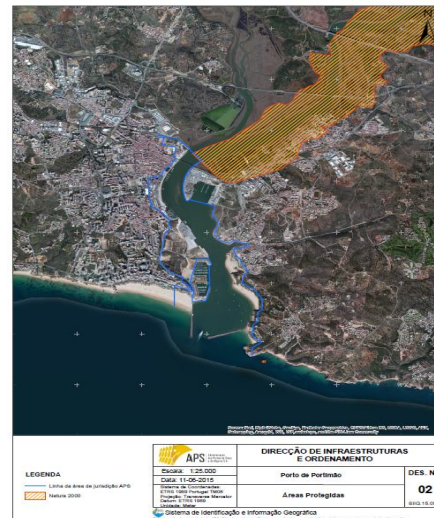
Na sua envolvente, existem algumas áreas classificadas, designadamente, o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, localizado a menos de 1 km a Este/Sudeste da área de intervenção, fazendo parte deste uma área marinha e uma terrestre e a Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha que se situa a cerca de dois quilómetros a Norte e que constitui uma Zona de Proteção Especial (ZPE) para a avifauna. A Este do porto localiza-se, ainda, o Sítio de Importância Comunitária (SIC) Costa Sudoeste, compreendendo uma faixa marinha de largura variável e uma zona terrestre, área esta que integra a Rede Natura 2000.

No porto de Faro existe uma percentagem elevada da área sob jurisdição da APS, que se encontra abrangida por estatutos de proteção da Natureza de âmbito nacional, como o Parque Natural da Ria Formosa, e de âmbito internacional, como zonas integradas na rede europeia, Rede Natura 2000, na Reserva da Biosfera, na convenção de RAMSAR (zonas húmidas de importância internacional) e Zonas de Proteção Especial (ZPE).

A imagem à direita mostra a área de jurisdição do porto de Faro, incluindo os limites do Parque Natural da Ria Formosa e da Rede Natura 2000.



No porto de Portimão uma parte da área de jurisdição da APS encontra-se abrangida na Reserva Ecológica Nacional, localizando-se a área portuária imediatamente adjacente ao troço para montante do rio Arade, classificado na Rede Natura 2000, mostrando a imagem à direita a área de jurisdição do porto de Portimão e os limites referidos.



#### ***G4-EN12 – Descrição de Impactos Significativos de Atividades, Produtos e Serviços Sobre a Biodiversidade em Áreas Protegidas e Áreas de Alto Valor para a Biodiversidade Situadas Fora de Áreas Protegidas***

O presente indicador de desempenho está diretamente relacionado com o anterior, sendo a flora existente no porto de Sines caracterizada por uma vegetação muito artificializada e desprovida de interesse botânico, já que o coberto vegetal é ralo e muitas vezes inexistente, dadas as severas condições do ambiente local. Em alguns casos o coberto vegetal é constituído por plantas ruderais e exóticas como o chorão, as acácias e a azedinha, que ocupam uma grande parte da área vegetada, sendo ainda possível observar espécies instaladas com o objetivo de se proceder ao enquadramento paisagístico da zona pedreira como, por exemplo, *Pinus pinea*.

A comunidade faunística é pobre e pouco diversificada, não havendo a destacar a ocorrência de nenhuma espécie com valor conservacionista podendo, no entanto observar-se alguns antrópodes terrestres e, esporadicamente, espécies da avifauna como a gaivota argêntea, a andorinha e o pardal comum, espécies ubiquistas, de grande resistência e sem valor de proteção, e ainda a presença da lagartixa do mato na zona de pinhal. Relativamente à componente biológica e ecológica marinha e de acordo com a descrição efetuada em vários estudos não existem espécies macrobentónicas endémicas, com estatuto de conservação ou protegidas por convenção internacional ou diretiva comunitária.

A zona marinha na envolvente do porto de Sines tem interesse do ponto de vista económico, devido à sua utilização em atividades de pesca artesanal na região, sobretudo efetuada em pequenas embarcações e à relativa riqueza de recursos piscícolas, nomeadamente pequenos peixes pelágicos que conferem à região adjacente valor para a pesca comercial com base no Porto de Pesca de Sines, pelo que na proximidade do porto estas atividades são praticamente inexistentes.

As principais ações potencialmente geradoras de impactes sobre os valores naturais e componente ecológica, no decurso das atividades portuárias, são a pressão antrópica devido, nomeadamente, à movimentação de navios e cargas e o aumento do confinamento da área marinha adjacente ao porto de Sines.

Os potenciais impactes consistem na modificação das comunidades faunísticas marinhas devido aos efeitos do confinamento, a poluição dos habitats marinhos devido as normais atividades do porto de Sines e o aumento da probabilidade de dispersão de espécies marinhas não-indígenas.

A presença humana determina, também, uma pressão antropogénica sobre a componente ecológica, que se encontra bastante alterada, em particular no meio terrestre.

A biodiversidade dos ambientes marinhos é controlada através de estudos de monitorização promovidos pela APS e elaborados por entidade científica, sendo a monitorização e avaliação da qualidade da água da Praia Vasco da Gama, em Sines, efetuada regularmente desde 1997, durante a época balnear, e controlada a água balnear da Praia Grande, em Portimão, cuja evolução tem vindo a ser a seguinte:

ÁGUA BALNEAR	PORTO DE SINES			PORTO DE FARO	PORTO DE PORTIMÃO
	2012	2013	2014	2014	
Classificação da qualidade da água balnear da Praia Vasco da Gama (Sines) e da Praia Grande (Portimão) (Decreto-Lei nº 135/2009) na época balnear	Excelente	Excelente	Excelente	n.a.	Excelente
Nº de vezes em que o VL foi excedido durante a época balnear, para a E. coli e Enterococos	0	0	0	n.a.	0

Nos diversos estudos ambientais desenvolvidos nas áreas portuárias de Portimão e Faro, os aspetos identificados como potencialmente geradores de impactes mais significativos provenientes das atividades portuárias, focam-se nos descritores da qualidade da água e biodiversidade, tendo-se identificado os seguintes aspetos: realização de dragagens; acidentes com os navios ou com as cargas (p.e. derrames); descarga de resíduos e/ou águas de lastro pelos navios.

A realização de dragagens poderá provocar a diminuição da qualidade da água devido à movimentação de sedimentos, provocando o aumento da concentração de sólidos e de microrganismos, a alteração da cor e a diminuição de oxigénio na água. Este efeito é potencialmente

negativo em locais que apresentem sedimentos finos (que potenciam a ressuspensão de sedimentos ao contrário dos sedimentos mais grosseiros) e onde existam sedimentos com alguma contaminação.

A remoção de sedimentos aquando das dragagens poderá provocar a perturbação e destruição dos habitats associados aos bancos de areia, às áreas de sedimentos e de vasas expostas. As dragagens e a alteração à dinâmica hídrica e sedimentar são dos principais fatores de ameaça aos ecossistemas e habitats estuarinos, importando, no entanto, ressaltar, que as comunidades de sapal são naturalmente dinâmicas e resistentes a perturbações no meio.

Após a execução da dragagem, é esperado um impacto positivo na qualidade da água, devido essencialmente ao aumento da renovação de água no sistema lagunar da Ria Formosa ou do estuário do rio Arade.

Para evitar/minimizar acidentes relacionados com os navios e cargas, os portos de Faro e Portimão dispõem de serviços de controlo de tráfego marítimo e apoio à navegação e serviço de pilotagem, dispondo ainda de algum equipamento de combate à poluição de primeira intervenção.

Para evitar a descarga de resíduos pelos navios, está implementado desde 2006 o Plano Portuário de Gestão de Resíduos dos Portos de Faro e Portimão.

#### ***G4-EN13 – Habitats Protegidos ou Restaurados***

Não existem no porto de Sines áreas com condições para proporcionar habitats de reprodução ou alimentação estáveis e naturalizados que fixem espécies exigentes, pelo que a comunidade faunística é pobre e pouco diversificada, não exigindo medidas de proteção ou de correção especiais.

Continuam em acompanhamento ações relativas à implementação de medidas corretivas para a minimização e resolução da contaminação dos solos e águas subterrâneas, detetada na área do Terminal Petroquímico, através da realização de sondagens e da instalação de piezómetros na zona afetada, tendo sido efetuada a colheita amostras de águas subterrâneas e efetuadas análises, a fim de avaliar a extensão e o nível de contaminação, permitindo recuperar a área envolvida e artificializada.

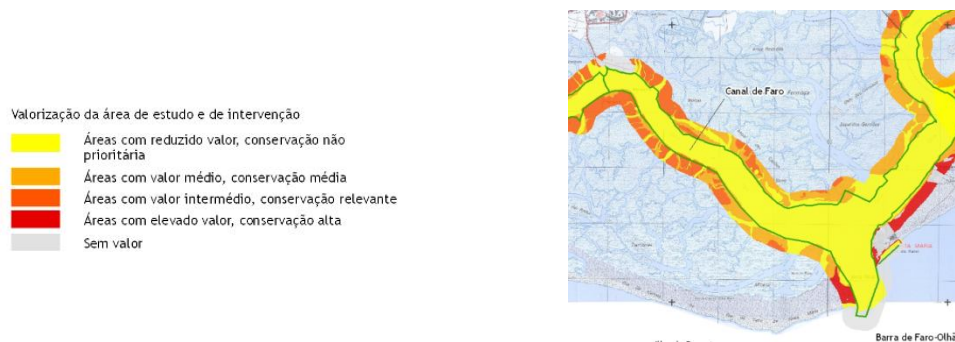
Nos portos de Faro e de Portimão não foi desenvolvida nenhuma medida no âmbito deste indicador.

#### ***G4-EN14 – Número Total de Espécies Incluídas na Lista Vermelha da IUCN e em Listas Nacionais de Conservação com Habitats Situados em Áreas Afetadas por Operações da Organização, Discriminadas por Nível de Risco de Extinção***

A APS não tem na sua área de jurisdição habitats de espécies ameaçadas ou em risco de extinção.

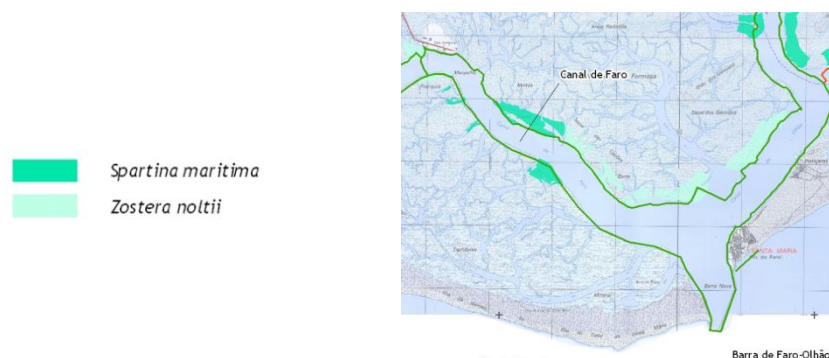
No porto de Faro, as áreas de intervenção de dragagem e a zona do cais comercial onde se desenvolvem as atividades portuárias, foram consideradas áreas com reduzido valor biológico, de

conservação não prioritária, conforme patente na Carta 5 - Flora e Vegetação. A Valorização Biológica está patente no Estudo de Impacte Ambiental (EIA) do Plano de Ação para a Valorização Hidrodinâmica da Ria Formosa e Mitigação do Risco das Ilhas Barreira, 2013, cujo excerto se apresenta na imagem seguinte:



Não obstante a avaliação global efetuada na imagem anterior é nos sedimentos intertidais que se desenvolvem as comunidades de *Zostera noltii* e nas formações halófitas de *Spartina maritima*, que integram a Diretiva Habitats. Destacam-se estas comunidades vegetais por serem especialmente sensíveis a perturbações do meio, nomeadamente a dragagens de fundos e a alterações da dinâmica sedimentar e pela sua relevância e importância ecológicas. As pradarias marinhas são consideradas como um dos ecossistemas mais produtivos da biosfera, por serem habitat preferencial, local de refúgio de juvenis e local de alimentação de várias espécies de fauna e flora. Funcionam, ainda, como filtro biológico e aumentam a sedimentação de matéria em suspensão, contribuindo para a manutenção da qualidade da água em estuários e praias.

Através da imagem seguinte, extraída do Estudo de Impacte Ambiental atrás referido, verifica-se que as pradarias de *Spartina maritima* e de *Zostera noltii* são abundantes em toda a área adjacente ao canal de navegação do porto de Faro.





### 5.3.3. Aspeto: Emissões

#### ***G4-EN15 – Emissões Diretas de Gases de Efeito Estufa (GEE) (Escopo 1)***

A evolução dos consumos de combustíveis e gás natural na empresa foi a seguinte:

GASÓLEO	APS			PORTO DE SINES	PORTO DE FARO	PORTO DE PORTIMÃO
	2012	2013	2014	2014		
I	195.434,00	223.615,34	191.150,50	168.470,33	12.479,73	10.200,44
GJ	7.082,94	8.104,29	6.927,70	6.105,72	452,29	369,69
CO <sub>2</sub> (tCO <sub>2</sub> eq)	524,85	600,53	513,33	452,43	33,51	27,39

Fatores de Conversão e Emissão: Densidade gasóleo = 845 Kg/m<sup>3</sup> / 1 ton gasóleo = 43,3 GJ / 1GJ gasóleo emite 74,1 kg de CO<sub>2</sub> (Fonte: APA – Metodologia Nacional PRTR 2009)

GASOLINA	APS			PORTO DE SINES	PORTO DE FARO	PORTO DE PORTIMÃO
	2012	2013	2014	2014		
L	2.127,00	2.752,60	2.941,76	698,84	1.442,74	800,18
GJ	73,85	95,57	102,13	24,26	50,09	27,78
CO <sub>2</sub> (tCO <sub>2</sub> eq)	5,07	6,56	7,01	1,68	3,43	1,90

Fatores de Conversão e Emissão: Densidade gasóleo = 775 Kg/m<sup>3</sup> (Fonte: DL 89/2008) / 1 ton gasóleo = 44,8 GJ (Fonte: APA – Metodologia Nacional PRTR 2009) / 1GJ gasóleo emite 68,6 kg de CO<sub>2</sub> (Fonte: APA – Metodologia Nacional PRTR 2009)

GÁS NATURAL	APS			PORTO DE SINES	PORTO DE FARO	PORTO DE PORTIMÃO
	2012	2013	2014	2014		
m <sup>3</sup>	12.026	14.872	12.768	12.768	0	0
CO <sub>2</sub> (tCO <sub>2</sub> eq)	29,21	36,12	31,01	31,01	0,00	0,00

Fatores de Conversão e Emissão: Densidade gás natural = 0,84 Kg/m<sup>3</sup>N

Não são contabilizadas as emissões com origem em fugas nos equipamentos que contêm gases de refrigeração por não serem significativas, pelo que a geração de emissões diretas de gases com efeito de estufa referem-se a consumos de combustível do trem naval, transporte de pessoas e bens e de equipamentos utilizados, e ainda do gás natural utilizado na caldeira do Porto de Recreio, sendo as emissões indiretas geradas pelo consumo de eletricidade.

EMISSIONES DE GEE	APS			PORTO DE SINES	PORTO DE FARO	PORTO DE PORTIMÃO
	2012	2013	2014	2014		
Emissões diretas (tCO <sub>2</sub> eq)	559,12	643,21	551,36	485,12	36,95	29,29



### ***G4-EN16 – Emissões Indiretas de Gases de Efeito Estufa (GEE) Provenientes da Aquisição de Energia (Escopo 2)***

A evolução dos consumos de eletricidade foi a seguinte:

CONSUMO DE ELETRICIDADE	APS			PORTO DE SINES	PORTO DE FARO	PORTO DE PORTIMÃO
	2012	2013	2014	2014		
kWh	2.164.715	1.925.843	2.501.013	2.410.186	8.951	81.876
CO <sub>2</sub> (tCO <sub>2</sub> eq)	1.017,42	905,15	1.175,48	1.132,79	4,21	38,48

EMISSIONES DE GEE	APS			PORTO DE SINES	PORTO DE FARO	PORTO DE PORTIMÃO
	2012	2013	2014	2014		
Emissão indiretas (tCO <sub>2</sub> eq)	1.017,42	905,15	1.175,48	1.123,79	4,21	38,48

Emissões totais indiretas, calculadas a partir dos fatores de conversão indicados no Despacho nº 17313/2008 de 26 de Junho. (0,47kg CO<sub>2</sub>e/kWh)

### ***G4-EN17 – Outras Emissões Indiretas de Gases de Efeito Estufa (GEE) (Escopo 3)***

Relativamente a outras emissões indiretas relevantes de gases com efeito de estufa, salientam-se as emissões diretas relativas ao transporte de trabalhadores e de trabalhadoras entre casa e o local de trabalho através de veículos pertencentes à frota automóvel da empresa, assim como as deslocações referentes a deslocações em serviço, não sendo contabilizadas emissões da empresa prestadora de serviços de transporte por não se possuir os registos dos consumos de combustível associados.

### ***G4-EN18 – Intensidade de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE)***

A APS não dispõe nesta oportunidade de um sistema de recolha de dados que permita apurar a intensidade de emissões de gases de efeito estufa (GEE).

### ***G4-EN19 – Redução de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE)***

DESIGNAÇÃO	APS			PORTO DE SINES	PORTO DE FARO	PORTO DE PORTIMÃO
	2012	2013	2014	2014		
Poupança estimada pela instalação de micro geradores eólicos (potência total 3kWh)	0,2 TCO <sub>2</sub> e	0,2 TCO <sub>2</sub> e	0,2 TCO <sub>2</sub> e	0,2 TCO <sub>2</sub> e	n.a.	n.a.
Poupança estimada pela instalação de equipamentos reguladores de tensão na iluminação pública	20,1 TCO <sub>2</sub> e	20,1 TCO <sub>2</sub> e	20,1 TCO <sub>2</sub> e	20,1 TCO <sub>2</sub> e	n.a.	n.a.

DESIGNAÇÃO	APS			PORTO DE SINES	PORTO DE FARO	PORTO DE PORTIMÃO
	2012	2013	2014	2014		
Poupança estimada pela instalação de controladores de iluminação interior nos escritórios (sensor de presença e regulador de intensidade em função da luz natural)	2,6 TCO2e	2,6 TCO2e	2,6 TCO2e	2,6 TCO2e	n.a.	n.a.
Poupança estimada por instalação de detetores de presença nos WC dos edifícios Administrativo e Técnico	3,6 TCO2e	3,6 TCO2e	3,6 TCO2e	3,6 TCO2e	n.a.	n.a.

Nos portos de Faro e de Portimão não foi desenvolvida nenhuma medida no âmbito deste indicador.

#### ***G4-EN20 – Emissões de Substâncias que Destroem a Camada de Ozono (SDO)***

A empresa não utiliza produtos que contenham *Ozone Depleting Substances* (ODS) no desenvolvimento da sua atividade. Os equipamentos de refrigeração que utilizam como gás refrigerante substâncias que empobrecem a camada de ozono estão a ser substituídos por outros equipamentos de ar condicionado, de acordo com a legislação em vigor. Os equipamentos dispõem de planos de manutenção preventiva, sem contabilização das respetivas emissões, por a probabilidade de ocorrência da libertação de ODS nesses equipamentos ser muito reduzida.

#### ***G4-EN21 – Emissões de NOx, SOx e Outras Emissões Atmosféricas Significativas***

A empresa não desenvolve atividades que diretamente produzam emissões significativas de quaisquer poluentes identificados no presente indicador de desempenho, registando-se contudo a quantidade de combustível utilizado e total de emissões de gases com efeito de estufa, em toneladas equivalentes de CO2.

As emissões atmosféricas geradas pela queima de combustíveis fósseis na frota automóvel, no trem naval e pela utilização de equipamentos, designadamente pelos grupos geradores de emergência de funcionamento ocasional não são significativas e são difusas, não sendo sistematicamente monitorizadas emissões atmosféricas com este tipo de origem.

#### 5.3.4. Aspeto: Efluentes e Resíduos

##### **G4-EN22 – Descarga Total de Água, Discriminada por Qualidade e Destino**

A atividade da APS não gera efluentes poluentes, sendo de referir as águas residuais domésticas geradas nos diversos edifícios da empresa que são encaminhadas para os esgotos da área portuária no porto de Sines e para fossa séptica nos portos de Faro e de Portimão. Os efluentes de origem doméstica são tratados por uma entidade externa, sendo as águas pluviais livres de contaminação descarregadas em meio hídrico.

##### **G4-EN23 – Peso Total de Resíduos, Discriminado por Tipo e Método de Disposição**

A gestão de resíduos é realizada por empresa externa, sendo a estimativa de resíduos produzidos a seguinte:

RESÍDUOS NÃO PERIGOSOS - QUANTIDADES ESTIMADAS (ton)						
DESTINO <sup>(1)</sup>	APS			PORTO DE SINES	PORTO DE FARO	PORTO DE PORTIMÃO
	2012	2013	2014	2014		
Valorização	4,98	1,98	21,86	21,86	n.d.	n.d.
Eliminação D15	14,806	15,392	71	71	n.d.	n.d.

(1)– De acordo com a Portaria n.º 209/2004 de 3-3

RESÍDUOS PERIGOSOS - QUANTIDADES ESTIMADAS (ton)						
DESTINO <sup>(1)</sup>	APS			PORTO DE SINES	PORTO DE FARO	PORTO DE PORTIMÃO
	2012	2013	2014	2014		
Valorização	1	0	1,7	1,7	n.d.	n.d.
Eliminação	0	0	0,1	0,1	n.d.	n.d.

(2)– De acordo com a Portaria n.º 209/2004 de 3-3

Os dados acima não integram a quantidade de resíduos recebidos de navios, uma vez que não são produzidos pela APS. Nos portos de Faro e de Portimão não existem registos dos resíduos produzidos nos serviços administrativos e nas zonas dominiais.

##### **G4-EN24 – Número Total e Volume de Derrames Significativos**

A empresa regista os acidentes e incidentes que ocorrem na área portuária, pelo que da análise efetuada aos dados do ano de 2014, verificou-se que não existiram derrames considerados significativos, tendo em consideração a quantidade, área atingida e entidades envolvidas.

No âmbito do Plano Mar Limpo, a APS dispõe de barreiras flutuantes e diverso material para operacionalizar o equipamento de combate à poluição.

Acresce ainda que os produtos derramados no âmbito da atividade de empresas concessionárias e licenciadas são da responsabilidade destas, situação em que são ativados os respetivos planos de emergência em interligação com os restantes planos de emergência das Autoridades Portuária e Marítima.

DERRAMES	APS			PORTO DE SINES	PORTO DE FARO	PORTO DE PORTIMÃO
	2012	2013	2014	2014		
Número total de derrames (nº)	0	0	0	0	0	0
Volumes de derrames (l)	0	0	0	0	0	0

***G4-EN25 – Peso dos Resíduos Transportados, Importados, Exportados ou Tratados Considerados Perigosos nos Termos da Convenção da Basileia, Anexos I, II, III e VIII, e Percentagem de Resíduos Transportados Internacionalmente***

A APS, no desenvolvimento da sua atividade não produz resíduos que necessitem de ser geridos nos termos da Convenção de Basileia.

***G4-EN26 – Identificação, Tamanho, Status de Proteção e Valor da Biodiversidade de Corpos d'Água e Habitats Relacionados Significativamente Afetados por Descargas e Drenagem de Água Realizadas pela Organização***

A empresa não tem registos de descargas de águas ou escoamento superficial que tenham afetado de forma significativa os recursos hídricos e habitats.

**5.3.5. Aspeto: Produtos e Serviços**

***G4-EN27 – Extensão da Mitigação de Impactos Ambientais de Produtos e Serviços***

Durante o último triénio foram desenvolvidas ações que permitiram obter a certificação energética dos edifícios da APS, sendo o certificado energético um documento que quantifica o desempenho energético dos edifícios com base numa escala de classificação de A+ (melhor desempenho) a G (pior desempenho). Relativamente ao equipamento que utiliza o R22 como gás refrigerante, este será substituído de acordo com a sua vida útil, tendo no ano de 2014 sido substituído o ar condicionado do edifício do porto de serviços.

Ao longo do ano de 2014 foram, também, monitorizadas as qualidades das águas e das areias podendo afirmar-se que a qualidade da água da praia Vasco da Gama durante a época balnear manteve a boa qualidade.

Decorreram também os trabalhos finais efetuados no âmbito da monitorização dos ambientes marinhos do porto de Sines 2012-2014 que permitem avaliar o impacto das atividades portuárias no meio marinho, tendo sido entregues os relatórios finais dos diferentes ambientes no âmbito do projeto MAPSi 2012-2014.

No âmbito do controlo ambiental das grandes obras, a APS promoveu a avaliação ambiental da Expansão do Terminal de Contentores de Sines (TXXI) – 3ª e 4ª Fases.

Nos portos de Faro e de Portimão não foi desenvolvida nenhuma medida no âmbito deste indicador.

***G4-EN28 – Percentagem de Produtos e suas Embalagens Recuperados em Relação ao Total de Produtos Vendidos, Discriminado por Categoria de Produtos***

O presente indicador não se relaciona com a atividade principal de fornecimento de serviços, pelo que a empresa não o reporta nem tenciona reportá-lo.

**5.3.6. Aspeto: Transportes**

***G4-EN30 – Impactos Ambientais Significativos decorrentes do Transporte de Produtos e Outros Bens e Materiais Usados nas Operações da Organização, bem como do Transporte de seus/suas Empregados/as***

A resposta ao presente indicador encontra-se na resposta ao G4-EN17.

**5.3.7. Aspeto: Geral**

***G4-EN31 – Total de Investimentos e Gastos com Proteção Ambiental, Discriminado por Tipo***

INVESTIMENTOS EM 2014 (em Euros)	APS	PORTO DE SINES	PORTO DE FARO	PORTO DE PORTIMÃO
Instalação de separador de hidrocarbonetos	4.212	4.212	0	0
Eficiência energética	20.106	20.106	0	0
Energias Renováveis	21.995	21.995	0	0
Equipamentos de intervenção, combate a incêndios e Poluição - Skimmer Mar Limpo	134.136	134.136	0	0
Outro equipamento de segurança	5.860	5.860	0	0
<b>Total</b>	<b>186.309</b>	<b>186.309</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

CUSTOS EM 2014 (em Euros)	APS	PORTO DE SINES	PORTO DE FARO	PORTO DE PORTIMÃO
Trabalhos Especializados (Análises ar, água, areia e solos)	118.960	118.960	0	0
Donativos de Mecenato Ambiental	2.700	2.700	0	0
<b>Total</b>	<b>121.660</b>	<b>121.660</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Nos portos de Faro e de Portimão não foi desenvolvida nenhuma medida no âmbito deste indicador.

### **5.3.8. Aspeto: Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas com Impactos Ambientais**

#### ***G4-EN34 – Número de Queixas e Reclamações Relacionadas a Impactos Ambientais Protocoladas, Processadas e Solucionadas por Meio de Mecanismo Formal***

Durante o ano de 2014 não foram recebidas pela APS reclamações relacionados com impactes ambientais

## **5.4. Categoria: Social – Subcategoria: Práticas Laborais e Trabalho Condigno**

### **5.4.1. Aspeto: Emprego**

#### ***G4-LA1 – Número Total e Taxas de Novas Contratações de Empregados/as e Rotatividade por Faixa Etária, Género e Região***

Nos indicadores relativos a recursos humanos encontra-se refletido o efeito da celebração de acordos de cedência de interesse público com 36 pessoas, das quais 7 mulheres e 29 homens, na sequência da publicação do Decreto-Lei nº 44/2014 de 20 de março, que estabeleceu o regime de transferência dos portos de Faro e de Portimão do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P. (IPTM), para a APS-Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A. (APS), e que se efetivou com efeitos a partir de 01 de setembro de 2014, data a partir da qual passaram a estar sujeitos ao poder de direção da APS.

Assim, com a celebração dos acordos de cedência de interesse público, verificou-se um aumento global do número de pessoas a trabalhar na APS durante o ano de 2014, pese embora se tenha registado uma diminuição do número de trabalhadores e de trabalhadoras no porto de Sines por efeito de processos de aposentação, sendo que a saída registada no porto de Faro tem correspondência com a entrada no porto de Sines e deveu-se à mobilidade de uma trabalhadora de um porto para o outro, sem reflexos ao nível do número de saídas no cômputo global da empresa.

MOVIMENTO DE PESSOAL	APS				PORTO DE SINES	PORTO DE FARO	PORTO DE PORTIMÃO
	SEXO	2012	2013	2014	2014		
EFETIVO INICIAL	M	125	125	115	115	0	0
	F	51	47	43	43	0	0
	T	176	172	158	158	0	0
Entradas	M	7	3	30	1	14	15
	F	1	0	7	1	1	6
	T	8	3	37	2	15	21
Saídas	M	7	13	10	10	0	0
	F	5	4	1	1	1	0
	T	12	17	11	11	1	0
EFETIVO FINAL	M	125	115	135	106	14	15
	F	47	43	49	43	0	6
	T	172	158	184	149	14	21
ÍNDICE DE ROTAÇÃO	M	0,90	0,82	0,87	0,84	1,00	1,00
	F	0,82	0,84	0,96	0,96	0,00	1,00
	T	0,88	0,82	0,89	0,87	0,88	1,00
TAXA DE ENTRADAS	M	5,60%	2,61%	22,22%	0,94%	100,00%	100,00%
	F	2,13%	0,00%	14,29%	2,33%	---	100,00%
	T	4,65%	1,90%	20,11%	1,34%	107,14%	100,00%
TAXA DE SAÍDAS	M	5,60%	11,30%	7,41%	9,43%	0,00%	0,00%
	F	10,64%	9,30%	2,04%	2,33%	---	0,00%
	T	6,98%	10,76%	5,98%	7,38%	7,14%	0,00%

As saídas por motivo encontram-se registadas no quadro abaixo e são referentes à totalidade dos trabalhadores e trabalhadoras da empresa, e verificaram-se apenas no porto de Sines, tendo em consideração que nos portos de Faro e de Portimão não se registaram saídas de trabalhadores e trabalhadoras, tendo-se registado apenas a mobilidade de uma trabalhadora do porto de Faro para o porto de Sines, sem reflexos no total de saídas da empresa.

SAÍDAS POR MOTIVO	APS				PORTO DE SINES	PORTO DE FARO	PORTO DE PORTIMÃO
	SEXO	2012	2013	2014	2014		
Iniciativa do trabalhador	M	2	2	0	0	0	0
	F	0	0	0	0	1	0
	T	2	2	0	0	0	0
Iniciativa da empresa	M	0	0	0	0	0	0
	F	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0
Termo de contrato	M	0	0	0	0	0	0
	F	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0
Termo da comissão de serviço por nomeação	M	0	1	0	0	0	0
	F	0	1	0	0	0	0
	T	0	2	0	0	0	0
Aposentação/Reforma	M	1	8	10	10	0	0
	F	1	3	1	1	0	0
	T	2	11	11	11	0	0
Outros	M	4	2	0	0	0	0
	F	4	0	0	0	0	0
	T	8	2	0	0	0	0
TOTAL	M	7	13	10	10	0	0
	F	5	4	1	1	0	0
	T	12	17	11	11	0	0

No que respeita às saídas de trabalhadores e trabalhadoras, verificadas na sua totalidade por motivo de aposentação, salienta-se que os 10 trabalhadores que se aposentaram representavam 16% do

escalão etário que agregava trabalhadores com idade superior a 50 anos, representando a saída de uma trabalhadora 5% desse mesmo escalão etário.

Da análise das entradas de pessoas durante o ano de 2014, que para além das 36 pessoas que celebraram acordos de cedência de interesse público no âmbito do já referido Decreto-Lei nº 44/2014 de 20 de março, inclui também a admissão de um piloto, verifica-se que dos 30 trabalhadores do sexo masculino registados nas entradas, 15 representavam 21% do escalão etário que integrava os trabalhadores da APS do sexo masculino entre os 30 e os 50 anos de idade e os restantes 15 representavam 25% do escalão etário que incorporava trabalhadores da APS do sexo masculino com idade superior a 50 anos. Se nos cingirmos apenas às entradas registadas para o porto de Sines, ou seja, à admissão de um piloto, verifica-se que esse trabalhador representa 2% dos trabalhadores afetos ao porto de Sines pertencentes ao escalão etário compreendido entre os 30 e os 50 anos de idade.

No que respeita às entradas de trabalhadores/as na APS, que na sua totalidade foram registadas nos portos de Faro e de Portimão, já que apenas se registou a mobilidade interna de uma trabalhadora do porto de Faro para o porto de Sines, refere-se que 5 representavam 22% do escalão etário que integrava as trabalhadoras da APS entre os 30 e os 50 anos de idade e as restantes 2 representavam 10% do escalão etário que incorporava trabalhadoras da APS com idade superior a 50 anos.

#### ***G4-LA2 – Benefícios Concedidos a Empregados/as a Tempo Integral que não são Oferecidos a Empregados/as Temporários/as ou em Regime de Meio Período, Discriminados por Unidades Operacionais Importantes da Organização***

A APS tem em vigor um procedimento documentado incluído no Sistema de Gestão Integrado, que não sendo de carácter público, está acessível para consulta por todos os trabalhadores e trabalhadoras, onde se regulam os benefícios sociais (PD042) que são atribuídos pela empresa, não só a pessoas no ativo, como também a pessoas que já se aposentaram, assegurando ainda seguros de saúde e o funcionamento de um posto médico privativo, que para além do serviço de medicina do trabalho, proporciona também um serviço de medicina social e de enfermagem. De salientar que durante o período de relato, a APS não celebrou contratos de utilização de trabalho temporário e não houve trabalhadores nem trabalhadoras a prestar funções em regime de trabalho a tempo parcial.

Os montantes anuais por tipo de benefício social encontram-se relatados no quadro abaixo, que agregam todos os trabalhadores e trabalhadoras da APS independentemente de desempenharem funções em Sines, em Faro ou em Portimão, e incluem ainda os montantes despendidos com beneficiários e beneficiárias em situação de aposentação.



BENEFÍCIOS SOCIAIS	APS			PORTO DE SINES	PORTO DE FARO	PORTO DE PORTIMÃO
	2012	2013	2014	2014		
Encargos com saúde	119.638,83	111.236,67	88.818,45	84.845,61	1.634,00	2.338,84
Encargos com aleitação	700,29	451,18	700,29	609,93	0	90,36
Encargos com infância	38.833,72	41.507,83	39.416,27	38.490,07	0	926,2
Encargos com estudos	69.496,46	63.113,73	66.350,17	60.037,67	1.717,20	4.595,30
Encargos com transportes	112.381,00	114.303,76	114.314,00	114.314,00	0	0
Encargos com seguros	100.073,21	101.496,92	100.043,11	97.863,11	902,66	1.277,34
<b>NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS/AS</b>						
Beneficiários/as	524	514	549	488	24	37

#### ***G4-LA3 – Taxas de Retorno ao Trabalho e Retenção após Licença de Maternidade/Paternidade, Discriminadas por Género***

O quadro abaixo é demonstrativo da preocupação da APS em proteger a parentalidade consagrada no Código do Trabalho em anexo à Lei nº 7/2009, de 12 de fevereiro, e aplicável a todos os trabalhadores e trabalhadoras que prestam funções na APS, tendo ainda disponível para consulta uma listagem documentada no âmbito do Sistema de Gestão Integrado que divulga todos os direitos e deveres em matéria de parentalidade.

Aliás, a empresa envida um grande esforço junto dos trabalhadores que são pais, no sentido de os incentivar a partilhar as licenças parentais com as mães e motivar à utilização da licença parental exclusiva do pai de carácter opcional, cifrando-se em 100% as taxas de retorno ao trabalho após utilização de licença parental e de retorno ao trabalho após utilização de falta para assistência a filho/a, quer relativamente a mulheres, quer relativamente aos homens que trabalham na APS, sendo que passados doze meses do gozo de licenças ou faltas no âmbito da proteção da parentalidade todas estas pessoas mantêm as mesmas condições de trabalho em que trabalhavam antes dessas ausências.

PARENTALIDADE	APS			PORTO DE SINES	PORTO DE FARO	PORTO DE PORTIMÃO
	SEXO	2012	2013	2014	2014	
Trabalhadores/as com direito a licença parental (nº de crianças nascidas no ano)	F	1	3	2	2	0
	M	6	2	8	8	0
Utilização de dispensa para consulta pré-natal (nº)	F	3	3	4	4	0
	M	2	1	2	2	0
Utilização de licença parental inicial (exclusiva da mãe) (nº)	F	1	3	2	2	0
Utilização de licença parental (exclusiva do pai obrigatória) (nº)	M	6	2	8	8	0
Utilização de licença parental (exclusiva do pai opcional) (nº)	M	4	0	4	4	0
Utilização de licença por interrupção da gravidez (nº)	F	0	0	0	0	0
Utilização de licença parental inicial não partilhada (nº)	F	0	1	2	2	0
	M	0	0	0	0	0
Utilização de licença parental inicial partilhada (nº)	F	1	2	0	0	0
	M	2	3	2	2	0
Taxa de retorno ao trabalho após utilização de licença parental (%)	F	100%	100%	100%	100%	0%
	M	100%	100%	100%	100%	0%
Utilização de dispensa para amamentação (nº)	F	1	3	0	0	0
Utilização de dispensa para aleitação (nº)	F	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0
Utilização de falta para assistência a filho/a menor de 12 anos (nº)	F	0	0	3	3	0
	M	0	0	1	1	0
Utilização de falta para assistência a filho/a maior de 12 anos (nº)	F	0	1	0	0	0
	M	0	0	0	0	0
Taxa de retorno ao trabalho após utilização de falta para assistência a filho/a (%)	F	0%	100%	100%	100%	0%
	M	0%	100%	100%	100%	0%

#### 5.4.2. Aspeto: Relações Laborais

##### ***G4-LA4 – Prazo Mínimo de Notificação sobre Mudanças Operacionais e se elas são Especificadas em Acordos de Negociação Coletiva***

A APS considera que a publicação do Decreto-Lei nº 44/2014 de 20 de março, que estabeleceu o regime de transferência dos portos de Faro e de Portimão do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P. (IPTM), para a APS-Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A. (APS), e que se efetivou com efeitos a partir de 01 de setembro de 2014, data a partir da qual passaram a estar sujeitos ao poder de direção da APS 36 pessoas (7 mulheres e 29 homens) por via da celebração de acordos de cedência de interesse público, se consubstanciou numa alteração significativa e relevante, quer para a empresa como um todo, quer também para os trabalhadores e trabalhadoras por outro.

Neste sentido, e como é prática na APS sempre que tal se mostre necessário, foram encetadas diversas reuniões com as estruturas mais representativas das pessoas do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P. (IPTM) afetas à prossecução de atribuições e ao exercício das competências transferidas para a APS, no sentido de minimizar eventuais impactos negativos, que não se chegaram a verificar, que pudessem ocorrer no decurso do processo de integração total das pessoas.

Pese embora não se encontrasse em vigor durante o período de relato qualquer acordo coletivo de trabalho, com exceção da legislação específica dirigida às administrações portuárias e de acordos pontuais firmados com os sindicatos, um dos princípios de atuação da APS em matéria de alterações organizacionais que possam ter um impacto significativo quer na empresa quer na situação

profissional dos trabalhadores e trabalhadoras, é justamente a manutenção do diálogo permanente com as estruturas sindicais, que desde sempre têm vindo a colaborar com a gestão da empresa, pelo que se considera ser esta constante relação de diálogo um dos fatores críticos de sucesso na implementação de mudanças organizacionais.

O quadro seguinte demonstra a evolução da taxa de sindicalização dos trabalhadores e trabalhadoras da empresa no último triénio:

ESTRUTURAS REPRESENTATIVAS DOS/AS TRABALHADORES/AS	APS				PORTO DE SINES	PORTO DE FARO	PORTO DE PORTIMÃO
	SEXO	2012	2013	2014	2014		
Total de Trabalhadores/as Sindicalizados/as	M	53	49	73	48	12	13
	F	10	6	11	5	0	6
	T	63	55	84	53	12	19
Efetivo em 31 de Dezembro	M	125	115	135	106	14	15
	F	47	43	49	43	0	6
	T	172	158	184	149	14	21
Taxa de Sindicalização	M	42%	43%	54%	45%	86%	87%
	F	21%	14%	22%	12%	0%	100%
	T	37%	35%	46%	36%	86%	90%

#### **5.4.3. Aspeto: Saúde e Segurança no Trabalho**

##### ***G4-LA5 – Percentagem da Força de Trabalho Representada em Comitês Formais de Saúde e Segurança, Compostos por Empregados/as de Diferentes Níveis Hierárquicos, que Ajudam a Monitorizar e Orientar Programas de Saúde e Segurança no Trabalho***

Todos os trabalhadores e trabalhadoras da APS estão representados numa comissão paritária de Segurança e Saúde no Trabalho, cuja constituição é publicitada no Boletim do Trabalho e do Emprego, que é composta por 3 representantes da empresa designados pelo Conselho de Administração (2 mulheres e 1 homem) e por 6 pessoas eleitas pelos trabalhadores e trabalhadoras, 3 efetivos/as (2 mulheres e 1 homem) e 3 suplentes (2 mulheres e 1 homem), e cuja constituição é publicitada no Boletim do Trabalho e do Emprego.

Complementarmente, assegura-se a promoção da segurança e saúde no trabalho através da realização de visitas aos postos de trabalho, que são realizadas por duas técnicas superiores de segurança e saúde no trabalho e pelo médico do trabalho, de acordo com o planeamento anual, ou na sequência de alterações que possam ocorrer quer no posto de trabalho quer nas atividades desenvolvidas, bem como no caso de identificação de restrições na saúde dos trabalhadores e trabalhadoras.

As visitas aos postos de trabalho são efetuadas conjuntamente com elementos da Comissão paritária de Segurança e Saúde no Trabalho e têm como objetivo monitorizar a segurança e saúde dos trabalhadores e trabalhadoras da empresa e implementar eventuais correções que se revelem necessárias realizar, sendo que as questões identificadas nas visitas, mediante o seu grau de

complexidade, deverão integrar as tabelas de identificação e avaliação de riscos e o programa de gestão de segurança e saúde no trabalho.

**G4-LA6 – Tipos e Taxas de Lesões, Doenças Ocupacionais, Dias Perdidos, Absentismo e Número de Óbitos Relacionados com o Trabalho, Discriminados por Região e Género**

Os dados reportados no presente indicador são demonstrativos que a APS tem preocupações ao nível da promoção da segurança e saúde nos locais de trabalho e da prevenção de ocorrência de acidentes de trabalho, encontrando-se todos os trabalhadores e trabalhadoras da empresa abrangidos por um seguro de acidentes de trabalho.

Acresce ainda que a empresa dispõe de um processo no âmbito do Sistema de Gestão Integrado, referente a tramitação e investigação de acidentes e incidentes, que está disponível para consulta por todos os trabalhadores e trabalhadoras da empresa, independentemente da modalidade de vínculo.

De salientar que a APS reporta parcialmente o presente indicador, não sendo relatados dados por região, tendo em conta que a empresa tem a sua sede no concelho de Sines, em Portugal, apesar de possuir unidades operacionais também em Faro e em Portimão, cujos trabalhadores e trabalhadoras integram os dados reportados, dados esses que são extraídos do Relatório Único – Informação sobre a Atividade Social da Empresa e nos quais foram utilizados para cálculo os dias seguidos contados a partir da data de ocorrência do acidente.

APS																			
ACIDENTES DE TRABALHO, NO TEMPO DE TRABALHO, COM TRABALHADORES VINCULADOS POR CONTRATO DE TRABALHO OU EQUIPARADO AO EMPREGADOR	O33	TOTAL			< A 1 DIA (sem dar lugar a baixa)			1 A 3 DIAS DE BAIXA			4 A 30 DIAS DE BAIXA			> 30 DIAS DE BAIXA			MORTAL		
		2012	2013	2014	2012	2013	2014	2012	2013	2014	2012	2013	2014	2012	2013	2014	2012	2013	2014
N.º de acidentes de trabalho (AT) ocorridos no ano de referência do relatório	M	2	1	3	1	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1	2	0	0	0
	F	1	0	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	3	1	4	1	0	1	0	0	0	2	0	1	0	1	2	0	0	0
N.º de dias de trabalho perdidos na sequência de AT ocorridos no ano de referência do relatório	M	7	85	173	0	0	0	0	0	0	7	0	9	0	85	164	0	0	0
	F	5	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	12	85	173	0	0	0	0	0	0	12	0	9	0	85	164	0	0	0
N.º de dias de trabalho perdidos no ano de ref. do relatório, na seq. dos AT ocorridos em anos anteriores	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	F	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

ACIDENTES DE TRABALHO, NO TEMPO DE TRABALHO, COM TRABALHADORES VINCULADOS POR CONTRATO DE TRABALHO OU EQUIPARADO AO EMPREGADOR	SEXO	TOTAL			< A 1 DIA (sem dar lugar a baixa)			1 A 3 DIAS DE BAIXA			4 A 30 DIAS DE BAIXA			> 30 DIAS DE BAIXA			MORTAL		
		PORTO DE SINES	PORTO DE FARO	PORTO DE PORTIMÃO	PORTO DE SINES	PORTO DE FARO	PORTO DE PORTIMÃO	PORTO DE SINES	PORTO DE FARO	PORTO DE PORTIMÃO	PORTO DE SINES	PORTO DE FARO	PORTO DE PORTIMÃO	PORTO DE SINES	PORTO DE FARO	PORTO DE PORTIMÃO	PORTO DE SINES	PORTO DE FARO	PORTO DE PORTIMÃO
		2014	2014	2014	2014	2014	2014	2014	2014	2014	2014	2014	2014	2014	2014	2014	2014	2014	2014
N.º de acidentes de trabalho (AT) ocorridos no ano de referência do relatório	M	3	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	2	0	0	0	0	0
	F	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	4	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	2	0	0	0	0	0
N.º de dias de trabalho perdidos na sequência de AT ocorridos no ano de referência do relatório	M	173	0	0	0	0	0	0	0	0	9	0	0	164	0	0	0	0	0
	F	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	173	0	0	0	0	0	0	0	0	9	0	0	164	0	0	0	0	0
N.º de dias de trabalho perdidos no ano de ref. do relatório, na seq. dos AT ocorridos em anos anteriores	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	F	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Cálculo das taxas de frequência e gravidade dos acidentes de trabalho	SEXO	APS			PORTO DE SINES	PORTO DE FARO	PORTO DE PORTIMÃO
		2012	2013	2014	2014		
Horas efectivamente trabalhadas (normais e suplementares) durante o ano - Total	T	293.003	277.045	278.115	256.766	8.385	12.964
N.º Total de Trabalhadores	T	172	162	184	149	14	21
	M	125	118	135	106	14	15
	F	47	44	49	43	0	6
N.º Total de Acidentes	T	3	1	4	4	0	0
	M	2	1	3	3	0	0
	F	1	0	1	1	0	0
N.º Total de Acidentes com Baixa	T	2	1	3	3	0	0
	M	1	1	3	3	0	0
	F	1	0	0	0	0	0
N.º Total de dias perdidos	T	12	85	173	173	0	0
	M	7	85	173	173	0	0
	F	5	0	0	0	0	0
Taxa de frequência Tf = (N.º de acidentes de trab. com baixa / N.º horas efectivamente trabalhadas) x 1.000.000	T	6,83	3,61	10,79	11,68	0,00	0,00
	M	3,41	3,61	10,79	11,68	0,00	0,00
	F	3,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxa de gravidade Tg = (N.º de dias perdidos / N.º horas efectivamente trabalhadas) x 1.000.000	T	40,96	306,81	622,04	673,77	0,00	0,00
	M	23,89	306,81	622,04	673,77	0,00	0,00
	F	17,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxa de incidência (Total AT) TIT = (N.º de AT Totais / N.º total de trab. ) x 1.000	T	17,44	6,17	21,74	26,85	0,00	0,00
	M	11,63	6,17	16,30	20,13	0,00	0,00
	F	5,81	0,00	5,43	6,71	0,00	0,00
Taxa de incidência (AT mortais) TIM = (N.º de AT mortais / N.º total de trab. ) x 1.000	T	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	M	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	F	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

#### ***G4-LA7 – Empregados/as com Alta Incidência ou Alto Risco de Doenças Relacionadas com a sua Ocupação***

A APS tem preocupações com a prevenção da segurança e saúde dos seus trabalhadores e trabalhadoras e não tem profissões com alta incidência ou alto risco de ocorrência de doenças específicas e/ou graves, registando os dados a seguir referidos:

AÇÕES DE INFORMAÇÃO		APS						PORTO DE SINES		PORTO DE FARO		PORTO DE PORTIMÃO	
		2012		2013		2014		2014					
Códig o	Designação - (Situação cont.emplada)	N.º Ações	N.º Destinatários	N.º Ações	N.º Destinatários	N.º Ações	N.º Destinatários	N.º Ações	N.º Destinatários	N.º Ações	N.º Destinatários	N.º Ações	N.º Destinatários
01	Admissão dos trabalhadores	6	7	1	1	3	33	1	1	1	13	1	19
02	Atividades que envolvem trabalhadores não pertencentes ao estabelecimento	0	0										
03	Mudança de posto de trabalho	0	0	1	1								
04	Introdução ou mudança de equipamento de	1	4										
05	Adoção de novas tecnologias	14	129			50	319	33	285	7	15	10	19
06	Utilização de equipamentos de proteção	0	0			2	24	2	24				
99	Outras situações contempladas	0	0	2	2								
Total		21	140	4	4	55	376	36	310	8	28	11	38

AÇÕES DE CONSULTA		APS						PORTO DE SINES		PORTO DE FARO		PORTO DE PORTIMÃO	
		2012		2013		2014		2014					
Código	Designação - (Razão da consulta)	N.º Ações	N.º Participantes	N.º Ações	N.º Participantes	N.º Ações	N.º Participantes	N.º Ações	N.º Participantes	N.º Ações	N.º Participantes	N.º Ações	N.º Participantes
01	Medidas de segurança, higiene e saúde no	2	181	2	166	2	163	2	163	0	0	0	0
02	Outras medidas com reflexos na promoção da segurança, higiene e saúde no trabalho	0	0	0	0			0	0	0	0	0	0
03	Programação e organização da formação	0	0	0	0			0	0	0	0	0	0
04	Designação de representante do empregador	0	0	0	0			0	0	0	0	0	0
05	Designação de trabalhadores responsáveis pelas atividades de 1.ºs socorros, combate a incêndios e evacuação de trabalhadores	0	0	0	0			0	0	0	0	0	0
06	Aquisição de equipamento de proteção individual	0	0	0	0	2	163	2	163	0	0	0	0
99	Outras ações de consulta	1	172	2	166	2	163	2	163	0	0	0	0
Total		3	353	4	332	6	489	6	489	0	0	0	0

AÇÕES DE FORMAÇÃO		APS						PORTO DE SINES			PORTO DE FARO		PORTO DE PORTIMÃO				
		2012			2013			2014			2014						
Código	Designação - (Tema da formação)	N.º Ações	N.º M	N.º F	N.º Ações	N.º M	N.º F	N.º Ações	N.º M	N.º F	N.º Ações	N.º M	N.º F	N.º Ações	N.º M	N.º F	
01	Riscos químicos																
02	Riscos físicos																
03	Riscos biológicos																
04	Riscos psicossociais e organizacionais																
05	Máquinas e equipamentos de trabalho																
06	Trabalhos com riscos especiais ( <i>exemplos: trabalhos em altura, espaços confinados, etc.</i> )																
07	Ergonomia																
08	Equipamento de proteção coletiva																
09	Equipamentos de proteção individual						2	23	1	2	23	1					
10	Promoção da segurança	8	7	10	12	57	3	7	20	33	6	20	31		1	0	2
11	Primeiros socorros						2	11	8	2	11	8					
12	Organização de emergência	8	56	3	2	29	10	10	69	17	10	69	17				
13	Segurança contra incêndios																
14	Legislação sobre segurança, higiene e saúde no																
15	Sinalização de segurança																
16	Promoção da saúde				1	6	18	1	0	3	1	0	3				
99	Outras ações de formação	1	3	8													
Total		17	66	21	15	92	31	22	123	62	21	123	60	0	0	0	2

APS																
EXAMES DE ADMISSÃO, PERIÓDICOS E/OU OCASIONAIS	SEXO	TOTAL			< A 18 ANOS			18 E 19 ANOS			20 A 50 ANOS			50 E MAIS ANOS		
		2012	2013	2014	2012	2013	2014	2012	2013	2014	2012	2013	2014	2012	2013	2014
		2012	2013	2014	2012	2013	2014	2012	2013	2014	2012	2013	2014	2012	2013	2014
Total de Exames	M	122	127	83	0	0	0	0	0	0	46	64	35	76	63	48
	F	48	73	43	0	0	0	0	0	0	18	44	15	30	29	28
	T	170	200	126	0	0	0	0	0	0	64	108	50	106	92	76
Total de exames de admissão	M	4	1	1	0	0	0	0	0	0	3	1	1	1	0	0
	F	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0
	T	5	1	2	0	0	0	0	0	0	4	1	2	1	0	0
Total de exames de periódicos	M	80	84	63	0	0	0	0	0	0	31	36	24	49	48	39
	F	33	32	29	0	0	0	0	0	0	12	13	9	21	19	20
	T	113	116	92	0	0	0	0	0	0	43	49	33	70	67	59
Total de exames ocasionais	M	38	42	19	0	0	0	0	0	0	12	27	10	26	15	9
	F	14	41	13	0	0	0	0	0	0	5	31	5	9	10	8
	T	52	83	32	0	0	0	0	0	0	17	58	15	35	25	17
Mudança de posto de trabalho	M	0	1	4	0	0	0	0	0	0	0	1	4	0	0	0
	F	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Alterações no posto de trabalho	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	F	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Regresso ao trab. após ausência superior a 30 dias	M	1	1	3	0	0	0	0	0	0	1	1	2	0	0	1
	F	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1	1
Pós baixa por acidente de trabalho	M	0	1	2	0	0	0	0	0	0	0	1	2	0	0	0
	F	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pós baixa por doença	M	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
	F	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1	1
Iniciativa do médico	M	34	22	12	0	0	0	0	0	0	10	7	4	24	15	8
	F	12	12	8	0	0	0	0	0	0	4	2	1	8	10	7
Pedido do trabalhador	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	F	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Por cessação do contrato de trabalho	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	F	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras razões	M	3	18	0	0	0	0	0	0	0	1	18	0	2	0	0
	F	1	28	4	0	0	0	0	0	0	1	28	4	0	0	0

EXAMES DE ADMISSÃO, PERIÓDICOS E/OU OCASIONAIS	SEXO	TOTAL			< A 18 ANOS			18 E 19 ANOS			20 A 50 ANOS			50 E MAIS ANOS		
		PORTO DE SINES	PORTO DE FARO	PORTO DE PORTIMÃO	PORTO DE SINES	PORTO DE FARO	PORTO DE PORTIMÃO	PORTO DE SINES	PORTO DE FARO	PORTO DE PORTIMÃO	PORTO DE SINES	PORTO DE FARO	PORTO DE PORTIMÃO	PORTO DE SINES	PORTO DE FARO	PORTO DE PORTIMÃO
		2014	2014	2014	2014	2014	2014	2014	2014	2014	2014	2014	2014	2014	2014	2014
		2014	2014	2014	2014	2014	2014	2014	2014	2014	2014	2014	2014	2014	2014	2014
Total de Exames	M	83	0	0	0	0	0	0	0	0	35	0	0	48	0	0
	F	43	0	0	0	0	0	0	0	0	15	0	0	28	0	0
	T	126	0	0	0	0	0	0	0	0	50	0	0	76	0	0
Total de exames de admissão	M	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
	F	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
	T	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0
Total de exames de periódicos	M	63	0	0	0	0	0	0	0	0	24	0	0	39	0	0
	F	29	0	0	0	0	0	0	0	0	9	0	0	20	0	0
	T	92	0	0	0	0	0	0	0	0	33	0	0	59	0	0
Total de exames ocasionais	M	19	0	0	0	0	0	0	0	0	10	0	0	9	0	0
	F	13	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0	0	8	0	0
	T	32	0	0	0	0	0	0	0	0	15	0	0	17	0	0
Mudança de posto de trabalho	M	4	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0
	F	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Alterações no posto de trabalho	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	F	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Regresso ao trab. após ausência superior a 30 dias	M	3	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	1	0	0
	F	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Pós baixa por acidente de trabalho	M	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0
	F	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pós baixa por doença	M	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
	F	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Iniciativa do médico	M	12	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	8	0	0
	F	8	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	7	0	0
Pedido do trabalhador	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	F	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Por cessação do contrato de trabalho	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	F	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras razões	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	F	4	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0



EXAMES COMPLEMENTARES		APS						PORTO DE SINES		PORTO DE FARO		PORTO DE PORTIMÃO	
Código Exame	Descrição	N.º total de exames	Factor de risco	N.º total de exames	Factor de risco	N.º total de exames	Factor de risco	N.º total de exames	Factor de risco	N.º total de exames	Factor de risco	N.º total de exames	Factor de risco
		2012		2013		2014		2014		2014		2014	
01	Hemograma	124	00	112	00	85	00	82	00	3	00	0	n.a.
02	Urina II	122	00	111	00	85	00	82	00	3	00	0	n.a.
03	Espirometria	94	00	74	00	25	00	21	00	4	00	0	n.a.
04	Rx Tórax	5	00	6	00	2	00	2	00	0	00	0	n.a.
05	TAC (Tomografia Axial Computurizada)	0	n.a.	0	n.a.	0	n.a.	0	n.a.	0	n.a.	0	n.a.
06	Audiograma	79	01	93	01	48	01	43	01	5	01	0	n.a.
07	Biomarcadores	0	n.a.	0	n.a.	0	n.a.	0	n.a.	0	n.a.	0	n.a.
08	Exame oftalmológico	67	00	61	00	49	00	46	00	3	00	0	n.a.
99	Outros exames complementares	1703	99	1581	99	1317	99	1280	99	37	99	0	n.a.

ATIVIDADES DA MEDICINA DO TRABALHO							
	SEXO	APS			PORTO DE SINES	PORTO DE FARO	PORTO DE PORTIMÃO
		2012	2013	2014	2014		
Exames médicos efetuados	M	122	127	83	83	0	0
	F	48	73	43	43	0	0
	T	170	200	126	126	0	0
Exames médicos de admissão	M	4	1	1	1	0	0
	F	1	0	1	1	0	0
	T	5	1	2	2	0	0
Exames médicos periódicos	M	80	84	63	63	0	0
	F	33	32	29	29	0	0
	T	113	116	92	92	0	0
Exames médicos Ocasionais e complementares	M	38	42	19	19	0	0
	F	14	41	13	13	0	0
	T	52	83	32	32	0	0
Visitas aos postos de trabalho		166	85	121	121	0	0
Visitas aos locais de trabalho		40	20	25	25	0	0
Despesa com a medicina do trab		6.622,02	5.715,68	5.062,95	4.203,05	859,90	0,00

VACINA		SEXO	APS			PORTO DE SINES	PORTO DE FARO	PORTO DE PORTIMÃO
Código	Descrição		2012	2013	2014	2014		
01	Tétano e Difteria	M	0	0	0	0	0	0
		F	0	0	0	0	0	0
		T	0	0	0	0	0	0
02	Gripe	M	39	0	29	25	2	2
		F	13	0	9	9	0	0
		T	52	0	38	34	2	2
03	Hepatite B	M	0	0	0	0	0	0
		F	0	0	0	0	0	0
		T	0	0	0	0	0	0
04	Imunizações específicas	M	0	0	0	0	0	0
		F	0	0	0	0	0	0
		T	0	0	0	0	0	0
99	Outras vacinas	M	18	19	36	36	0	0
		F	1	1	8	8	0	0
		T	19	20	44	44	0	0

#### ***G4-LA8 – Tópicos Relativos à Saúde e Segurança Cobertos por Acordos Formais com Sindicatos***

A resposta ao presente indicador encontra-se relatada no indicador G4-LA5, na parte referente a Comissão de Segurança e Saúde no Trabalho.

#### **5.4.4. Aspeto: Formação e Educação**

#### ***G4-LA9 – Número Médio de Horas de Formação por Ano por Empregado/a, Discriminado por Género e Categoria Funcional***

O investimento em formação profissional certificada e a possibilidade dos trabalhadores e trabalhadoras da empresa poderem usufruir de estatuto de trabalhador estudante obtendo maiores níveis de formação académica, é para a APS uma aposta fundamental na melhoria do capital humano da empresa e no desenvolvimento contínuo de competências, sendo os dados registados os seguintes:

AÇÕES DE FORMAÇÃO	SEXO	APS			PORTO DE SINES	PORTO DE PORTIMÃO	PORTO DE FARO
		2012	2013	2014	2014		
N.º de Ações	T	98	113	133	-	-	-
Frequência de Participantes	M	263	403	471	390	48	33
	F	75	191	311	294	17	0
	T	338	594	782	684	65	33
Nº Real de Participantes	M	137	119	111	82	15	14
	F	36	43	47	42	5	0
	T	173	162	158	124	20	14
N.º de Horas	M	5.764,00	2.935,00	4.984,80	4.456,80	301,00	227,00
	F	874,50	1.371,00	3.114,50	2.994,50	120,00	0,00
	T	6.638,50	4.306,00	8.099,30	7.451,30	421,00	227,00
Horas/Frequência de Participantes	M	21,92	7,28	10,58	11,43	6,27	6,88
	F	11,66	7,18	10,01	10,19	7,06	0,00
	T	19,64	7,25	10,36	10,89	6,48	6,88
Horas/Participante	M	42,07	24,66	44,91	54,35	20,07	16,21
	F	24,29	31,88	66,27	71,30	24,00	0,00
	T	38,37	26,58	51,26	60,09	21,05	16,21
Horas/Efetivo Médio	T	38,82	26,58	50,00	49,68	30,07	10,81
<b>Frequência de Participantes</b>		<b>338</b>	<b>594</b>	<b>782</b>	<b>684</b>	<b>65</b>	<b>33</b>
Dirigentes	M	4	10	10	10	0	0
	F	0	0	0	0	0	0
	T	4	10	10	10	0	0
Quadros superiores	M	127	186	222	217	4	1
	F	56	132	187	180	7	0
	T	183	318	409	397	11	1
Profissionais qualificados	M	47	59	112	47	36	29
	F	19	55	115	109	6	0
	T	66	114	227	156	42	29
Quadros médios	M	13	38	39	34	2	3
	F	0	0	0	0	0	0
	T	13	38	39	34	2	3
Profissionais semiqualeificados	M	72	110	88	82	6	0
	F	0	0	0	0	0	0
	T	72	110	88	82	6	0
Profissionais não qualificados	M	0	0	0	0	0	0
	F	0	4	9	5	4	0
	T	0	4	9	5	4	0
<b>Nº de Horas</b>		<b>6.638,50</b>	<b>4.306,00</b>	<b>8.099,30</b>	<b>7.451,30</b>	<b>421,00</b>	<b>227,00</b>
Dirigentes	M	2.571,00	101,50	504,50	504,50	0,00	0,00
	F	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	T	2.571,00	101,50	504,50	504,50	0,00	0,00
Quadros superiores	M	2.030,00	1.823,00	1.969,30	1.938,80	24,50	6,00
	F	709,00	1.178,00	2.241,00	2.190,50	50,50	0,00
	T	2.739,00	3.001,00	4.210,30	4.129,30	75,00	6,00
Profissionais qualificados	M	788,00	588	755,50	325,50	227,50	202,50
	F	165,50	187	826,50	777,00	49,50	0,00
	T	953,50	775,00	1.582,00	1.102,50	277,00	202,50
Quadros médios	M	79,00	176,5	724,00	692,50	13,00	18,50
	F	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
	T	79,00	176,50	724,00	692,50	13,00	18,50
Profissionais semiqualeificados	M	296,00	246,00	1.031,50	995,50	36,00	0,00
	F	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	T	296,00	246,00	1.031,50	995,50	36,00	0,00
Profissionais não qualificados	M	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	F	0,00	6,00	47,00	27,00	20,00	0,00
	T	0,00	6,00	47,00	27,00	20,00	0,00
<b>Nº de horas de formação por agrupamento profissional/total de frequência de trabalhadores por agrupamento profissional</b>		<b>682,35</b>	<b>34,77</b>	<b>103,22</b>	<b>105,83</b>	<b>30,91</b>	<b>19,15</b>
Dirigentes	M	642,75	10,15	50,45	50,45	0,00	0,00
	F	0,00	0,00	0,00	1,00	2,00	3,00
	T	642,75	10,15	50,45	50,45	0,00	0,00
Quadros superiores	M	15,98	9,80	8,87	8,93	6,13	6,00
	F	12,66	8,92	11,98	12,17	7,21	0,00
	T	14,97	9,44	10,29	10,40	6,82	6,00
Profissionais qualificados	M	16,77	9,97	6,75	6,93	6,32	6,98
	F	8,71	3,40	7,19	7,13	8,25	0,00
	T	14,45	6,80	6,97	7,07	6,60	6,98
Quadros médios	M	6,08	4,64	18,56	20,37	6,50	6,17
	F	0,00	0,00	0,00	1,00	2,00	3,00
	T	6,08	4,64	18,56	20,37	6,50	6,17
Profissionais semiqualeificados	M	4,11	2,24	11,72	12,14	6,00	0,00
	F	0,00	0,00	0,00	1,00	2,00	3,00
	T	4,11	2,24	11,72	12,14	6,00	0,00
Profissionais não qualificados	M	0,00	0,00	0,00	1,00	2,00	3,00
	F	0,00	0,00	5,22	5,40	5,00	0,00
	T	0,00	1,50	5,22	5,40	5,00	0,00
<b>Nº de horas por habilitação académica</b>		<b>6.638,50</b>	<b>4.306,00</b>	<b>8.099,30</b>	<b>7.451,30</b>	<b>421,00</b>	<b>227,00</b>
Formação Superior	M	4.592,00	1.968,00	3.109,30	3.060,30	24,50	24,50
	F	643,00	1.178,00	2.223,00	2.190,50	32,50	0,00
	T	5.235,00	3.146,00	5.332,30	5.250,80	57,00	24,50
Formação Secundária (=12 anos de escolaridade)	M	506,00	352,00	770,50	672,00	18,00	80,50
	F	213,50	133,00	542,50	506,00	36,50	0,00
	T	719,50	485,00	1.313,00	1.178,00	54,50	80,50
Formação Básica (<12 anos de escolaridade)	M	666,00	615,00	1.105,00	724,50	258,50	122,00
	F	18,00	60,00	349,00	298,00	51,00	0,00
	T	684,00	675,00	1.454,00	1.022,50	309,50	122,00

**G4-LA10 – Programas de Gestão de Competências e Aprendizagem Contínua que Contribuem para a Continuidade da Empregabilidade dos/as Empregados/as em Período de Preparação para a Aposentação/Reforma**

O presente indicador é complementar ao indicador G4-LA9, sendo também demonstrativo do investimento que a empresa faz para potenciar a aprendizagem ao longo da vida, e para possibilitar a aquisição do estatuto de trabalhador estudante aos trabalhadores e trabalhadoras que pretendam elevar o grau das suas qualificações académicas.

VOLUME TOTAL DE HORAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E ACADÉMICA	APS				PORTO DE SINES	PORTO DE PORTIMÃO	PORTO DE FARO
	SEXO	2012	2013	2014	2014		
Efectivo médio	T	171	162	162	150	14	21
Volume total de horas de formação	M	5.764,00	2.935,00	4.984,80	4.456,80	301,00	227,00
	F	874,50	1.371,00	3.114,50	2.994,50	120,00	0,00
	T	6.638,50	4.306,00	8.099,30	7.451,30	421,00	227,00
Volume total de horas de formação profissional	M	2.556,50	2.282,50	4.722,80	4.194,80	301,00	227,00
	F	830,50	1.191,00	3.093,50	2.973,50	120,00	0,00
	T	3.387,00	3.473,50	7.816,30	7.168,30	421,00	227,00
Doutoramentos, Mestrados, Pós-graduações, Cursos de Nível V e IV	M	3.039,50	519,50	192,00	192,00	0,00	0,00
	F	44,00	180,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	T	3.083,50	699,50	192,00	192,00	0,00	0,00
Estatuto de trabalhador estudante	M	168,00	133,00	70,00	70,00	0,00	0,00
	F	0,00	0,00	21,00	21,00	0,00	0,00
	T	168,00	133,00	91,00	91,00	0,00	0,00
RVCC	T	n.a.	n.a.	n.a.	0,00	0,00	0,00
RVCC Básico	M	n.a.	n.a.	n.a.	0,00	0,00	0,00
	F	n.a.	n.a.	n.a.	0,00	0,00	0,00
	T	n.a.	n.a.	n.a.	0,00	0,00	0,00
RVCC Básico (formação complementar)	M	n.a.	n.a.	n.a.	0,00	0,00	0,00
	F	n.a.	n.a.	n.a.	0,00	0,00	0,00
	T	n.a.	n.a.	n.a.	0,00	0,00	0,00
RVCC Secundário	M	n.a.	n.a.	n.a.	0,00	0,00	0,00
	F	n.a.	n.a.	n.a.	0,00	0,00	0,00
	T	n.a.	n.a.	n.a.	0,00	0,00	0,00
<b>Nº de horas por habilitação académica</b>		<b>6.638,50</b>	<b>4.306,00</b>	<b>8.099,30</b>	<b>7.451,30</b>	<b>421,00</b>	<b>227,00</b>
Formação Superior	M	4.592,00	1.968,00	3.109,30	3.060,30	24,50	24,50
	F	643,00	1.178,00	2.223,00	2.190,50	32,50	0,00
	T	5.235,00	3.146,00	5.332,30	5.250,80	57,00	24,50
Formação Secundária (=12 anos de escolaridade)	M	506,00	352,00	770,50	672,00	18,00	80,50
	F	213,50	133,00	542,50	506,00	36,50	0,00
	T	719,50	485,00	1.313,00	1.178,00	54,50	80,50
Formação Básica (<12 anos de escolaridade)	M	666,00	615,00	1.105,00	724,50	258,50	122,00
	F	18,00	60,00	349,00	298,00	51,00	0,00
	T	684,00	675,00	1.454,00	1.022,50	309,50	122,00
Média de horas de formação	T	38,82	26,58	50,00	49,68	30,07	10,81
Total de custos diretos com formação	M	24.671,74	22.692,39	30.338,90	29.055,57	1.083,33	200,00
	F	4.706,23	11.786,37	10.017,95	9.506,52	511,43	0,00
	T	29.377,97	34.478,76	40.356,84	38.562,09	1.594,76	200,00

**G4-LA11 – Percentagem de Empregados/as que Recebem Regularmente Análises de Desempenho e de Desenvolvimento de Carreira, Discriminado por Género e Categoria Funcional**

Todos os trabalhadores e trabalhadoras da empresa, independente da carreira profissional que detêm e da função que exercem, são sujeitos a processos de avaliação de desempenho anuais efetuados com base, por um lado na avaliação do desempenho das unidades orgânicas, e por outro lado, com base em critérios de avaliação do cumprimento de objetivos, que podem ser de eficácia, de eficiência e de qualidade, e na demonstração de competências, critérios esses que são sempre definidos e acordados entre as partes no início do período de avaliação.

Acresce ainda que todo o processo de avaliação de desempenho está documentado no âmbito do Sistema de Gestão Integrado, através do Procedimento PD035, e encontra-se disponível para consulta

por todos os trabalhadores e trabalhadoras, pelo que os efeitos da avaliação de desempenho nas condições de progressão nas carreiras profissionais constam de legislação específica para as administrações públicas, designadamente em portaria regulamentadora do Estatuto de Pessoal das Administrações Portuárias.

#### **5.4.5. Aspeto: Igualdade de Remuneração entre Mulheres e Homens**

##### ***G4-LA13 – Razão Matemática do Salário e Remuneração entre Mulheres e Homens, Discriminada por Categoria Funcional e Unidades Operacionais Relevantes***

A resposta ao presente indicador encontra-se no ponto referente a igualdade de oportunidades, constante do presente Relatório.

### **5.5. Categoria: Social – Subcategoria: Direitos Humanos**

#### **5.5.1. Aspeto: Não Discriminação**

##### ***G4-HR3 – Número Total de Casos de Discriminação e Medidas Corretivas Tomadas***

Na APS não se verificaram casos de discriminação por motivo de raça, cor, género, religião, opinião política, ascendência nacional ou origem social, nem por qualquer outro tipo de motivo. Além do mais, a APS tem um regulamento documentado em vigor, enquadrado no âmbito do Sistema de Gestão Integrado, referente a Código de Ética e de Conduta (RI19), disponível em <http://www.apsinesalgarve.pt/governo-da-sociedade/código-de-ética-e-de-conduta/> que é aplicável a todos os trabalhadores e trabalhadoras, bem a como a todas as pessoas que, em algum momento, atuem em nome da APS, no qual se encontram previstos os direitos humanos e a igualdade como princípios gerais de atuação da APS.

#### **5.5.2. Aspeto: Práticas de Segurança**

##### ***G4-HR7 – Percentagem do Pessoal de Segurança que Recebeu Formação nas Políticas ou Procedimentos da Organização Relativos a Direitos Humanos que sejam Relevantes às Operações***

A atividade de vigilância das instalações da empresa e do seu património, em Sines e em Faro, é garantida por uma empresa externa, estando afetas a este serviço em Sines 14 pessoas (2 mulheres e 12 homens), sendo que para o exercício das funções todas as pessoas são titulares de cartão profissional emitido pelo Ministério da Administração Interna.

## 5.6. Categoria: Social – Subcategoria: Sociedade

### 5.6.1. Aspeto: Comunidades Locais

#### ***G4-S01 – Percentagem de Operações com Programas Implementados de Envolvimento da Comunidade Local, Avaliação de Impactos e Desenvolvimento Local***

O desenvolvimento das atividades portuárias tenta sempre conciliar o seu dinamismo com a manutenção de espaços naturalizados de recreio e lazer e o desenvolvimento do turismo, pelo que o planeamento cuidado destas atividades tem possibilitado a preservação do ambiente que as rodeia, inclusive, das praias.

Neste sentido, foi executado o Plano Geral de Exames Químicos e Microbiológicos do Porto de Sines por forma a avaliar a qualidade da água e das areias para uso balnear, tendo sido finalizado o plano de monitorização dos ambientes marinhos relativo aos anos de 2012 a 2014, que foram desenvolvidos em colaboração com o Laboratório de Ciências do Mar da Universidade de Évora, sedado em Sines, e sido ainda promovidas atividades de educação ambiental na praia Vasco da Gama, na época balnear.

A empresa efetua sensibilizações às empresas concessionárias e licenciadas de instalações na área portuária, para o cumprimento de requisitos obrigatórios e para a implementação de boas práticas, possuindo ainda um sistema de registo de reclamações ambientais, tendo no ano de 2014 sido identificada uma comunicação relativa a alegadas insuficiências dos meios portuários de receção de resíduos, não tendo sido registado nenhum acidente ou incidente significativo.

Procurou-se ainda manter as colaborações e protocolos já existentes que tivessem especial incidência na comunidade local, como os Protocolos de Colaboração com a Universidade de Évora e com a QUERCUS.

Em 2014 a APS integrou também o COMSINES que corresponde a um painel permanente e organizado de diálogo entre empresas e entidades representativas da Comunidade de Sines, onde se pretende promover o desenvolvimento sustentável, o bem estar e a qualidade de vida da comunidade de Sines, através de um atuação proactiva.

Ainda durante o período de relato do presente Relatório decorreu também a Avaliação Ambiental da Expansão do Terminal de Contentores (TXXI) do Porto de Sines (3.<sup>a</sup> e 4.<sup>a</sup> fases), cujo projeto compreende o prolongamento do molhe leste de proteção, a expansão do cais e terraplenos e a regularização e desmonte de rocha na bacia portuária.

#### ***G4-S02 – Operações com Impactos Negativos Significativos Reais e Potenciais nas Comunidades***

A atividade dos Portos de Sines, Portimão e Faro gera importantes impactos diretos, indiretos e induzidos ao nível local, regional e, mesmo, nacional. Para além dos efeitos positivos anteriormente enumerados esta atividade, pela sua natureza, pode ser potencialmente causadora de riscos ou impactos negativos ao nível local, principalmente em termos ambientais.

Importa assim assegurar a existência dos procedimentos e meios necessários para a minimização desses riscos e impactos, sendo que durante o ano de 2014 a APS manteve a certificação ambiental, de acordo com a norma ISO 14001:2004, estando por isso obrigada a adotar, assegurar e manter políticas de redução do impacto da sua atividade no ambiente.

A estratégia ambiental do porto assenta em duas vertentes. Na vertente reativa, através do adequado planeamento e apetrechamento para o combate à poluição e como medida de resposta a situações de emergência e, na vertente preventiva, na aplicação de medidas que minimizem as emissões para o ar, água e solo e no controlo e na monitorização ambiental. Neste controlo e monitorização são envolvidas, entre outras, entidades ligadas à investigação e ao ensino e abrangidas áreas como os ambientes marinhos, o ar, a água balnear e o solo.

Encontram-se também definidas e implementadas na organização medidas relacionadas com a recolha seletiva de resíduos, com os requisitos e critérios ambientais enquadrados na Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas.

#### **5.6.2. Aspeto: Combate à Corrupção**

#### ***G4-S03 – Número Total e Percentagem de Operações Submetidas a Avaliações de Riscos relacionados à Corrupção e os Riscos Significativos Identificados***

No âmbito da Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção de 1 de julho de 2009 sobre planos de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas, foi criado um Plano de Prevenção de Riscos de *Compliance* na APS, disponível em <http://www.apsinesalgarve.pt/governo-da-sociedade/plano-de-prevencao-de-riscos-de-compliance/> que tem vindo a ser mantido, e que tem como principal objetivo a salvaguarda de aspetos fundamentais na tomada de decisão em conformidade com a legislação e com os procedimentos vigentes, assim como com as obrigações contratuais a que as instituições se encontram vinculadas.

O Plano de Prevenção de Riscos de *Compliance* procede à identificação de riscos por unidade orgânica, assim como à descrição dos critérios de risco, funções e responsabilidades do processo, procedendo-se a auditorias anuais a todas as unidades da APS no que respeita aos riscos identificados

para o ciclo. Durante o ano de 2014 foram analisados os seguintes processos: acidentes de trabalho, ações corretivas e preventivas, atribuição de benefícios públicos, atribuição de licenças e autorizações, auditoria, avaliação de fornecedores, Cartão Único Portuário, compras, comunicação externa - ambiente e segurança, controlo e gestão documental, faturação, formação profissional, formação, celebração e execução de contratos, gestão da frota automóvel, gestão de contratos de concessão, gestão de contratos de empreitadas, fornecimentos e serviços, gestão de tarifários, plano de prevenção de riscos de *compliance*, processamento salarial, trem naval, projeto e implementação de infraestruturas, publicidade, recursos humanos, requisitos legais e outros requisitos - ambiente e segurança, satisfação de clientes, seleção e recrutamento RH, suporte informático e de comunicação, tratamento de reclamações, gestão do porto de recreio, gestão documental, identificação e controlo de requisitos legais gerais, impactes ambientais e riscos de segurança, incompatibilidades, manutenção de infraestruturas, movimentação de navios no porto, património, pilotagem e planeamento e revisão do SI.

Durante o ano de 2014 manteve-se o bom desempenho do processo, tendo sido auditadas todas as unidades da APS para os processos referidos, sendo os resultados do último triénio os seguintes:

INDICADOR/ÍNDICE	APS			PORTO DE SINES	PORTO DE FARO	PORTO DE PORTIMÃO
	2012	2013	2014	2014	2014	2014
Percentagem de implementação das medidas de prevenção identificadas em auditoria interna	97%	95%	99%	99%	n.a.	n.a.
Percentagem de unidades auditadas	100%	100%	100%	100%	0%	0%
Índice de desempenho médio das unidades da APS	98%	95%	99%	99%	n.a.	n.a.
Número de não conformidades detetadas	1	1	0	0	n.a.	n.a.
Número de oportunidades de melhoria detetadas	8	9	0	0	n.a.	n.a.

#### ***G4-S04 – Comunicação e Formação em Políticas e Procedimentos de Combate à Corrupção***

A comunicação sobre as políticas e procedimentos anticorrupção é efetuada através do Plano de Prevenção de Riscos de *Compliance* (PP02) e respetivo mapa de acompanhamento (DQA.PL15.001), documentos que são públicos e que se encontram publicados na página eletrónica da APS em <http://www.apsinesalgarve.pt/governo-da-sociedade/plano-de-prevenção-de-riscos-de-compliance/>, sendo ainda objeto de revisão e envio para o Conselho de Prevenção da Corrupção e para os órgãos de superintendência, tutela e controlo da empresa, acompanhados do relatório de execução do ano em referência.



No que respeita à comunicação interna, procede-se à divulgação do Plano de Prevenção de Riscos de *Compliance*, através da sua formalização enquanto documento do Sistema de Gestão Integrado, dando-se conhecimento do mesmo também a outros colaboradores/as, designadamente estagiários/as, no momento do acolhimento na empresa.

No ano de 2014 não foi planeada nem ministrada formação em procedimentos de combate à corrupção.

#### ***G4-S05 – Casos Confirmados de Corrupção e Medidas Tomadas***

Desde a implementação do Plano de Prevenção de Riscos de *Compliance* em 2009, disponível em <http://www.apsinesalgarve.pt/governo-da-sociedade/plano-de-prevencao-de-riscos-de-compliance/>, não foram registados casos de corrupção, encontrando-se demonstrados nos documentos publicados na página eletrónica da empresa a avaliação, controlo e monitorização de riscos de *compliance* da APS.

#### **5.6.3. Aspeto: Políticas Públicas**

##### ***G4-S06 – Valor Total de Contribuições Financeiras para Partidos Políticos e Políticos, Discriminado por País e Destinatário/a e/ou Beneficiário/a***

A APS não registou a atribuição de qualquer contribuição financeira ou em espécie para partidos políticos e políticos.

#### **5.6.4. Aspeto: Concorrência Desleal**

##### ***G4-S07 – Número Total de Ações Judiciais Movidas por Concorrência Desleal, Práticas de Trust e Monopólio e seus Resultados***

A APS não foi demandada em qualquer ação judicial por concorrência desleal ou outras práticas anti concorrenciais.

#### **5.6.5. Aspeto: Conformidade**

##### ***G4-S08 – Valor Monetário de Multas Significativas e Número Total de Sanções não Monetárias Aplicadas em Decorrencia da não Conformidade com Leis e Regulamentos***

A APS não foi punida pela não conformidade com leis ou regulamentos.

## 5.7. Categoria: Social – Subcategoria: Responsabilidade pelo Produto

### 5.7.1. Aspeto: Saúde e Segurança do Cliente

#### ***G4-PR1 – Percentagem das Categorias de Produtos e Serviços Significativas para as quais são Avaliados Impactos na Saúde e Segurança Buscando Melhorias***

No âmbito do Sistema de Gestão Integrado, a APS tem um procedimento documentado, PD010 – Gestão de contratos de concessão, de licenciamento e da ZALSINES, que se destina a regulamentar as atividades, funções e responsabilidades relativas aos processos de realização do âmbito da gestão de contratos de concessão e de licenciamento, sendo da responsabilidade da APS o acompanhamento e validação das ações necessárias ao cumprimento dos contratos de concessão, de licenciamento, de utilização de bens e prestação de serviços e de direito de superfície, pelo que para o efeito são realizadas reuniões periódicas para dirimir eventuais desvios ou ocorrências não conformes, procedendo-se também à elaboração da documentação acessória de suporte para apoio a essas atividades.

A avaliação de desempenho da concessionária ou licenciada é realizada através de auditorias que podem abranger, entre outras e quando aplicável, as áreas operacional, de ambiente, de segurança, financeira, de infraestruturas e equipamentos, de sistemas de gestão e de sistemas informáticos e comunicações.

Os índices de desempenho obtidos nas avaliações efetuadas são registados procedendo-se à avaliação do seu desempenho, pelo que as ações corretivas evidenciadas são acompanhadas em conformidade com as metodologias dos respetivos sistemas implementados ou, na inexistência destes, em conformidade com o acordado entre as partes.

#### ***G4-PR2 – Número Total de Casos de Não Conformidade com Regulamentos e Códigos Voluntários Relacionados aos Impactos Causados por Produtos e Serviços na Saúde e Segurança Durante o Seu Ciclo de Vida, Discriminado por Tipo de Resultado***

Sendo a proteção da saúde e segurança uma meta reconhecida de vários regulamentos nacionais e internacionais, a APS segue o código voluntário respeitante à saúde e segurança (OHSAS 18001), um conjunto de normas orientadoras para a implementação e manutenção de um Sistema de Gestão da Segurança e Saúde Ocupacional, consubstanciando-se numa ferramenta que fornece orientações sobre as quais a empresa pode implementar e ser avaliada em relação aos documentos de saúde e segurança do trabalho implementados, como por exemplo PP05 – Plano de Saúde Ocupacional, PD045 - Monitorização Ambiental e Segurança e PD048 – Investigação de acidentes.

No ano de 2014 não foram identificados caso de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados com impactos causados por produtos e serviços na saúde e segurança durante o seu ciclo de vida, nem por via de exigências legais nem no âmbito de procedimentos internos.

### **5.7.2. Aspeto: Comunicações de Marketing**

#### ***G4-PR6 – Venda de Produtos Proibidos ou Contestados***

A APS pertence ao Setor Empresarial do Estado (SEE) e presta um serviço público, não procedendo à venda de produtos.

#### ***G4-PR7 – Número Total de Casos de Não Conformidade com Regulamentos e Códigos Voluntários Relativos a Comunicações de Marketing, Incluindo Publicidade, Promoção e Patrocínio, Discriminados por Tipo de Resultados***

Não foram detetados na APS casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio.

### **5.7.3. Aspeto: Conformidade**

#### ***G4-PR9 – Valor Monetário de Multas Significativas por Não Conformidade com Leis e Regulamentos Relativos ao Fornecimento e Uso de Produtos e Serviços***

A APS não foi sancionada por não conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços.

## **5.8. Outros**

### **5.8.1. Aspeto: Volumes de mercadorias movimentadas por Terminal/Operador**

Movimento de Mercadorias (unidade: ton)	PORTO DE SINES		
	2012	2013	2014
Terminal de Granéis Líquidos	14.389.737	17.135.329	16.238.215
Terminal Petroquímico	346.352	423.385	533.662
Terminal Multipurpose	5.369.353	4.925.283	5.042.460
Terminal de Contentores	6.740.145	11.919.225	14.170.205
Terminal de Gás Natural	1.681.171	1.986.380	1.459.925
<b>Total Geral</b>	<b>28.526.758</b>	<b>36.389.603</b>	<b>37.444.467</b>

Movimento de Contentores (unidade: TEU)	PORTO DE SINES		
	2012	2013	2014
Terminal Multipurpose	2	9	9
Terminal de Contentores	550.753	923.930	1.210.928
<b>Total Geral</b>	<b>550.755</b>	<b>923.939</b>	<b>1.210.937</b>

Movimento de Mercadorias (unidade: ton)	PORTO DE FARO	PORTO DE PORTIMÃO
	2014	2014
Cais Comercial	367.412	
Cais de Comércio e Turismo		0

## 6. Conteúdos Padrão Gerais

As referências aos conteúdos padrão gerais encontram-se indicadas na tabela que contém o sumário de conteúdo da GRI, com menção também ao Relatório de Gestão e Contas e ao Relatório do Governo Societário.

## 7. Desenvolvimento Social e Cidadania

No presente ponto destacam-se algumas atividades da empresa no âmbito da participação com a sociedade, tendo em consideração que a sustentabilidade da APS depende da sua capacidade de interação com a envolvente, destacando-se a renovação do Rótulo Europeu de Responsabilidade Social, a atribuição do 1º Prémio Ensaio, o Dia do Porto de Sines, a participação na 9ª Edição das “24 Horas de Logística”, o embarque de jovens descendentes de trabalhadores e trabalhadoras no Navio de Treino de Mar NTM CREOULA, entre Lisboa e Cádiz, e outras iniciativas de carácter ambiental.

No ano de 2014 a APS foi novamente galardoada com o Rótulo Europeu de Responsabilidade Social (*CEEP-CSR Label*) que reconhece a qualidade dos serviços públicos e de interesse geral prestados, assim como as boas práticas empresariais implementadas no âmbito da Responsabilidade Social Corporativa. O prémio recebido incidiu sobre três projetos da APS que foram reconhecidos como boas práticas: a implementação da Janela Única Logística (JUL), o desenvolvimento do Módulo de Transportes do Sistema de Identificação e Informação Geográfica (SIIG) e o projeto de minimização de riscos psicossociais no âmbito do stresse no local de trabalho. A JUL transpõe, para as ligações ferroviárias e rodoviárias do Porto de Sines ao *hinterland*, as facilitações anteriormente aplicadas no tráfego marítimo através da Janela Única Portuária, passando agora a ter uma componente mais abrangente de logística, garantindo visibilidade global da cadeia de transporte. Através da estreita e

frutífera colaboração entre todas as partes interessadas (autoridade e agentes económicos intervenientes no processo), a JUL contribui de forma preponderante para melhorar a eficiência do porto, gerando uma oferta de serviços de valor acrescentado aos seus clientes. O módulo de transportes do SIIG permitiu aumentar os níveis de eficiência da gestão e supervisão portuária associada ao transporte terrestre, assim como o incremento dos níveis de segurança e competitividade do porto. O projeto de minimização de riscos psicossociais no âmbito do stresse no local de trabalho teve como objetivo geral prevenir a ocorrência de perigos e minimizar riscos de não gestão do stresse no quotidiano das pessoas que trabalham na empresa. O CEEP - *Centre of Employers and Enterprises providing Public Services*, sedado em Bruxelas, tem como missão unir as empresas públicas sob o desígnio comum da excelência e da promoção da cooperação e solidariedade entre instituições, agindo como seu interlocutor na Comissão Europeia.



Na sequência do seu lançamento, a APS procedeu à atribuição do 1º Prémio Ensaio do Porto de Sines, no valor de cinco mil euros, ao melhor trabalho na área da Gestão e Economia Portuária concluído entre 2012 e 2014. A 1ª edição deste prémio contou com a participação de três trabalhos, que apresentaram candidatura e foram avaliados pelo júri. O júri do prémio foi composto pelo Dr. João Franco, presidente do Conselho de administração do Porto de Sines, professores doutores João Duque e José Augusto Felício, do ISEG, professor doutor João Guerreiro, da Faculdade de Economia da Universidade do Algarve, e Dr. José António Contradanças, quadro da APS.

O júri deliberou atribuir o 1º prémio, por maioria, ao trabalho intitulado "O Porto de Sines – um ativo geoestratégico nacional, da autoria do Doutor Paulo Jorge M. Pires Moreira. O trabalho vencedor evidencia as capacidades e aspirações do Porto de Sines que, fruto da sua localização e das suas potencialidades competitivas, se afirma como um ativo estratégico capaz de se integrar e satisfazer a procura de uma cadeia do transporte marítimo à escala mundial. O trabalho explora, igualmente, com razoabilidade, as implicações que poderá ter para Sines o alargamento do Canal do Panamá. A menção honrosa foi atribuída, por unanimidade, ao trabalho "Avaliação de cenários intermodais de transporte para o Porto de Sines: uma oportunidade para o transporte marítimo de curta distância?", da autoria da Doutora Elisabete Maria Mourinho Arsénio Guterres de Almeida e do Engenheiro José João Prata Oliveira Laranjeira da Silva. Este trabalho foi distinguido pela sua originalidade na abordagem

específica de um tema pouco referenciado como potencial para o Porto de Sines, que revela uma boa abordagem metodológica e qualidade científica.



A empresa estabeleceu também o dia 19 de junho, como o Dia do Porto de Sines, com o objetivo de abrir o porto e a sua componente operacional à sociedade envolvente, com particular incidência sobre as escolas, sendo essa data relativa ao dia da publicação do Decreto-Lei n.º 270/71, de 19 de junho, que constituiu o Gabinete da Área de Sines marcando o início de todo o processo.

Pretendeu-se que este fosse um dia diferente, em que os participantes pudessem aceder a áreas que normalmente não estão abertas ao público, sendo possível conhecer o quotidiano de uma infraestrutura portuária de cariz internacional, como o Porto de Sines, incluindo o evento, aberto a toda a comunidade com o objetivo de aproximar o porto e as empresas das pessoas, uma visita aos terminais portuários e a várias salas de comando e controlo, assim como um passeio de rebocador que permitiu ver o porto de outra perspetiva.

O evento foi promovido pela APS e pela CPSI – Comunidade Portuária de Sines, contando com o apoio da Câmara Municipal de Sines, e teve mais de 150 participantes inscritos que aderiram a esta iniciativa, destacando-se também a colaboração dos diversos concessionários e prestadores de serviços do porto, que deram todo o apoio à realização do evento.

O dia terminou com a realização do III Serão Porto de Sines, no auditório da APS, com a participação do Grupo de fados de Coimbra “Serenata ao Luar”, composto por elementos da Associação de Antigos Estudantes de Coimbra em Lisboa.





Durante o ano de 2014 a APS manteve a sua política de concessão de estágios ao nível de diversos graus de ensino, acolhendo também pessoas com deficiência, o que tem vindo a contribuir para a melhoria das competências comportamentais, destacando-se neste âmbito, a realização da 9ª Edição das “24 Horas de Logística”, organizada pela SFORI (*Strategy for Improvement*), sendo um evento formativo, de carácter experiencial focado na melhoria da capacidade de trabalho em grupo e de tomada de decisões em situações limite ou de crise, pelo que esta ação formativa pretendeu ser encarada como um desafio técnico e interpessoal, quer para os concorrentes, quer para as empresas onde estes trabalham.

A decorrer num contexto real e em consonância com um dos elementos diferenciadores do Porto de Sines, funcionamento 24 horas ininterruptas, esta iniciativa visou testar os participantes, colocando à prova as capacidades intelectuais e relacionais dos mesmos, através de desafios alusivos à área funcional da logística e distribuição, num modelo único, intenso e de elevado impacto, tendo as equipas sido seguidas, durante 24 horas por vários Observadores que analisaram o desempenho dos/as participantes com base nas suas dinâmicas comportamentais. Esta iniciativa foi acreditada pela DGERT, e para além da vertente competitiva, assumiu também um carácter formativo experiencial podendo assim ser integrada no plano de formação das empresas



A participação de dois jovens descendentes de trabalhadores e trabalhadoras da APS no embarque no Navio de Treino de Mar NTM CREOULA, entre Lisboa e Cádiz, numa iniciativa da Associação Portuguesa de Treino de Vela (APORVELA) na qual participaram a APS e a Câmara Municipal de Sines, constitui-se também numa possibilidade única de aproximar os/as descendentes dos trabalhadores e



trabalhadoras da prática marítima, tomando um maior conhecimento com o mar e com a vida a bordo.

No que respeita a outras iniciativas de carácter ambiental, destaca-se a manutenção dos galardões “Bandeira Azul” e “Qualidade de Ouro” relativamente à Praia Vasco da Gama, assim como a renovação do galardão “Bandeira Azul” atribuído ao Porto de Recreio de Sines.

A bandeira “Qualidade de Ouro” é atribuída pela Quercus - Associação Nacional de Conservação da Natureza, às zonas balneares que se destacam por, durante um período de 5 anos, terem tido sistematicamente os melhores resultados em termos de qualidade da água balnear, de acordo com os indicadores disponibilizados pelo Instituto da Água, ao abrigo da legislação nacional e comunitária em vigor. Esta avaliação é baseada na qualidade da água das praias e a Quercus pretende realçar as praias que ao longo de cinco anos apresentam sistematicamente uma água balnear de boa qualidade ou qualidade excelente, e que, nesse sentido, oferecem uma maior fiabilidade aos utentes.



A “Bandeira Azul” é um símbolo de qualidade ambiental atribuído anualmente às praias e portos de recreio que cumpram um conjunto de critérios de natureza ambiental, de segurança e conforto dos utentes, bem como de informação e sensibilização ambiental.

Também no âmbito do Programa Bandeira Azul da Europa 2014, sob o tema “Poluição dos Oceanos – esclarecer, planear e agir”, a APS promoveu um conjunto de atividades ambientais e lúdicas dirigidas a toda a comunidade, orientadas para a gestão sustentada dos oceanos, conforme segue:

- Atividade “Olhares d’água”, realizada no Porto de Recreio, desenvolvida em parceria com a ECOALGA, a Câmara Municipal de Sines e a Federação Portuguesa de Atividades Subaquáticas, que consistiu em documentar a biodiversidade existente no Porto de Sines, através duma vasta gama de fotografias, a adaptação da vida marinha e da biodiversidade nas estruturas humanizadas da frente marinha nacional;
- Atividade “Recuperar o Mar”, realizada no Porto de Recreio e na Praia Vasco da Gama, desenvolvida em conjunto com a Câmara Municipal de Sines e a ECOALGA, que consistiu na limpeza subaquática na Praia Vasco da Gama e Porto de Recreio, cujo objetivo foi recolher o máximo de resíduos depositados;

- Atividade “Biodiversidade na Marina”, realizada no Porto de Recreio, desenvolvida em parceria com a Universidade de Évora – CIEMAR, cujo objetivo foi a divulgação de conhecimentos científicos sobre a biodiversidade e a ecologia do litoral marinho de substrato duro, com observação *in situ* da diversidade de animais e algas deste tipo de *habitat*.

A par das atividades referidas, destaca-se a realização com sucesso da auditoria de renovação da certificação de ambiente e segurança, de acordo com os referenciais ISO 14001:2004 e OHSAS 18001:2007, sendo que as normas, aplicáveis à movimentação de navios no porto, pilotagem, gestão de contratos de concessão e de licenciamentos, gestão do Porto de Recreio e gestão da ZALSINES – Zona intraportuária, demonstraram a conformidade com os requisitos exigidos, na política ambiental e de segurança, prevenção de poluição, prevenção de riscos conformidade legal e melhoria contínua. Assim e por ter sido evidenciada a consolidação do sistema de gestão integrado nas vertentes de ambiente e segurança, assim como do desempenho ambiental e de segurança em termos gerais, a *Lloyd's Register Quality Assurance* recomendou a renovação da certificação ambiental e de saúde e segurança.

Esta renovação reforçou os compromissos assumidos publicamente pela APS de integrar, avaliar e acompanhar os aspetos ambientais e de segurança nos processos, bem como promover a melhoria contínua.

## 8. Igualdade entre Mulheres e Homens

A Resolução do Conselho de Ministros nº 49/2007 de 28 de março, que aprovou os princípios de bom governo das empresas do Sector Empresarial do Estado (SEE), e a Resolução do Conselho de Ministros nº 70/2008 de 22 de abril, que aprovou as orientações estratégicas do Estado destinadas à globalidade do SEE, estabeleciam que as empresas detidas pelo Estado deviam conceber e implementar planos de igualdade, após um diagnóstico da situação, tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional.

Os princípios e orientações em matéria de planos de igualdade, constantes quer da Resolução do Conselho de Ministros nº 49/2007 de 28 de março, quer da Resolução do Conselho de Ministros nº 70/2008 de 22 de abril, encontravam-se identificados na área estratégica nº 2 — Independência Económica, Mercado de Trabalho e Organização da Vida Profissional, Familiar e Pessoal, do IV Plano Nacional para a Igualdade — Género, Cidadania e não Discriminação, 2011-2013, publicado em anexo à Resolução do Conselho de Ministros nº 5/2011 de 18 de janeiro, que referia que o *sector empresarial*

*representa uma parte importante da vida económica nacional, tendo o bom governo das empresas um valor económico e social fundamental, quer para as próprias empresas, quer para a economia em que se inserem.*

Em 2012-03-08 foi publicada a Resolução do Conselho de Ministros nº 19/2012, na qual se determinou a adoção de medidas de promoção da igualdade de género em cargos de administração e de fiscalização das empresas, designadamente *a obrigatoriedade de adoção, em todas as entidades do sector empresarial do Estado, dos planos para a igualdade previstos na Resolução do Conselho de Ministros nº 70/2008 de 22 de abril, tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar as discriminações e a facilitar a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional devendo para o efeito cada empresa: a) Elaborar um diagnóstico prévio da situação de homens e mulheres, com base em indicadores para a igualdade; b) Conceber um plano para a igualdade ajustado à respetiva realidade empresarial; c) Implementar e acompanhar o plano para a igualdade; d) Avaliar ex post o impacto das medidas executadas; e) Reportar, semestralmente, ao membro do governo com tutela sobre a área da igualdade, o resultado das avaliações efetuadas, tendo-se determinado ainda, como objetivo, a presença plural de mulheres e de homens nas nomeações ou designações para cargos de administração e de fiscalização no sector empresarial do Estado e que o Estado, enquanto acionista de empresas privadas, deve propor aos restantes acionistas a adoção de políticas de promoção da igualdade de género.*

Desde o ano de 2012, a APS tem vindo a elaborar relatórios de diagnóstico qualitativo e quantitativo da situação de homens e mulheres tendo como referencial o IV (2011-2013) e V (2014-2017) Planos Nacionais para a Igualdade (PNI), em anexo à Resolução do Conselho de Ministros nº 5/2011 de 18 de janeiro, e à Resolução do Conselho de Ministros nº 103/2013 de 31-12, o Guia de Auto-Avaliação da Igualdade de Género nas Empresas (2008), em resultado da Parceria de Desenvolvimento do Projeto Diálogo Social e Igualdade nas Empresas (PDPDSIE) disponibilizado pela CITE, e os Instrumentos de Apoio à Ação Inspeciva no Combate à Discriminação de Género no Trabalho (2012) disponibilizado pela Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT).

O Decreto-Lei nº 133/2013 de 3-10, que aprovou o novo regime jurídico do sector empresarial, revogado a Resolução de Conselho de Ministros nº 70/2008 de 22-4, previu no artigo 49º que *as empresas públicas devem prosseguir objetivos de responsabilidade social e ambiental, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional, a promoção da igualdade e da não discriminação, a proteção do ambiente e o respeito por princípios de legalidade e ética empresarial, e no número 2 do artigo 50º que as empresas públicas adotam planos de igualdade tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar discriminações e a permitir a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional.*

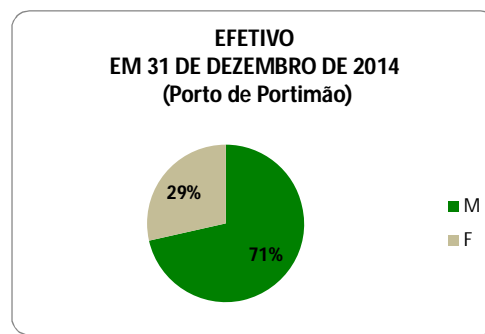
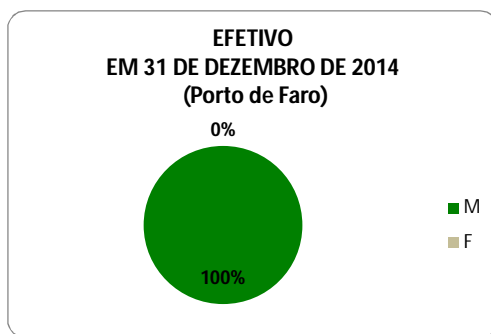
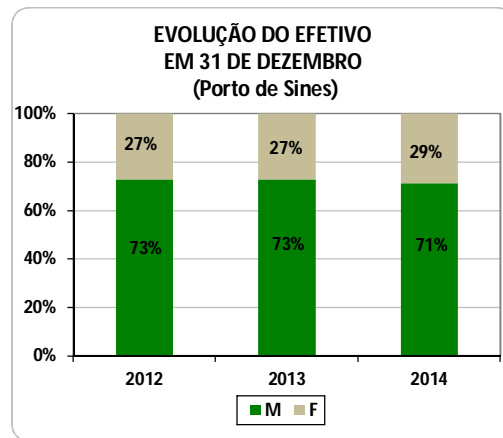
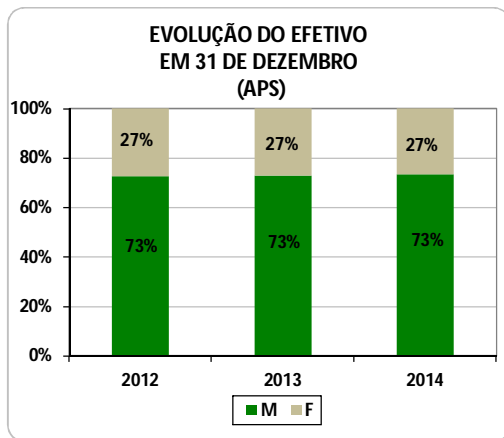
A Resolução do Conselho de Ministros nº 18/2014 de 7-3 adotou medidas tendo em vista a promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens, destacando-se a obrigatoriedade de divulgação pública de relatório sobre as remunerações pagas a homens e a mulheres tendo em vista o diagnóstico e a prevenção de diferenças injustificadas naquelas remunerações, a obrigatoriedade de, na sequência daquele relatório, conceber medidas concretas a integrar nos planos para a igualdade que deem resposta às situações detetadas de desigualdade salarial entre mulheres e homens, determinando ainda que se disponibilize às empresas, através da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, uma ferramenta eletrónica que possibilite, a partir da inserção dos dados relativos aos trabalhadores e trabalhadoras, medir o grau das diferenças salariais existentes nas empresas e identificar situações concretas de diferenciações salariais entre mulheres e homens que não podem ser explicadas por fatores objetivos, para além da obrigatoriedade de adoção de outras medidas.

## **8.1 DIAGNÓSTICO QUANTITATIVO DA SITUAÇÃO DE HOMENS E MULHERES**

### **8.1.1 Descrição do efetivo**

Salienta-se desde logo que nos indicadores relativos a recursos humanos não estão refletidos os/as trabalhadores/as afetos à prestação de serviço em empresas concessionárias que em 2014-12-31, correspondiam a 25 homens e 1 mulher, refletindo-se em todos os indicadores o efeito da celebração de acordos de cedência de interesse público com 36 pessoas, das quais 7 mulheres e 29 homens, na sequência da publicação do Decreto-Lei nº 44/2014 de 20 de março, que estabeleceu o regime de transferência dos portos de Faro e de Portimão do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P. (IPTM), para a APS-Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A. (APS).

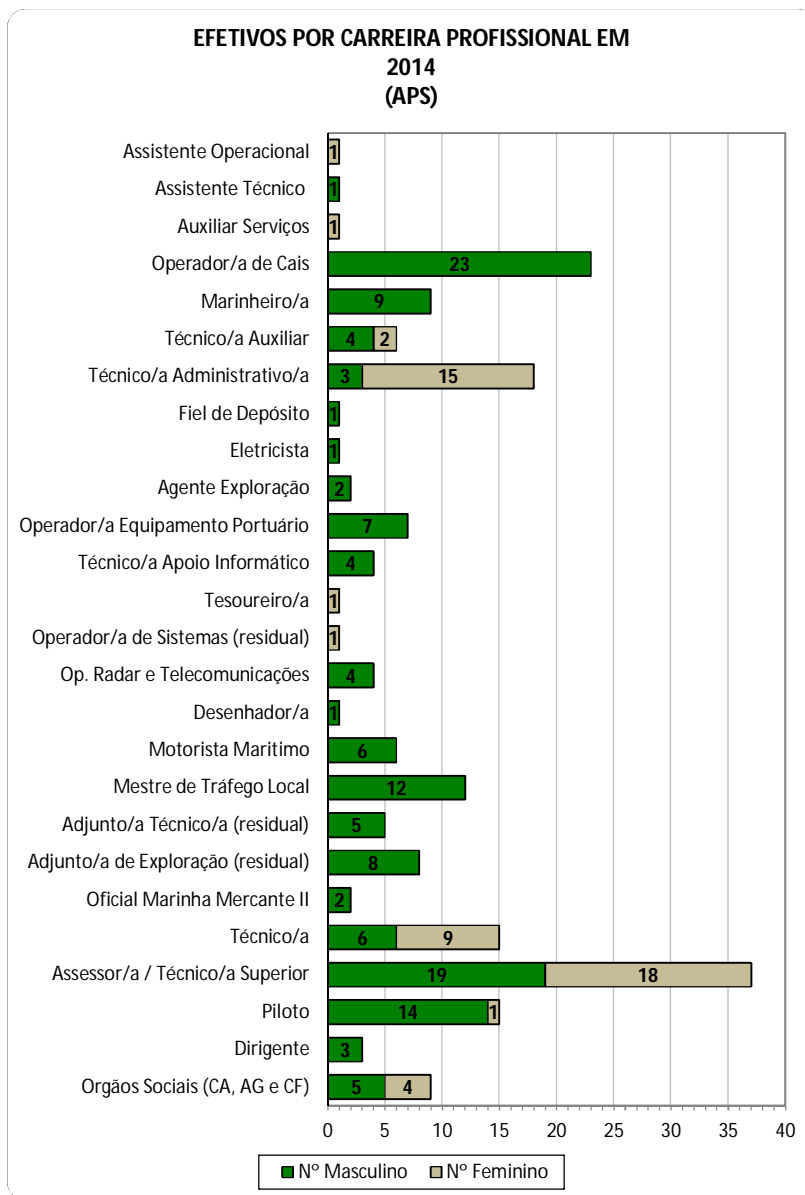
O efetivo integra os 3 membros do Conselho de Administração, sendo de 184 pessoas em 31 de dezembro de 2014, das quais 49 do sexo feminino e 135 do sexo masculino, o que representa uma taxa de feminização de 27%, que se manteve face ao ano anterior.



### 8.1.2 Representação em carreiras profissionais

Ao nível da União Europeia no domínio económico, a proporção de mulheres é inferior à dos homens em todos os níveis da gestão e da tomada de decisão, já que em cada 10 membros dos conselhos de administração das maiores empresas cotadas da UE apenas um é uma mulher e só 3% dos presidentes dos conselhos de administração são mulheres<sup>1</sup>.

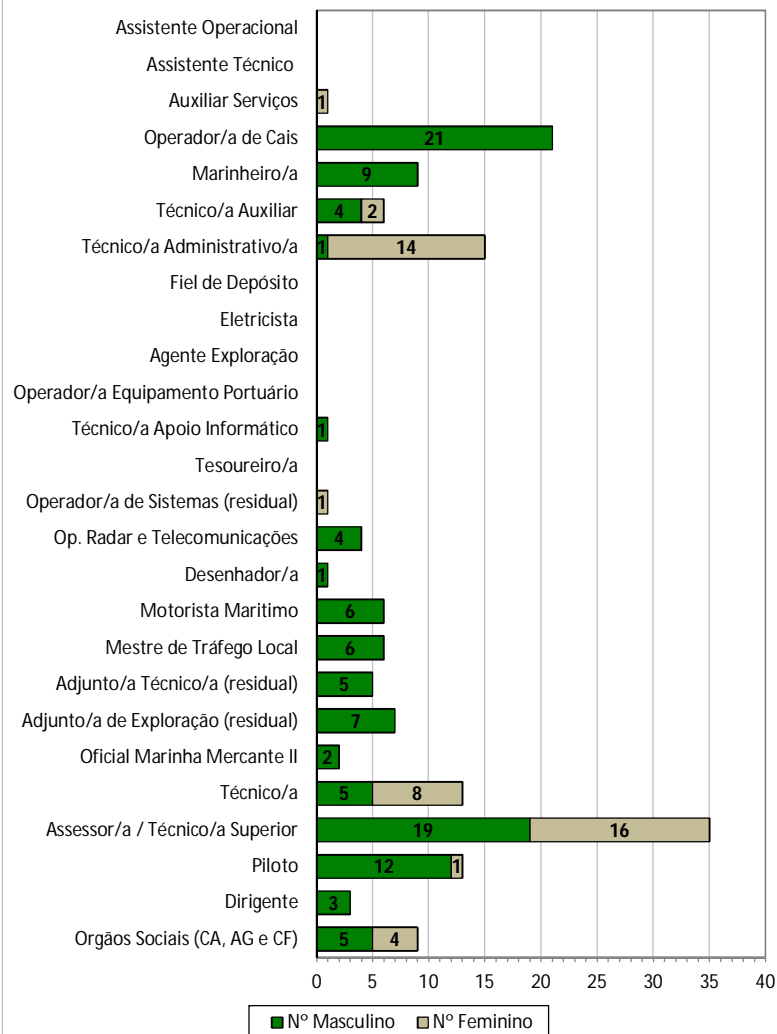
<sup>1</sup> "Estratégia para a Igualdade entre Mulheres e Homens", Comunicação da Comissão Europeia, 8 p. (2010).



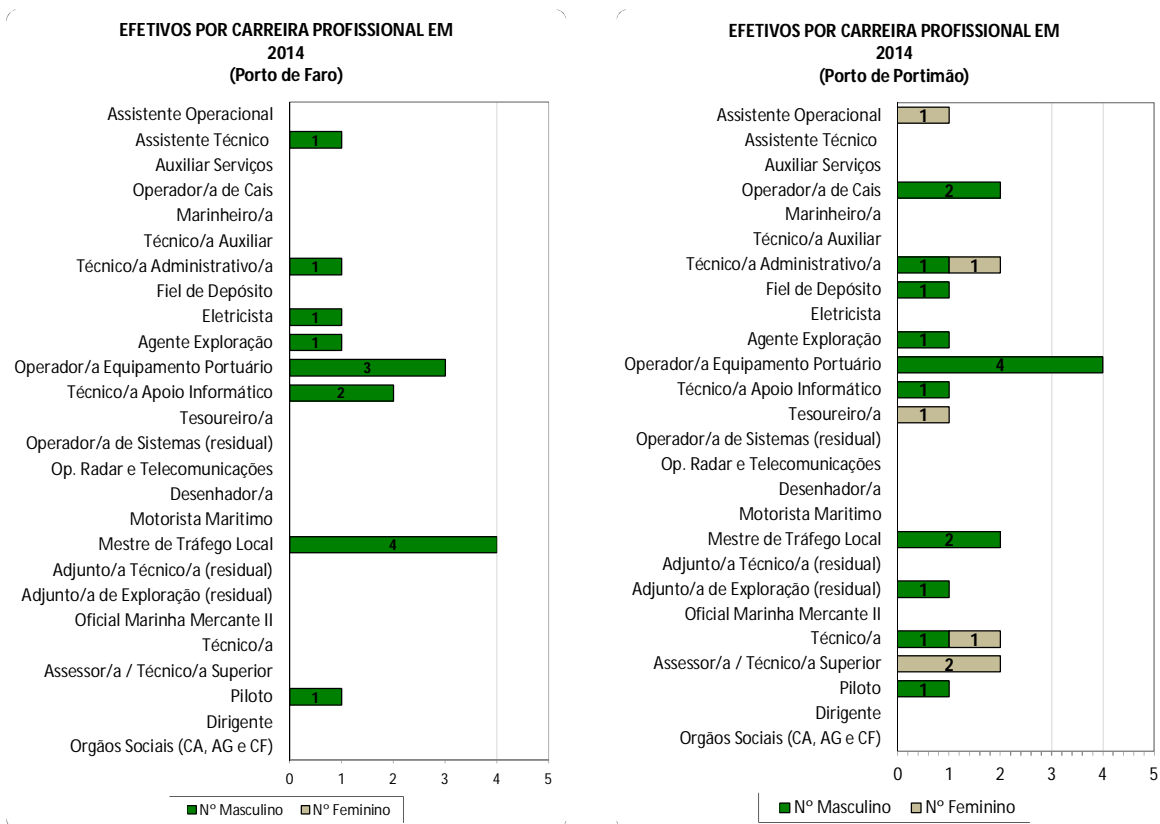
Relativamente aos membros dos órgãos sociais, o Conselho de Administração representado no gráfico acima como constituindo a carreira dirigentes, é atualmente composto por 3 elementos do sexo masculino, enquanto que na totalidade dos membros dos Órgãos Sociais (Conselho de Administração, Mesa da Assembleia Geral e Conselho Fiscal) verifica-se a existência de paridade, pese embora as pessoas pertencentes à Mesa da Assembleia Geral e ao Conselho Fiscal não façam parte do efetivo. No que respeita aos restantes trabalhadores e trabalhadoras, continua a verificar-se a existência de carreiras profissionais ocupadas exclusivamente por homens e outras exclusivamente por mulheres, destacando-se que a função de piloto, carreira profissional tradicionalmente masculina, continuou durante o ano de 2014 a ser exercida também por uma mulher.

A distribuição do efetivo no ano de 2014, por carreira profissional e por portos é a seguinte:

**EFETIVOS POR CARREIRA PROFISSIONAL EM  
2014  
(Porto de Sines)**







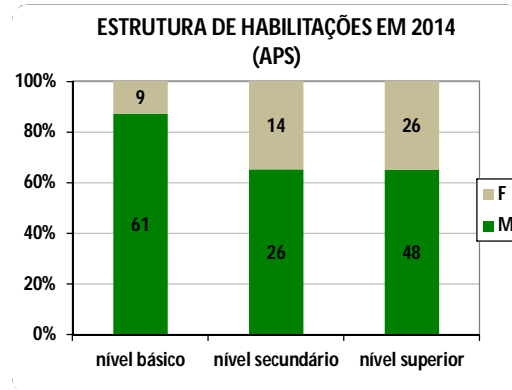
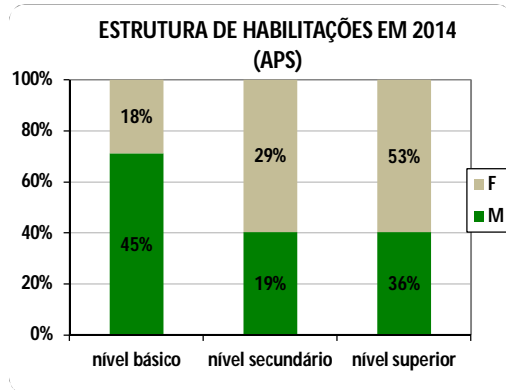
A ocupação de carreiras profissionais tendencialmente por mulheres ou por homens na APS, pode assentar no facto das *mulheres e os homens tenderem ainda a trabalhar em setores/empregos diferentes*, encontrando-se *mulheres e homens (...) frequentemente sobre representados em certos sectores*, e os empregos “femininos” são, em geral, menos valorizados do que as profissões tipicamente “masculinas”<sup>2</sup>, sendo que das 24 carreiras existentes, 16 são ocupadas exclusivamente por homens e somente 4 são ocupadas exclusivamente por mulheres. Salienta-se a distribuição paritária (mínimo de 33,3%) de trabalhadores e de trabalhadoras nas carreiras profissionais de técnico/a auxiliar, técnico/a e no segmento de técnico/a superior/assessor.

### 8.1.3 Representação ao nível da estrutura de habilitações

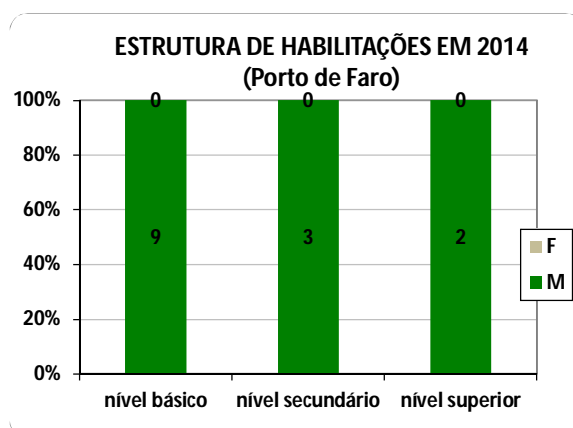
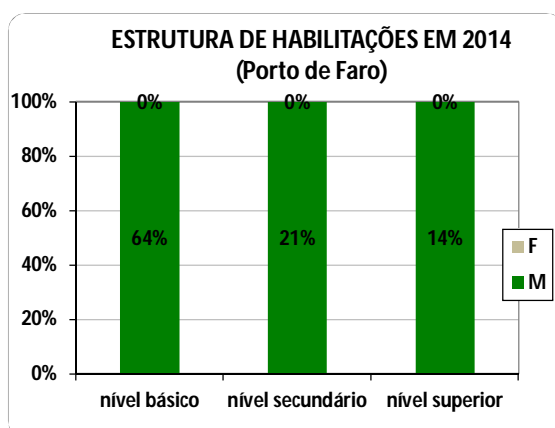
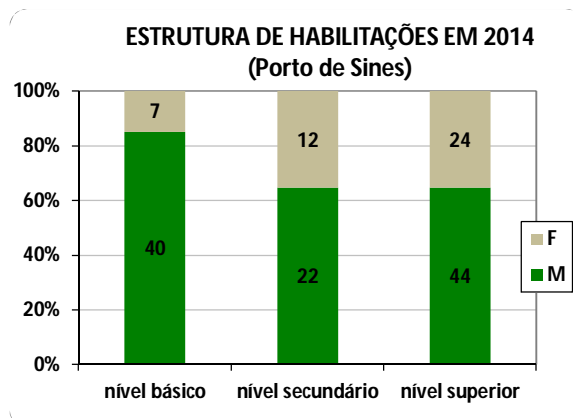
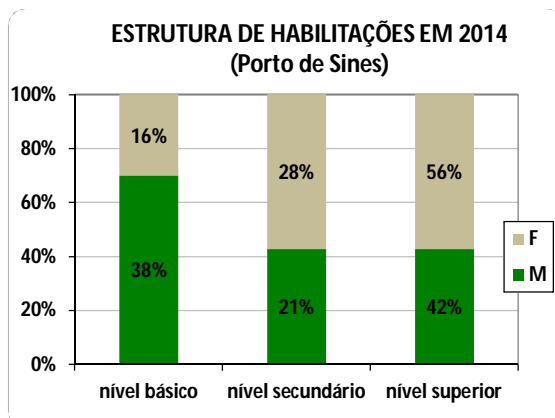
De acordo com a Resolução do Conselho de Ministros nº 19/2012 de 8-3, *as mulheres representam mais de metade da população portuguesa e mais de metade da população com qualificação académica de nível superior*, pelo que a sub-representação das mulheres na tomada de decisão significa que o seu potencial está a ser subutilizado, o que não deixa de se verificar também na APS,

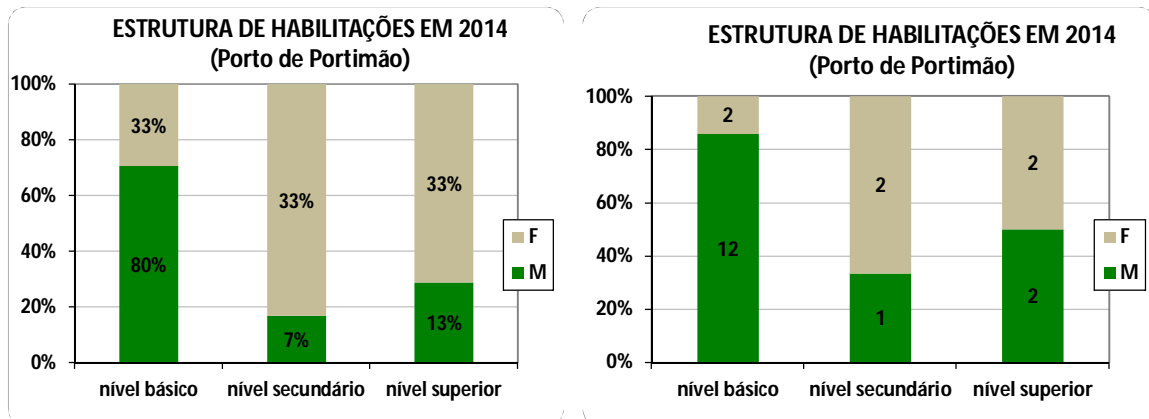
<sup>2</sup> “Estratégia para a Igualdade entre Mulheres e Homens”, Comunicação da Comissão Europeia, 7 p. (2010).

por se verificar que as mulheres que trabalham na empresa são detentoras de habilitações de nível superior e secundário em maior percentagem que os homens, sendo, no entanto, os homens que ocupam em maior percentagem cargos de direção e chefia.



A distribuição do efetivo no ano de 2014, por nível de habilitação e por portos é a seguinte:





### 8.1.4 Representação em cargos de tomada de decisão

De acordo com a Resolução do Conselho de Ministros nº 19/2012 de 8 de março, os dados nacionais registam *um desfasamento maior no que diz respeito à percentagem de mulheres que ocupam cargos de decisão, apesar de deterem as necessárias qualificações e competências*, pelo que os dados da APS não contrariam os nacionais por se verificar que apesar da proporção de qualificação feminina, são os homens que ocupam, em maior percentagem, cargos de direção e chefia que são designados pelo Conselho de Administração.

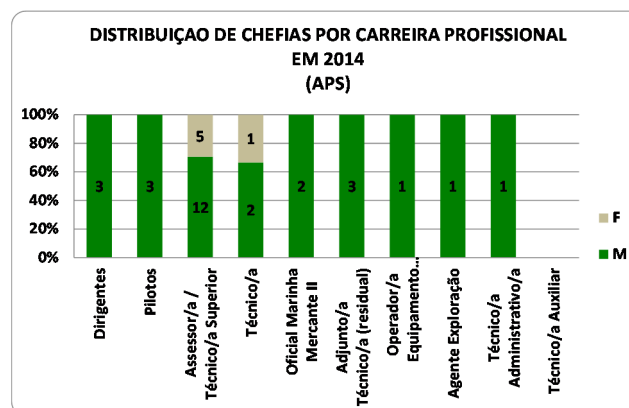
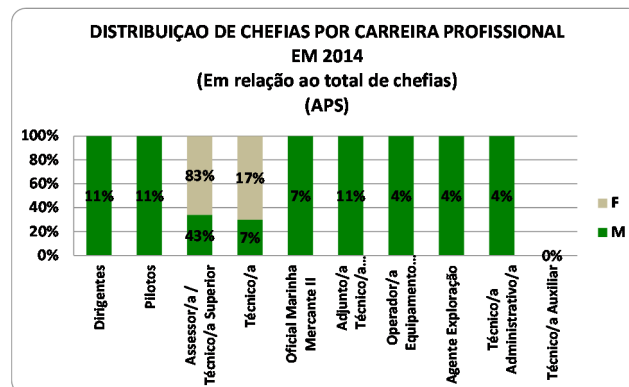
*Aliás, na maioria dos Estados-Membros, as mulheres continuam a estar sub-representadas nos processos e cargos de decisão, em especial ao nível mais elevado, não obstante o facto de constituírem quase metade da força de trabalho e mais de metade dos novos diplomados do ensino superior na UE<sup>3</sup>.*

Das 31 pessoas em exercício de cargos de direção e chefia, 80,6% são exercidos por homens (diminuição em 0,6% comparativamente com o ano de 2013) e 19,4% por mulheres (aumento em 0,6% comparativamente com o ano de 2013), sendo que relativamente ao efetivo total, 18,9% dos homens desempenham funções de chefia (diminuição em 4,3% comparativamente com o ano de 2013), e 12,2% das mulheres são chefias (diminuição de 1,7% comparativamente com o ano de 2013).

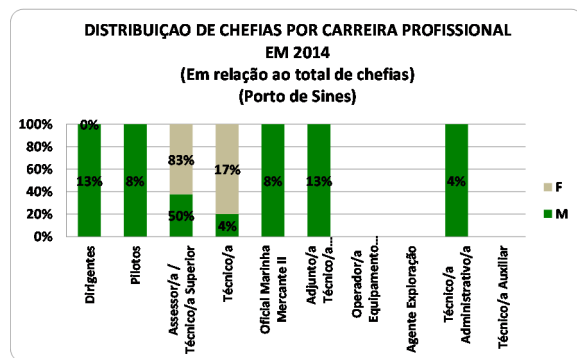
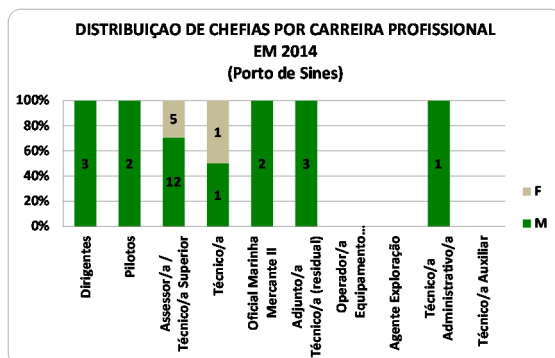
Por outro lado, e à semelhança do verificado no ano transato, com exceção das carreiras profissionais de oficial da marinha mercante, adjunto/a técnico/a, operador/a de equipamento portuário e agente de exploração, nas quais não existem mulheres em exercício de funções, na carreira de técnico/a administrativo/a, em que há uma representação feminina de 83%, apenas existe 1 chefia do sexo masculino.

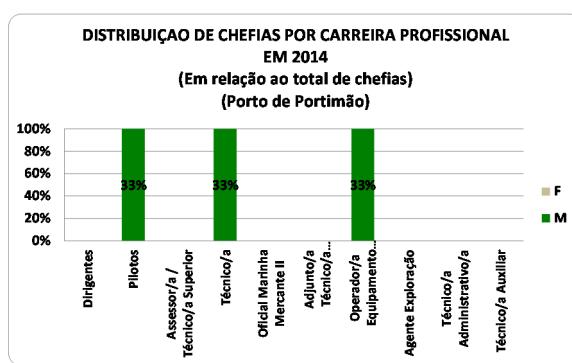
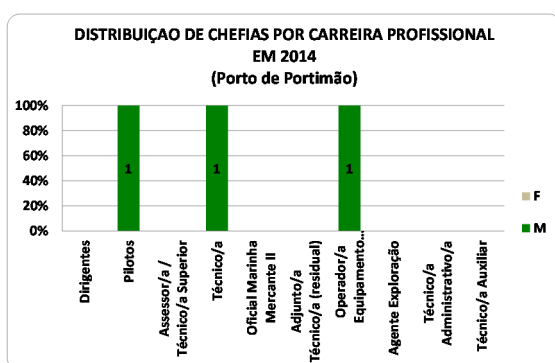
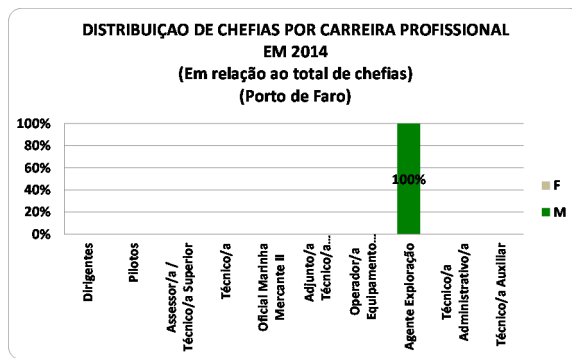
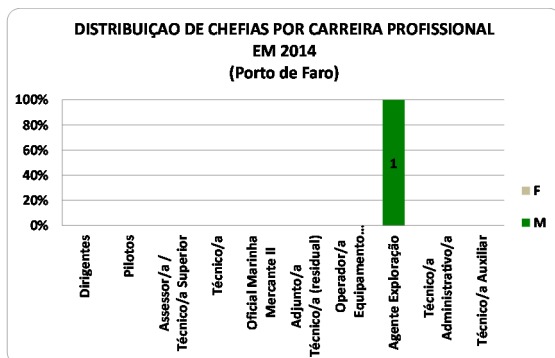
<sup>3</sup> "Estratégia para a Igualdade entre Mulheres e Homens", Comunicação da Comissão Europeia, 7 p. (2010).

Salienta-se que durante o ano de 2014, dos 5 cargos de direção ou chefia que eram exercidos por trabalhadores do sexo masculino que cessaram funções por motivos de aposentação, 1 foi substituído por outro trabalhador do sexo masculino, 1 passou a ser exercido em acumulação por outro trabalhador que já exercia funções e chefia, e os restantes 3 não foram nomeados, registando-se ainda que com a integração dos portos comerciais de Faro e de Portimão, foram nomeados 4 trabalhadores do sexo masculino para exercerem funções de chefia naqueles portos.



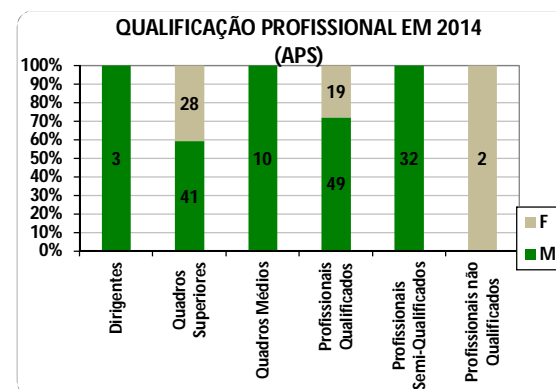
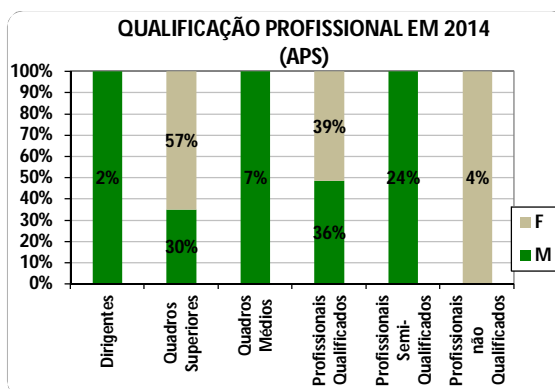
A distribuição das chefias no ano de 2014, por carreira profissional e por portos é a seguinte:



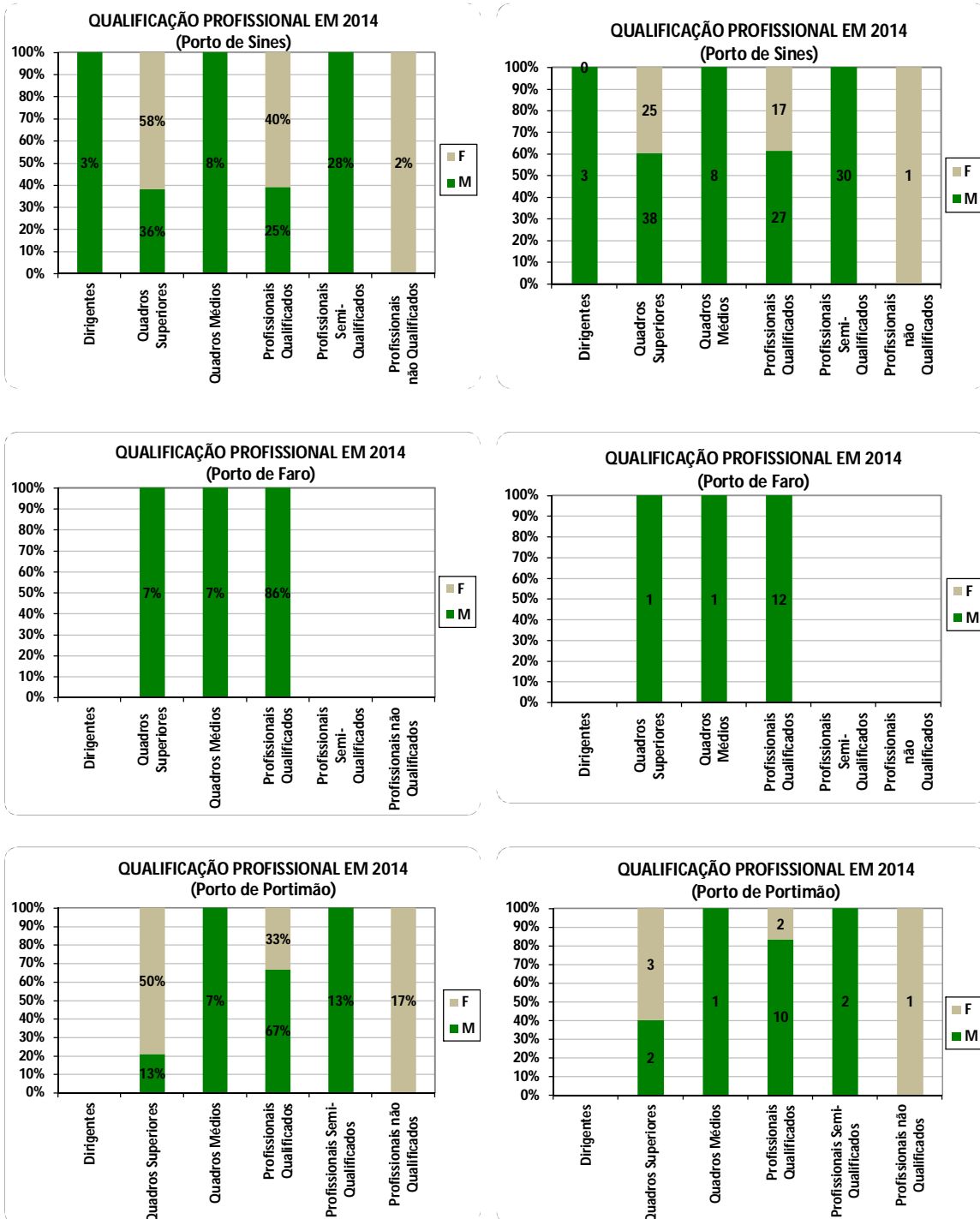


### 8.1.5 Representação ao nível das qualificações profissionais

Os níveis de qualificação profissional registados em 2014 demonstram a continuação da existência exclusiva de homens no grupo referente a dirigentes, nos quadros médios e nos profissionais semiquualificados.



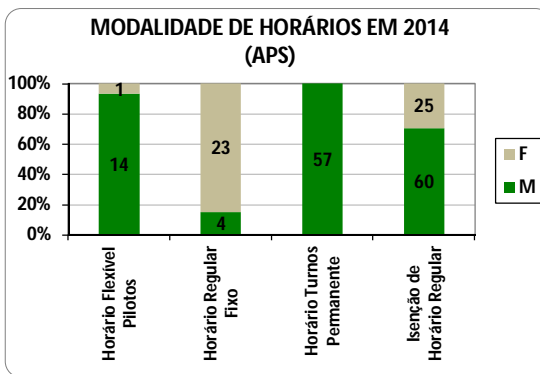
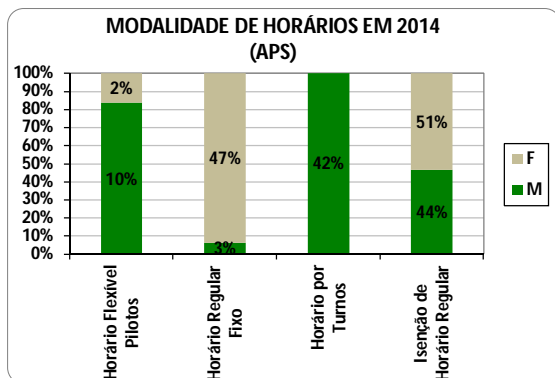
A distribuição do efetivo no ano de 2014, por qualificação profissional e por portos é a seguinte:



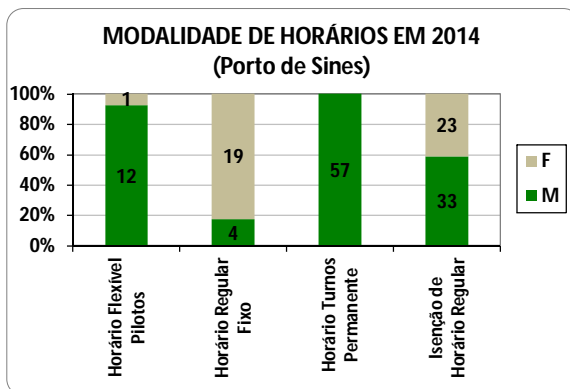
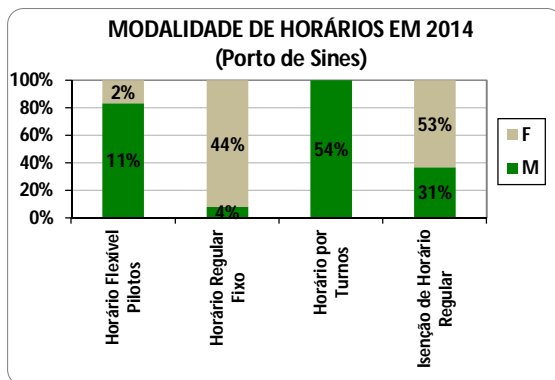
### 8.1.6 Representação na utilização dos tempos de trabalho

Os gráficos relativos a distribuição de homens e mulheres por modalidade de horário no final dos anos de 2013 e de 2014, mostram o aumento da proporção de mulheres afetas a horários de trabalho fixos, e uma diminuição da percentagem de mulheres afetas ao regime de isenção de horário de trabalho, contrariamente ao verificado relativamente aos homens, não estando, neste regime, sujeitas/os aos limites máximos do período normal de trabalho, ou seja, a 7 ou 8 horas de trabalho por dia, ou a 35 ou 40 horas de trabalho por semana.

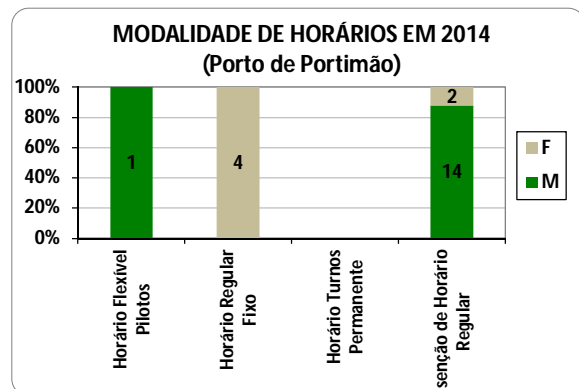
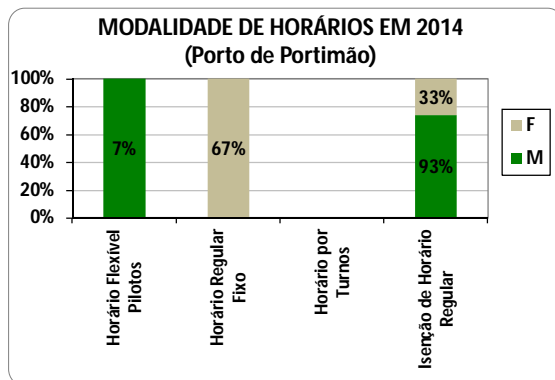
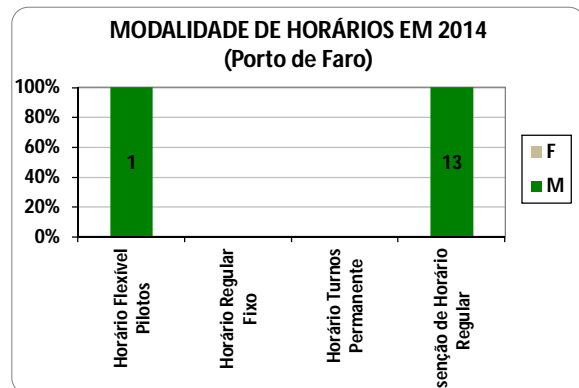
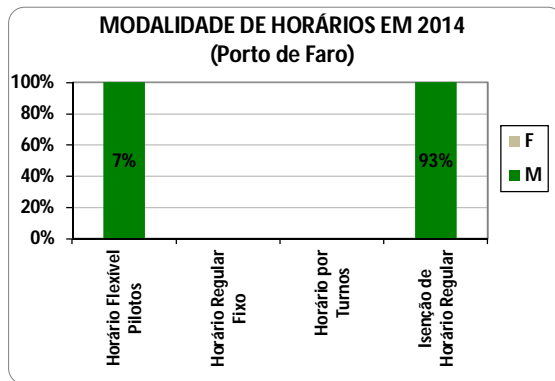
Continua a verificar-se, a predominância total de homens em regime de horário de trabalho por turnos permanente, explicada pelo facto daquelas carreiras serem ocupadas exclusivamente por homens.



A distribuição do efetivo no ano de 2014, por modalidade de horários e por portos é a seguinte:







### **8.1.7 Representação ao nível das remunerações**

A Resolução do Conselho de Ministros nº 18/2014, de 7 de março, veio determinar a adoção de várias medidas tendo em vista a promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens, destacando-se a obrigatoriedade de divulgação pública de relatório sobre as remunerações pagas a homens e a mulheres tendo em vista o diagnóstico e a prevenção de diferenças injustificadas naquelas remunerações, a obrigatoriedade de, na sequência daquele relatório, conceber medidas concretas a integrar nos planos para a igualdade que deem resposta às situações detetadas de desigualdade salarial entre mulheres e homens, determinando ainda que se disponibilize às empresas, através da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, uma ferramenta eletrónica que possibilite, a partir da inserção dos dados relativos aos trabalhadores e trabalhadoras, medir o grau das diferenças salariais existentes nas empresas e identificar situações concretas de diferenciações salariais entre mulheres e homens que não podem ser explicadas por fatores objetivos, para além da obrigatoriedade de adoção de outras medidas.

Na APS vigora uma tabela salarial única, que se entende ser promotora do tratamento salarial igualitário entre mulheres e homens ao nível das bases de remuneração, estando a empresa atenta às tendências que revelam a existência de desigualdades salariais entre mulheres e homens no mercado

de trabalho e a presença de diferenças no ganho entre homens e mulheres para funções iguais, elaborando relatórios internos de monitorização.

A APS procede ainda ao cálculo da evolução dos leques salariais líquidos e interpretativos por sexo, que comparam o maior e o menor vencimento base líquido, conforme consta dos rácios seguintes:

		APS			PORTO DE SINES	PORTO DE FARO	PORTO DE PORTIMÃO
		2012	2013	2014	2014		
Leque salarial líquido	Maior vencimento base líquido	5,32	3,80	4,18	4,18	2,35	2,79
	Menor vencimento base líquido						
		APS			PORTO DE SINES	PORTO DE FARO	PORTO DE PORTIMÃO
		2012	2013	2014	2014		
Leque salarial líquido (Sexo Feminino)	Maior vencimento base líquido	4,77	3,05	3,09	3,09	0,00	1,84
	Menor vencimento base líquido						
		APS			PORTO DE SINES	PORTO DE FARO	PORTO DE PORTIMÃO
		2012	2013	2014	2014		
Leque salarial líquido (Sexo Masculino)	Maior vencimento base líquido	4,61	3,80	4,18	4,18	2,35	2,79
	Menor vencimento base líquido						
		APS			PORTO DE SINES	PORTO DE FARO	PORTO DE PORTIMÃO
		2012	2013	2014	2014		
Leque salarial interpretativo	Maior vencimento base líquido (depois de retirar os 5% mais elevados)	2,76	2,89	2,75	2,72	2,35	2,59
	Menor vencimento base líquido (depois de retirar os 5% mais baixos)						
		APS			PORTO DE SINES	PORTO DE FARO	PORTO DE PORTIMÃO
		2012	2013	2014	2014		
Leque salarial interpretativo (Sexo Feminino)	Maior vencimento base líquido (depois de retirar os 5% mais elevados)	2,43	2,32	2,46	2,32	0,00	1,84
	Menor vencimento base líquido (depois de retirar os 5% mais baixos)						
		APS			PORTO DE SINES	PORTO DE FARO	PORTO DE PORTIMÃO
		2012	2013	2014	2014		
Leque salarial interpretativo (Sexo Masculino)	Maior vencimento base líquido (depois de retirar os 5% mais elevados)	2,76	2,89	2,93	2,72	2,35	2,79
	Menor vencimento base líquido (depois de retirar os 5% mais baixos)						

## 8.2 DIAGNÓSTICO QUALITATIVO DA SITUAÇÃO DE HOMENS E MULHERES

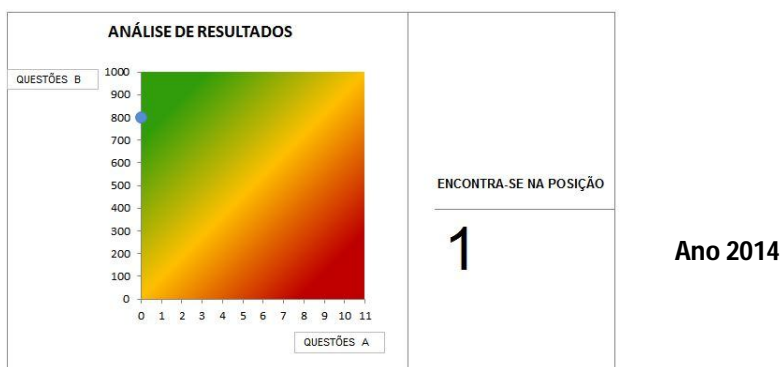
Para elaboração do diagnóstico qualitativo da situação de homens e mulheres, tem vindo a ser utilizado o Guia de Auto-Avaliação da Igualdade de Género nas Empresas, da Parceria de Desenvolvimento do Projeto Diálogo Social e Igualdade nas Empresas, através do preenchimento anual do questionário enquanto ferramenta de diagnóstico, organizado em torno das dimensões da autoavaliação.

Assim, o presente ponto aborda o diagnóstico qualitativo da situação de homens e mulheres na APS com base na evolução verificada desde o primeiro diagnóstico qualitativo efetuado no ano de 2012 e no apuramento e a interpretação dos resultados acordo com o Guia de Auto-Avaliação da Igualdade

de Género nas Empresas, constando as respostas ao questionário de ponto autónomo no final do Relatório.

Após o preenchimento do questionário tornou-se necessário apurar e conferir os resultados da autoavaliação efetuada, que traduzem a posição da empresa num gráfico que permite proceder à leitura e análise dos resultados, ficando a empresa a conhecer a posição que ocupa face ao cumprimento da legislação (questões A) e face à existência de boas práticas em matéria de igualdade de género (questões B), obtendo um diagnóstico das ações implementadas e das que carecem de implementação.

Salienta-se que qualquer pontuação relativa às questões “A” diferente de zero implica o incumprimento da lei, sendo que quanto maior for a pontuação obtida pela empresa nas questões “B” maior é a implementação de boas práticas em termos de igualdade de géneros, pelo que a evolução do resultado da autoavaliação efetuada no último triénio foi a seguinte:



**POSIÇÃO 1** Empresa de excelência que visa ser socialmente responsável, com práticas de igualdade de género, situa-se nesta posição. Esta, para além de cumprir a legislação no domínio da igualdade de género, demonstra interesse a este nível, implementando princípios, medidas e práticas, determinantes para a igualdade de género na empresa.



**POSIÇÃO 2** A empresa, para além de cumprir a legislação no domínio da igualdade de género, evidencia princípios e práticas significativas neste domínio.



POSIÇÃO 3 A empresa, para além de cumprir a legislação no domínio da igualdade de género, tem princípios e práticas pouco expressivas neste domínio.

O resultado da autoavaliação efetuada no ano de 2014, que muda a pontuação **da Posição 2 no ano de 2013 para a Posição 1 no ano de 2014**, é demonstrativo que a APS é uma empresa de excelência que visa ser socialmente responsável, com práticas de igualdade de género, e que para além de cumprir a legislação no domínio da igualdade de género, demonstra interesse a este nível, implementando princípios, medidas e práticas, determinantes para a igualdade de género na empresa. Para as empresas que se posicionam na posição 1, como é o caso da APS, o Guia de Auto-Avaliação da Igualdade de Género nas Empresas propõe algumas pistas de ação para melhoria dos pontos fracos e consolidação dos pontos fortes, designadamente no que respeita à necessidade de verificação das dimensões em que a empresa mais se pode ter afastado do patamar de excelência focalizando-se na sua melhoria, pese embora a empresa esteja enquadrada nesse patamar de excelência, propondo ainda que a empresa estabeleça parcerias com outras entidades que tenham boas práticas no domínio da igualdade de género, podendo também candidatar-se a prémios de excelência.

### **8.3 MEDIDAS IMPLEMENTADAS NO ÂMBITO DO PLANO PARA A IGUALDADE DE GÉNERO 2013/2015 E DO PLANO PARA A IGUALDADE DE GÉNERO 2014/2017**

Na sequência da publicação da Resolução do Conselho de Ministros nº 103/2013 de 31-12, que aprovou o V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não-Discriminação 2014-2017, o Conselho de Administração da APS aprovou o novo Plano para a Igualdade de Género da APS 2014/2017, revogando o Plano para a Igualdade de Género da APS 2013/2015, pelo que o balanço da implementação das medidas constantes dos dois Planos referidos é o seguinte:

MEDIDAS COM IMPLEMENTAÇÃO PREVISTA NO ANO DE 2013				
NO PLANO PARA A IGUALDADE DE GÉNERO 2013/2015				
Áreas estratégicas do IV PNI 2011/2013 (RCM nº 5/2011 de 18-1)	Medidas	Dimensões	Indicadores	Evidência de concretização
AE nº 1	Nº AE1.M03	Informação, Comunicação e Imagem	ID.03.03 - Promover a transversalidade da perspectiva de género na empresa, adotando a utilização de uma linguagem inclusiva e neutra no relatório de gestão e contas, no relatório de sustentabilidade e outros.	Publicação dos Relatórios na página eletrónica da APS
AE nº 1	Nº AE1.M08	Aprendizagem ao Longo da Vida	ID.08.01 - Incluir o princípio da igualdade de género e não discriminação nos processos de formação profissional.	Revisão do Procedimento PD031R7 relativo a Formação Profissional, e documentação relacionada
AE nº 1	Nº AE1.M08	Aprendizagem ao Longo da Vida	ID.08.02 - Incluir o princípio da igualdade de género e não discriminação na elaboração do plano de formação, designadamente incluindo módulos certificados relacionados com a temática da igualdade entre mulheres e homens.	1 Ação de formação ministrada pela CITE (total de 21 horas)  15 Participantes (5 homens e 10 mulheres) = $15/172 = 9\%$
AE nº 1	Nº AE1.M08	Conciliação entre a Vida Profissional, Familiar e Pessoal	ID.08.03 - Rever os processos de formação, evidenciando que é ministrada formação, em contexto de reciclagem, a trabalhadores e trabalhadoras que tenham interrompido a sua vida profissional por motivos familiares, promovendo a sua reintegração na empresa.	Revisão do ML023 relativo a Levantamento de Necessidades de Formação
AE nº 1	Nº AE1.M13	Informação, Comunicação e Imagem	ID.13.01 - Promover, sempre que possível, a desagregação por género de todos os dados relatados em estatísticas da empresa.	Estatísticas
AE nº 2	Nº AE2.20	Missão e Valores da Empresa	ID.20.01 - Elaborar um Plano para a Igualdade de Género, afetando uma verba em orçamento especificamente dirigida à sua concretização.	Criação do PP005 relativo a Plano para a Igualdade de Género 2013/2015
AE nº 2	Nº AE2.20	Diálogo Social e Participação de Trabalhadores e Trabalhadoras e/ou suas Organizações Representativas	ID.20.02 - Assegurar a participação das estruturas representativas dos trabalhadores e trabalhadoras, no acompanhamento do Plano para a Igualdade de Género.	Resumo de Reunião referência DRH.RN13.001-R de 2013.02.19
AE nº 2	Nº AE2.M20	Conciliação entre a Vida Profissional, Familiar e Pessoal	ID.20.05 - Introduzir a possibilidade de ajustamento de horários de trabalho decorrente de aspetos relacionados com a conciliação da atividade profissional com a vida familiar.	Regulamento Interno RI11 relativo a Registo de Presenças, e documentação relacionada
AE nº 2	Nº AE2.M20	Conciliação entre a Vida Profissional, Familiar e Pessoal	ID.20.06 - Adotar um mecanismo formal de atribuição de benefícios a trabalhadores e a trabalhadoras, no âmbito do fundo de auxílio, auxílio na aleitação, infância e estudos.	Procedimento PD042 relativo a Benefícios Sociais, e documentação relacionada

MEDIDAS COM IMPLEMENTAÇÃO PREVISTA NO ANO DE 2013				
NO PLANO PARA A IGUALDADE DE GÉNERO 2013/2015				
Áreas estratégicas do IV PNI 2011/2013 (RCM nº 5/2011 de 18-1)	Medidas	Dimensões	Indicadores	Evidência de concretização
AE nº 2	Nº AE2.20	Conciliação entre a Vida Profissional, Familiar e Pessoal	ID.20.07 - Divulgar na empresa os serviços com equipamentos de apoio a crianças e jovens, na proximidade da residência dos trabalhadores e das trabalhadoras.	Criação da LS006 relativa a Serviços com Equipamentos de Apoio à Conciliação entre a Vida Profissional, Familiar e Pessoal
AE nº 2	Nº AE2.20	Conciliação entre a Vida Profissional, Familiar e Pessoal	ID.20.09 - Divulgar na empresa os serviços com equipamentos de apoio a familiares idosos, na proximidade da residência dos trabalhadores e das trabalhadoras.	Criação da LS006 relativa a Serviços com Equipamentos de Apoio à Conciliação entre a Vida Profissional, Familiar e Pessoal
AE nº 2	Nº AE2.20	Conciliação entre a Vida Profissional, Familiar e Pessoal	ID.20.11 - Divulgar na empresa os serviços com equipamentos de apoio a pessoas com deficiência, na proximidade da residência dos trabalhadores e das trabalhadoras.	Criação da LS006 relativa a Serviços com Equipamentos de Apoio à Conciliação entre a Vida Profissional, Familiar e Pessoal
AE nº 2	Nº AE2.20	Conciliação entre a Vida Profissional, Familiar e Pessoal	ID.20.13 - Divulgar na empresa, em conjunto com o Grupo Desportivo e Cultural da APS, os serviços com equipamentos promotores de saúde e bem-estar, na proximidade da residência dos trabalhadores e das trabalhadoras.	Criação da LS006 relativa a Serviços com Equipamentos de Apoio à Conciliação entre a Vida Profissional, Familiar e Pessoal
AE nº 2	Nº AE2.M24	Recrutamento e Seleção de Pessoal	ID.24.01 - Incluir o princípio da igualdade de género e não discriminação nos processos de recrutamento e seleção.	Procedimento PD011 relativo a Recrutamento e Seleção, e documentação relacionada
AE nº 2	Nº AE2.M26	Remunerações e Gestão da Carreira	ID.26.02 - Incluir o princípio da igualdade e não discriminação, na definição de critérios para atribuição de benefícios sociais e de seguro de saúde.	Revisão do Procedimento PD042 relativo a Funcionamento de Benefícios Sociais
AE nº 9	Nº AE9.M60	Informação, Comunicação e Imagem	ID.60.01 - Adotar mecanismos de informação aos trabalhadores e às trabalhadoras relativamente a direitos e deveres em matéria de igualdade e não discriminação e proteção na parentalidade, incluindo o dever de respeito pela dignidade de mulheres e de homens no local de trabalho.	Revisão da LS026 relativa a Dever de Informação Específico em matéria de Igualdade e não Discriminação e Proteção na Parentalidade

MEDIDAS COM IMPLEMENTAÇÃO PREVISTA PARA O PERÍODO DE 2014 A 2017				
NO PLANO PARA A IGUALDADE DE GÉNERO 2014/2017				
Áreas estratégicas do V PNI 2014/2017 (RCM n.º 103/2013 de 31-12)	Medidas	Dimensões	Indicadores	Evidência de concretização
AE n.º 3	N.º AE3.M46	Remunerações e Gestão da Carreira	ID.01 - Elaboração de relatórios anuais, referentes à evolução das diferenças salariais entre trabalhadores e trabalhadoras.	- Elaborado o Relatório DRH.RL14.008 de 2014-02-28, relativo a diagnóstico quantitativo e qualitativo da situação de homens e mulheres;  - Participação de 2 trabalhadoras (n.º 247 e n.º 728) na Sessão de Apresentação da Calculadora de Disparidade Salarial de Género, nas instalações da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE) em 2014-10-13.
AE n.º 3	N.º AE3.M47	Aprendizagem ao Longo da Vida	ID.02 - Realizar ação/ações de formação no âmbito da igualdade de género e não discriminação.	Realização de ação de formação de 21 horas, em 2014-11-10, em 2014-11-11 e em 2014-12-09, abrangendo 16 pessoas (10 mulheres e 6 homens).
AE n.º 3	N.º AE3.M47	Diálogo Social e Participação de Trabalhadores e Trabalhadoras e/ou suas Organizações Representativas	ID.03 - Fomentar a participação de trabalhadores e trabalhadoras, assim como de elementos das suas organizações representativas, em iniciativas cíclicas da responsabilidade da CITE.	Não implementada  (variável externa)  (Pendente de realização de iniciativas pela CITE que possam enquadrar-se no âmbito da presente medida)
AE n.º 3	N.º AE3.M48	Diálogo Social e Participação de Trabalhadores e Trabalhadoras e/ou suas Organizações Representativas	ID.04 - Adotar um mecanismo formal que permita incentivar os trabalhadores e as trabalhadoras a apresentarem sugestões relativamente à conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal e proteção na parentalidade.	Criado mecanismo formal de apresentação de sugestões em <a href="http://www.apsinesalgarve.pt/portos/sugestoes/">http://www.apsinesalgarve.pt/portos/sugestoes/</a>
AE n.º 3	N.º AE3.M48	Conciliação entre a Vida Profissional, Familiar e Pessoal  Informação, Comunicação e Imagem	ID.05 - Utilizar os mecanismos de comunicação interna, para potenciar a sensibilização para os instrumentos legais e para os instrumentos da empresa em matéria de conciliação entre a vida profissional e familiar.	- Divulgação de listagens relativas a Dever de Informação;  - Divulgação do Plano para a Igualdade de Género 2014/2017.
AE n.º 3	N.º AE3.M48	Conciliação entre a Vida Profissional, Familiar e Pessoal	ID.06 - Aderir a campanhas sobre igualdade de género e conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar.	- Continuação da adesão à Campanha Nacional de Conciliação da Vida Profissional e Familiar iniciada no ano de 2013, com a continuidade de exposição dos cartazes referentes à campanha nas instalações do porto de Sines (APS);  - Adesão à Campanha do Dia Nacional da Igualdade Salarial em 2014-03-06.  - Adesão à Campanha do Dia da Igualdade Salarial em Portugal 2015, através de publicação de cartazes da CITE nas vitrinas da APS e na Intranet.
AE n.º 3	N.º AE3.M49	Missão e Valores da Empresa  Informação, Comunicação e Imagem	ID.07 - Incluir o princípio da igualdade de género no plano estratégico da empresa, e consequentemente na visão, na missão, nos valores e na política da qualidade, ambiente e segurança.	Não implementada  (Aguarda-se revisão do Plano Estratégico)



MEDIDAS COM IMPLEMENTAÇÃO PREVISTA PARA O PERÍODO DE 2014 A 2017				
NO PLANO PARA A IGUALDADE DE GÉNERO 2014/2017				
Áreas estratégicas do V PNI 2014/2017 (RCM n.º 103/2013 de 31-12)	Medidas	Dimensões	Indicadores	Evidência de concretização
AE n.º 3	N.º AE3.M49	Informação, Comunicação e Imagem	ID.08 - Concorrer a distinções no âmbito da responsabilidade social.	Candidatura e obtenção do Rótulo Europeu de Responsabilidade Social (CEEP Europeu)

Pela sua relevância no âmbito da igualdade de género, destacam-se ainda outras iniciativas ocorridas no ano de 2014 que não se encontravam previstas no Plano para a Igualdade de Género da APS, designadamente:

- A adesão da APS ao novo Anexo ao Acordo de Adesão ao Fórum “Empresas para a Igualdade de Género – O Nosso Compromisso” para o ano de 2014, promovido pela Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE), renovando o compromisso da empresa em *assumir uma cultura de reconhecimento da igualdade de género como pilar do desenvolvimento e sustentabilidade*:



- A participação da APS na produção de um vídeo, contendo testemunhos sobre o balanço das boas práticas implementadas no ano de 2014, pelas empresas que compõem o Fórum “Empresas para a Igualdade de Género – O Nosso Compromisso”, constando o vídeo do seguinte link:

<https://drive.google.com/file/d/0BzLdU9FALofLUkk4cGg1dEFtMVk/view?usp=sharing>

- A concordância da APS sobre a tomada de posição das empresas do Fórum “Empresas para a Igualdade de Género – O Nosso Compromisso”, relativamente à proposta apresentada no âmbito da conciliação entre a vida familiar e profissional e da natalidade, referente à criação *de um mecanismo que permita às empresas que concretizam medidas de apoio à natalidade e à conciliação entre vida profissional e familiar serem reconhecidas por este investimento*, propondo a criação no Plano de Contas, de acordo com o SNC – Sistema de Normalização Contabilística, de uma rubrica contabilística de gastos, integrada na rubrica de Gastos Com Pessoal / Gastos de Ação Social, sob a designação de “Conciliação e Parentalidade”, com majoração em 40% em sede de Imposto de Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), propondo-se ainda que as verbas atribuídas

aos trabalhadores e às trabalhadoras neste âmbito sejam isentas de tributação em sede de Imposto de Rendimento das Pessoas Singulares (IRS);

- A continuação da adesão à Campanha Nacional de Conciliação da Vida Profissional e Familiar, da responsabilidade da CITE e à qual se associou o Fórum “Empresas para a Igualdade de Género – O Nosso Compromisso”, com a continuação de divulgação de *mupis* na empresa:



- A adesão à Campanha Nacional do Dia Nacional da Igualdade Salarial, da iniciativa da CITE, assinalada no dia 06 de março de 2014, com divulgação dos cartazes alusivos à data e oferta ao Conselho de Administração de uma caneca que, com líquido quente, se transforma, mostrando uma mensagem sobre igualdade salarial:



- A realização de sessão evocativa do Dia Internacional da Mulher, que teve início com um pequeno-almoço volante, ao qual se seguiu uma apresentação de dados sobre os planos para a igualdade de género e sobre as iniciativas tendentes a uma efetiva conciliação entre a vida profissional, familiar, pessoal e proteção na parentalidade:



- A introdução de um requisito preferencial nos processos de recrutamento e seleção, que visa dar preferência a candidatos/as do sexo menos representado na carreira para a qual se está a recrutar, para além de se salvaguardar sempre o cumprimento do princípio da igualdade e não discriminação em função do sexo nos processos de recrutamento e seleção;
- A sensibilização dos trabalhadores a trabalhadoras da APS para as questões da igualdade de género, divulgando-se os folhetos desdobráveis da CITE referentes às mais diversas temáticas, nas instalações do porto de Sines:



## **9. Ética e Integridade**

A ética empresarial encontra-se vertida nos princípios que norteiam quer o comportamento organizacional da empresa, quer as relações que se estabelecem com as diferentes partes interessadas, indo mais além do que o mero cumprimento de requisitos legais.

A implementação de um Código de Ética e de Conduta na APS desde o ano de 2009, que se encontra estabilizado e assumido por todos na empresa, e que está disponível interna e externamente no endereço [www.apsinesalgarve.pt/Autoridade Portuária/Código de Ética e de Conduta](http://www.apsinesalgarve.pt/Autoridade%20Portuária/Código%20de%20Ética%20e%20de%20Conduta), aplica-se a todos os aspetos de conduta na atividade da empresa, desde as estratégias de gestão de topo até à forma como a empresa e os seus colaboradores e colaboradoras tratam as partes interessadas, aplicando-se a todos os colaboradores e colaboradoras e a todos/as aqueles/as que, em algum momento, atuem em nome da APS.

Os objetivos do Código de Ética e de Conduta são providenciar, a todos os seus/suas destinatários/as, uma visão clara e compreensível do comportamento e atitudes a adotar no decurso do cumprimento da missão da APS, de forma a promover um clima organizacional ético e construtivo, apropriado ao alcance dos objetivos estabelecidos, com respeito pelos princípios do serviço público, da responsabilidade social e do desenvolvimento sustentável, pela satisfação dos legítimos interesses da coletividade e pelo desenvolvimento de um ambiente saudável.

É também objetivo do código de ética e de conduta dar a conhecer, a todas as entidades externas relevantes, os valores que pautam a atuação da APS, bem como as regras de conduta deles decorrentes, de modo a promover relações de confiança e reforçar a cultura e a identidade da APS como entidade responsável pela função de administração portuária.

Em matéria de acompanhamento e aplicação, o Código de Ética e de Conduta prevê a existência de uma Comissão de Ética e de Conduta, cuja composição, mandato e regulamento é definido pelo Conselho de Administração da empresa, e inclui elementos internos e externos à empresa, sendo a sua missão a deteção, receção, registo, tratamento e análise de preocupações, denúncias e pedidos de esclarecimento de dúvidas em relação às normas vigentes no Código de Ética e de Conduta, sendo este o meio privilegiado para garantir a prevenção e administração de conflitos de interesse e o mecanismo interno e externo adotado pela empresa para solicitar orientações sobre comportamentos éticos e em conformidade com a legislação.

Assim, a comunicação de preocupações em torno de comportamentos não éticos ou incompatíveis com a legislação e questões relacionadas com a integridade organizacional, deve ser efetuada através da Comissão de Ética e de Conduta relatando preocupações, dúvidas ou denúncias do seu conhecimento, pelo que os colaboradores e colaboradoras têm também a obrigação de dar

conhecimento à Comissão de Ética e de Conduta de informações que possam afetar de forma relevante a situação económica, financeira ou patrimonial da APS ou de situações que afetem o cumprimento do serviço público.

O Código de Ética e de Conduta estabelece como valores que a APS prossegue na sua missão, o respeito, a integridade, a responsabilidade, a confiança, a excelência, a transparência e a inovação, pautando o seu comportamento de acordo com os princípios de justiça e imparcialidade, direitos humanos e igualdade, boa governança, responsabilidade social, saúde e segurança, valorização profissional, ambiente e sustentabilidade.

As normas de conduta reguladoras da atitude geral dos colaboradores e colaboradoras, interna e externamente, na sua relação com os clientes e fornecedores, partes interessadas, entidades reguladoras e sociedade em geral, encontram-se também definidas no Código de Ética e de Conduta, pelo que ao nível das relações internas deve-se contribuir para a criação e manutenção de um bom clima de trabalho, nomeadamente ao nível do relacionamento interpessoal, aperfeiçoamento e mérito profissional, cumprimento da Lei, confidencialidade e sigilo profissional, prevenção de conflitos de interesse, recurso a atividades ilegais, fiscalidade, utilização dos recursos da empresa, fontes de financiamento e orçamentos, ofertas e comunicação para a imprensa e publicidade. Ao nível das relações externas, aos colaboradores e colaboradoras, na sua atividade de representação da APS, é ainda exigida uma atitude de comprometimento com as seguintes normas:

<b>Clientes e Fornecedores</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>A APS trata com equidade todos os seus clientes e fornecedores, estabelecendo procedimentos em matéria de aquisição de bens e serviços e adotando critérios de adjudicação orientados por princípios de legalidade e de economia que assegurem a eficiência das transações realizadas, a igualdade de oportunidades para todos os interessados habilitados para o efeito e considerando os requisitos da qualidade, ambiente e segurança. A conduta dos colaboradores e colaboradoras nas relações com clientes e fornecedores pautam-se por práticas honestas, esclarecidas e profissionais e, bem assim, por contribuir para a criação de um vínculo de confiança e credibilidade, promovendo junto dos seus parceiros a observância dos regulamentos e práticas de qualidade, ambiente e segurança que estejam em vigor.</li> </ul>
<b>Acionista e Outras Partes Interessadas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Na definição e implementação das suas políticas, estratégia e prática organizacionais, a APS tem como uma das suas preocupações fulcrais assegurar a valorização dos capitais investidos e, bem assim, harmonizar a evolução dos negócios da APS com as expectativas das suas partes interessadas, considerados parceiros. A APS assume a regra do tratamento igualitário das partes interessadas.</li> </ul>
<b>Governo, Autoridades e Entidades Reguladoras</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>A APS presta às autoridades de supervisão e fiscalização toda a colaboração que se encontre ao seu alcance, satisfazendo as solicitações que lhes forem dirigidas e não adotando qualquer comportamento que possa impedir, ou dificultar, o exercício das competências de supervisão cometidas a essas autoridades.</li> </ul>
<b>Relacionamento com a Sociedade</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Os valores, políticas, planos estratégicos e gestão da APS têm sempre em conta os interesses sociais, pelo que presta informação ao público através da sua página na Internet e de contactos com a comunicação social, garantindo verdade e clareza.</li> </ul>





**Materiality  
Disclosures**

APS-Administração dos Portos  
de Sines e do Algarve, S.A.

Nov 2015

**Service**

## 10. Sumário de Conteúdo da GRI

Conteúdos Padrão Gerais	Página	Documento	Omissões	Verificação Externa
Estratégia e Análise				
G4-1	3	RS	---	---
G4-2	3 a 7	RGS	---	---
	29 a 33	RGS		
	26 a 31	RGC		
Perfil Organizacional				
G4-3	4 a 5	RS	---	---
G4-4	6, 8	RS	---	---
	9 a 16	RGC		
G4-5	4 a 5	RS	---	---
G4-6	9 a 11	RGC	---	---
G4-7	42 a 43	RGC	---	---
G4-8	9 a 11	RGC	---	---
G4-9	16 a 18	RGS	---	---
	19 a 22	RGC		
	26 a 31	RGC		
G4-10	39	RS	---	---
G4-11	76 a 77	RS	---	---
G4-12	6, 12	RS	---	---
	45	RGS		
	76, 84	RGC		
G4-13	4 a 8	RGC	---	---
G4-14	39	RGS	---	---
	29 a 33	RGS		
G4-15	58 a 63	RS	---	---
G4-16	19	RS	---	---

Conteúdos Padrão Gerais	Página	Documento	Omissões	Verificação Externa
	7 a 9	RGS		
Aspetos Materiais Identificados e Limites				
G4-17	4	RS	---	---
G4-18	13 a 14	RS	---	---
G4-19	14	RS	---	---
G4-20	14	RS	---	---
G4-21	13 a 14	RS	---	---
G4-22	4	RS	---	---
G4-23	4	RS	---	---
Envolvimento com <i>Stakeholders</i>				
G4-24	10	RS	---	---
G4-25	6 a 10	RS	---	---
G4-26	11	RS	---	---
	13 a 14	RS		
G4-27	14, 17	RS	---	---
Perfil do Relatório				
G4-28	4 a 5	RS	---	---
G4-29	4 a 5	RS	---	---
G4-30	4 a 5	RS	---	---
G4-31	4 a 5	RS	---	---
G4-32	4 a 5	RS	---	---
	88 a 99	RS		
G4-33	4 a 5	RS	---	---
	25 a 26	RGS		
Governança				
G4-34	18	RS	---	---
	10 a 11	RGS		
	17	RGS		



Conteúdos Padrão Gerais	Página	Documento	Omissões	Verificação Externa
	29 a 33	RGS		
<b>G4-35</b>	18	RS	---	---
<b>G4-36</b>	18	RS	---	---
<b>G4-37</b>	10 a 12	RS	---	---
	15 a 17	RS		
<b>G4-38</b>	9 a 11	RGS	---	---
<b>G4-39</b>	11	RGS	---	---
<b>G4-40</b>	22 a 23	RS	---	---
<b>G4-41</b>	86 a 87	RS	---	---
	39	RGS		
<b>G4-42</b>	18	RS	---	---
	3 a 7	RGS		
<b>G4-43</b>	18	RS	---	---
<b>G4-44</b>	45 a 50	RGS	---	---
<b>G4-45</b>	4 a 6	RGS	---	---
	29 a 33	RGS		
	45 a 50	RGS		
<b>G4-46</b>	29 a 33	RGS	---	---
<b>G4-47</b>	53 a 54	RS	---	---
<b>G4-48</b>	14	RS	---	---
<b>G4-49</b>	18	RS	---	---
<b>G4-50</b>	18	RS	---	---
<b>G4-51</b>	39 a 43	RGS	---	---
	90 a 95	RGC		
<b>G4-52</b>	51	RS	---	---
	76 a 77	RS		
<b>G4-53</b>	51	RS	---	---
	76 a 77	RS		

Conteúdos Padrão Gerais	Página	Documento	Omissões	Verificação Externa
	39 a 43	RGS		
	90 a 95	RGC		
<b>G4-54</b>	21 a 22 77	RS RS	Não são reportados dados por país por a empresa estar sediada apenas em Portugal.	---
<b>G4-55</b>	21 a 22	RS	Não são reportados dados por país por a empresa estar sediada apenas em Portugal.	---
<b>Ética e Integridade</b>				
<b>G4-56</b>	86 a 87	RS	---	---
<b>G4-57</b>	86 a 87	RS	---	---
<b>G4-58</b>	86 a 87	RS	---	---

Conteúdos Padrão Específicos  (Aspetos Materiais)	Informações sobre a Forma de Gestão e Indicadores		Omissões	Verificação Externa
	Página	Documento		
<b>Categoria: Económica</b>				
<b>Aspeto: Desempenho Económico</b>				
<b>G4-DMA</b>	18 a 19 47 a 50	RS RGS	---	---
<b>G4-EC1</b>	19 a 20	RS	---	---
<b>G4-EC2</b>	20	RS	A APS não dispõe de um sistema de recolha de dados que permita relatar riscos e oportunidades suscitados por mudanças climáticas com potencial de gerar mudanças substanciais em operações, receitas ou despesas, contudo, a longo prazo, pretende implementar sistemas de monitorização que permitam tratar este tipo de variáveis.	---
<b>G4-EC3</b>	21	RS	---	---
<b>G4-EC4</b>	21	RS	---	---
<b>Aspeto: Presença no Mercado</b>				
<b>G4-DMA</b>	18 a 19 47 a 50	RS RGS	---	---
<b>G4-EC5</b>	21 a 22	RS	---	---

Conteúdos Padrão Específicos  (Aspetos Materiais)	Informações sobre a Forma de Gestão e Indicadores		Omissões	Verificação Externa
	Página	Documento		
G4-EC6	22 a 23	RS	---	---
<b>Aspeto: Impactos Económicos Indiretos</b>				
G4-DMA	18 a 19	RS	---	---
	47 a 50	RGS		
G4-EC7	23	RS	---	---
G4-EC8	23 a 24	RS	---	---
<b>Aspeto: Práticas de Compra</b>				
G4-DMA	---	---	Não material	---
G4-EC9	---	---	Não material	---
<b>Categoria: Ambiental</b>				
<b>Aspeto: Materiais</b>				
G4-DMA	---	---	Não material	---
G4-EN1	---	---	Não material	---
G4-EN2	---	---	Não material	---
<b>Aspeto: Energia</b>				
G4-DMA	18 a 19	RS	---	---
	47 a 50	RGS		
G4-EN3	24 a 25	RS	---	---
G4-EN4	25	RS	A APS não dispõe nesta oportunidade de um sistema de recolha de dados que permita apurar o consumo de energia fora da empresa.	---
G4-EN5	25 a 26	RS	---	---
G4-EN6	26	RS	---	---
G4-EN7	26	RS	---	---
<b>Aspeto: Água</b>				
G4-DMA	---	---	Não material	---
G4-EN8	---	---	Não material	---
G4-EN9	---	---	Não material	---

Conteúdos Padrão Específicos  (Aspetos Materiais)	Informações sobre a Forma de Gestão e Indicadores		Omissões	Verificação Externa
	Página	Documento		
G4-EN10	---	---	Não material	---
<b>Aspeto: Biodiversidade</b>				
G4-DMA	18 a 19	RS	---	---
	47 a 50	RGS		
G4-EN11	27 a 28	RS	---	---
G4-EN12	28 a 30	RS	---	---
G4-EN13	30	RS	---	---
G4-EN14	30 a 31	RS	---	---
<b>Aspeto: Emissões</b>				
G4-DMA	18 a 19	RS	---	---
	47 a 50	RGS		
G4-EN15	32	RS	---	---
G4-EN16	33	RS	---	---
G4-EN17	33	RS	---	---
G4-EN18	33	RS	A APS não dispõe nesta oportunidade de um sistema de recolha de dados que permita apurar a intensidade de emissões de gases de efeito estufa (GEE).	---
G4-EN19	33 a 34	RS	---	---
G4-EN20	34	RS	---	---
G4-EN21	34	RS	---	---
<b>Aspeto: Efluentes e Resíduos</b>				
G4-DMA	18 a 19	RS	---	---
	47 a 50	RGS		
G4-EN22	35	RS	---	---
G4-EN23	35	RS	---	---
G4-EN24	35 a 36	RS	---	---
G4-EN25	36	RS	---	---
G4-EN26	36	RS	---	---

Conteúdos Padrão Específicos  (Aspetos Materiais)	Informações sobre a Forma de Gestão e Indicadores		Omissões	Verificação Externa
	Página	Documento		
Aspeto: Produtos e Serviços				
G4-DMA	18 a 19	RS	---	---
	47 a 50	RGS		
G4-EN27	36 a 37	RS	---	---
G4-EN28	37	RS	A APS não reporta nem tenciona reportar o presente indicador, já que não se relaciona com a sua atividade principal de fornecimento de serviços.	---
Aspeto: Conformidade				
G4-DMA	---	---	Não material	---
G4-EN29	---	---	Não material	---
Aspeto: Transportes				
G4-DMA	18 a 19	RS	---	---
	47 a 50	RGS		
G4-EN30	37	RS	---	---
Aspeto: Geral				
G4-DMA	18 a 19	RS	---	---
	47 a 50	RGS		
G4-EN31	37 a 38	RS	---	---
Aspeto: Avaliação Ambiental de Fornecedores				
G4-DMA	---	---	Não material	---
G4-EN32	---	---	Não material	---
G4-EN33	---	---	Não material	---
Aspeto: Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionados com Impactos Ambientais				
G4-DMA	18 a 19	RS	---	---
	47 a 50	RGS		
G4-EN34	38	RS	---	---
Categoria: Social				
Subcategoria: Práticas Laborais e Trabalho Condigno				

Conteúdos Padrão Específicos  (Aspetos Materiais)	Informações sobre a Forma de Gestão e Indicadores		Omissões	Verificação Externa
	Página	Documento		
Aspeto: Emprego				
G4-DMA	18 a 19	RS	---	---
	47 a 50	RGS		
G4-LA1	38 a 40	RS	---	---
G4-LA2	40 a 41	RS	---	---
G4-LA3	41 a 42	RS	---	---
Aspeto: Relações Laborais				
G4-DMA	18 a 19	RS	---	---
	47 a 50	RGS		
G4-LA4	42 a 43	RS	---	---
Aspeto: Saúde e Segurança no Trabalho				
G4-DMA	18 a 19	RS	---	---
	47 a 50	RGS		
G4-LA5	43 a 44	RS	---	---
G4-LA6	44 a 45	RS	---	---
G4-LA7	45 a 48	RS	---	---
G4-LA8	48	RS	---	---
Aspeto: Formação e Educação				
G4-DMA	18 a 19	RS	---	---
	47 a 50	RGS		
G4-LA9	48 a 49	RS	---	---
G4-LA10	50	RS	---	---
G4-LA11	50 a 51	RS	---	---
Aspeto: Diversidade e Igualdade de Oportunidades				
G4-DMA	---	---	Não material	---
G4-LA12	---	---	Não material	---

Conteúdos Padrão Específicos  (Aspetos Materiais)	Informações sobre a Forma de Gestão e Indicadores		Omissões	Verificação Externa
	Página	Documento		
Aspeto: Igualdade de Remuneração entre Mulheres e Homens				
G4-DMA	18 a 19	RS	---	---
	47 a 50	RGS		
G4-LA13	51	RS	---	---
	76 a 77	RS		
Aspeto: Avaliação de Fornecedores em Práticas Laborais				
G4-DMA	---	---	Não material	---
G4-LA14	---	---	Não material	---
G4-LA15	---	---	Não material	---
Aspeto: Mecanismos de Queixas e Reclamações relacionadas com Práticas Laborais				
G4-DMA	---	---	Não material	---
G4-LA16	---	---	Não material	---
Subcategoria: Direitos Humanos				
Aspeto: Investimentos				
G4-DMA	---	---	Não material	---
G4-HR1	---	---	Não material	---
G4-HR2	---	---	Não material	---
Aspeto: Não Discriminação				
G4-DMA	18 a 19	RS	---	---
	47 a 50	RGS		
G4-HR3	51	RS	---	---
Aspeto: Liberdade de Associação e Negociação Coletiva				
G4-DMA	---	---	Não material	---
G4-HR4	---	---	Não material	---
Aspeto: Trabalho Infantil				
G4-DMA	---	---	Não material	---



Conteúdos Padrão Específicos  (Aspetos Materiais)	Informações sobre a Forma de Gestão e Indicadores		Omissões	Verificação Externa
	Página	Documento		
G4-HR5	---	---	Não material	---
<b>Aspeto: Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo</b>				
G4-DMA	---	---	Não material	---
G4-HR6	---	---	Não material	---
<b>Aspeto: Práticas de Segurança</b>				
G4-DMA	18 a 19	RS	---	---
	47 a 50	RGS		
G4-HR7	51	RS	---	---
<b>Aspeto: Direitos dos Povos Indígenas e Tradicionais</b>				
G4-DMA	---	---	Não material	---
G4-HR8	---	---	Não material	---
<b>Aspeto: Avaliação</b>				
G4-DMA	---	---	Não material	---
G4-HR9	---	---	Não material	---
<b>Aspeto: Avaliação de Fornecedores em Direitos Humanos</b>				
G4-DMA	---	---	Não material	---
G4-HR10	---	---	Não material	---
G4-HR11	---	---	Não material	---
<b>Aspeto: Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas com Direitos Humanos</b>				
G4-DMA	---	---	Não material	---
G4-HR12	---	---	Não material	---
<b>Subcategoria: Sociedade</b>				
<b>Aspeto: Comunidades Locais</b>				
G4-DMA	18 a 19	RS	---	---
	47 a 50	RGS		
G4-SO1	52	RS	---	---

Conteúdos Padrão Específicos  (Aspetos Materiais)	Informações sobre a Forma de Gestão e Indicadores		Omissões	Verificação Externa
	Página	Documento		
G4-SO2	53	RS	---	---
<b>Aspeto: Combate à Corrupção</b>				
G4-DMA	18 a 19	RS	---	---
	47 a 50	RGS		
G4-SO3	53 a 54	RS	---	---
G4-SO4	54 a 55	RS	---	---
G4-SO5	55	RS	---	---
<b>Aspeto: Políticas Públicas</b>				
G4-DMA	18 a 19	RS	---	---
	47 a 50	RGS		
G4-SO6	55	RS	---	---
<b>Aspeto: Concorrência Desleal</b>				
G4-DMA	18 a 19	RS	---	---
	47 a 50	RGS		
G4-SO7	55	RS	---	---
<b>Aspeto: Conformidade</b>				
G4-DMA	18 a 19	RS	---	---
	47 a 50	RGS		
G4-SO8	55	RS	---	---
<b>Aspeto: Avaliação de Fornecedores em Impactos na Sociedade</b>				
G4-DMA	---	---	Não material	---
G4-SO9	---	---	Não material	---
G4-SO10	---	---	Não material	---
<b>Aspeto: Mecanismos de Queixas e Reclamações relacionadas com Impactos na Sociedade</b>				
G4-DMA	---	---	Não material	---
G4-SO11	---	---	Não material	---

Conteúdos Padrão Específicos  (Aspetos Materiais)	Informações sobre a Forma de Gestão e Indicadores		Omissões	Verificação Externa
	Página	Documento		
Subcategoria: Responsabilidade pelo Produto				
Aspeto: Saúde e Segurança do Cliente				
G4-DMA	18 a 19	RS	---	---
	47 a 50	RGS		
G4-PR1	56	RS	---	---
G4-PR2	56 a 57	RS	---	---
Aspeto: Rotulagem de Produtos e Serviços				
G4-DMA	---	---	Não material	---
G4-PR3	---	---	Não material	---
G4-PR4	---	---	Não material	---
G4-PR5	---	---	Não material	---
Aspeto: Comunicações de Marketing				
G4-DMA	18 a 19	RS	---	---
	47 a 50	RGS		
G4-PR6	57	RS	---	---
G4-PR7	57	RS	---	---
Aspeto: Privacidade do Cliente				
G4-DMA	---	---	Não material	---
G4-PR8	---	---	Não material	---
Aspeto: Conformidade				
G4-DMA	18 a 19	RS	---	---
	47 a 50	RGS		
G4-PR9	57	RS	---	---
Aspeto: Outros				
Volume de mercadorias mov. por Terminal / Operador	57 a 58	RS	---	---

## 11. Lista de Acrónimos e Símbolos

ACT	Autoridade para as Condições de Trabalho
AE	Área Estratégica
APORVELA	Associação Portuguesa de Treino de Vela
APS	Administração dos Portos de Sines e do Algarve, SA
AT	Acidentes de trabalho
CEEP	Centro Europeu das Empresas com Participação Públicas e/ou Interesse Económico Geral
CGA	Caixa Geral de Aposentações
CIEMAR	Laboratório de Ciências do Mar da Universidade de Évora
CIG	Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
CITE	Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego
CO2	Dióxido de carbono
COMSINES	Conselho das Comunidades de Sines
CPSi	Comunidade Portuária de Sines
CRESAP	Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública
CSG	Comité do Sistema de Gestão
CSR	<i>Corporate Social Responsibility</i>
Convenção RAMSAR	<i>Convention on Wetlands of International Importance especially as Waterfowl Habitat</i>
D15	Armazenagem enquanto se aguarda a execução de uma das operações enumeradas de D1 a D14 (com exclusão) do armazenamento temporário, antes da recolha, no local onde esta é efetuada)
DGERT	Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho
DL	Decreto-Lei
DMA	Informação sobre a Forma de Gestão
DRH	Direção de Recursos Humanos
EBITDA	Resultados antes de amortizações, juros e imposto s/ rendimento
EC	Económico
ECOALGA	ECOALGA-Agricultura Subaquática, Sociedade Unipessoal, Lda.
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EN	Ambiental
EPI	Equipamento de Proteção Ambiental
F	Feminino
FSP	Fórum para a Simplificação de Procedimentos
GEE	Gases de Efeito Estufa
GJ	Gigajoules
GRI	<i>Global Reporting Initiative</i>
HR	Direitos humanos
IAS	Indexante dos Apoios Sociais
ID	Indicador
IEC	<i>International Electrotechnical Commission</i>
IGen	Fórum Empresas para a Igualdade de Género

IPTM	Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P.
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
IRS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares
ISEG	Instituto Superior de Economia e Gestão
ISO	<i>International Organization for Standardization</i>
IUCN	<i>International Union for Conservation of Nature</i>
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
JUL	Janela Única Logística
JUP	Janela Única Portuária
kW	quilowatt
l	Litro
LA	Práticas Laborais e Trabalho Condigno
LS	Listagem
m <sup>3</sup>	Metro cúbico
M	Masculino
MAPSi	Monitorização dos Ambientes Marinhos do Porto de Sines
ML	Modelo de Impresso
Nº	Número
n.a.	Não Aplicável
n.d.	Não Disponível
NOx	Óxidos de azoto
NP	Norma Portuguesa
NTM	Navio Treino de Mar
ODS	<i>Ozone Depleting Substances</i>
OHSAS	<i>Occupational Health and Safety Assessment Series</i>
PD	Procedimento
PDPDSIE	Parceria de Desenvolvimento do Projeto Diálogo Social e Igualdade nas Empresas
PP	Plano
PR	Responsabilidade pelo Produto
PVG	Praia Vasco da Gama
QUERCUS	Associação Nacional de Conservação da Natureza
R22	Hidroclorofluorocarboneto
RGC	Relatório de Gestão e Contas
RGS	Relatório do Governo Societário
RI	Regulamento Interno
RL	Relatório
RMMG	Retribuição Mínima Mensal Garantida
RN	Resumo de Reunião
RS	Relatório de Sustentabilidade
RVCC	Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências
Rx	Raios X

SEE	Setor Empresarial do Estado
SFORI	<i>Strategy for Improvement</i>
SI	Sistema de Gestão Integrado da Qualidade, Ambiente e Segurança
SIC	Sítio de Importância Comunitária
SIIG	Sistema de Identificação e de Informação Geográfica
SINDICATO XXI	Associação Sindical dos Trabalhadores Administrativos, Técnicos e Operadores dos Terminais de Carga Contentorizada do Porto de Sines
SINPORSINES	Sindicato dos Trabalhadores Portuários de Mar e Terra de Sines
SNC	Sistema de Normalização Contabilística
SO	Sociedade
SOx	Óxidos de enxofre
SST	Segurança e Saúde no Trabalho
T	Total
TAC	Tomografia Axial Computadorizada
TCO	<i>Tjänstemännens Centralorganisation (Swedish Confederation of Professional Employees)</i>
TEU	<i>Twenty-Foot Equivalent Unit</i>
Tf	Taxa de frequência
Tg	Taxa de gravidade
Ti	Taxa de incidência
TIM	Taxa de incidência (Acidentes de trabalho mortais)
TON	Tonelada
TXXI	Terminal de Contentores
VAB	Valor Acrescentado Bruto
VL	Valor limite
ZAL	Zona de Atividades Logísticas
ZPE	Zona de Proteção Especial
%	Porcentagem

## 12. Inquérito de Apreciação

A sua opinião conta para nós:

Identificação (facultativo)

Nome \_\_\_\_\_

Carreira/Profissão \_\_\_\_\_

Empresa \_\_\_\_\_

### 1. Faz parte de que grupo de *stakeholder*?

☐

Colaboradores/as

☐

Provedoria

☐

Setor Financeiro

☐

Autoridades

☐

Entidades Oficiais

☐

Comunidade

☐

Fornecedores/as

☐

Clientes

☐

Outro

Especifique: \_\_\_\_\_

### 2. Classifique a incidência do Relatório de Sustentabilidade de 2014, relativamente aos principais conceitos de sustentabilidade, de acordo com a seguinte escala:

(Escala: 1=Excelente; 2=Bom; 3=Suficiente; 4=Mediocre)

Âmbito Social:      1          2          3          4

Âmbito Ambiental: 1          2          3          4

Âmbito Económico: 1          2          3          4



**3. Quais os temas que considerou mais positivos no Relatório de Sustentabilidade de 2014?**

- ☐ A exatidão da informação
- ☐ A comparabilidade da informação
- ☐ A precisão da informação
- ☐ A periodicidade da informação
- ☐ A clareza da informação
- ☐ A utilidade da informação
- ☐ As ações promovidas pela APS
- ☐ As políticas definidas pela APS
- ☐ Outros

Especifique: \_\_\_\_\_

**4. Teve contacto com o Relatório de Sustentabilidade da APS relativo a anos anteriores?**

- ☐ Sim
- ☐ Não

Se sim, através de que meio? \_\_\_\_\_

Se sim, como qualifica o Relatório de Sustentabilidade de 2014 relativamente aos Relatórios de Sustentabilidade de anos anteriores?

- ☐ Superior
- ☐ Semelhante
- ☐ Inferior

5. Que grau de importância atribui a cada Aspeto/Tópico abaixo identificado, tendo em conta a influência que esse Aspeto tem na avaliação que faz dos impactos económicos, sociais e ambientais da empresa?

Aspetos/Tópicos	Importância				
	Muito Alta 4	Alta 3	Média 2	Baixa 1	NS/NR* 0
<b>Categoria: Económica</b>					
Aspeto: Desempenho Económico					
Aspeto: Presença no Mercado					
Aspeto: Impactos Económicos Indiretos					
Aspeto: Práticas de Compra					
<b>Categoria: Ambiental</b>					
Aspeto: Materiais					
Aspeto: Energia					
Aspeto: Água					
Aspeto: Biodiversidade					
Aspeto: Emissões					
Aspeto: Efluentes e Resíduos					
Aspeto: Produtos e Serviços					
Aspeto: Conformidade (multas significativas e sanções não monetárias)					
Aspeto: Transportes					
Aspeto: Geral (investimentos com medidas de proteção ambiental)					
Aspeto: Avaliação Ambiental de Fornecedores					
Aspeto: Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionados com Impactos Ambientais					
<b>Categoria: Social</b>					
<b>Subcategoria: Práticas Laborais e Trabalho Condigno</b>					
Aspeto: Emprego					
Aspeto: Relações Laborais					
Aspeto: Saúde e Segurança no Trabalho					
Aspeto: Formação e Educação					

Aspetos/Tópicos	Importância				
	Muito Alta 4	Alta 3	Média 2	Baixa 1	NS/NR* 0
Aspeto: Diversidade e Igualdade de Oportunidades					
Aspeto: Igualdade de Remuneração entre Mulheres e Homens					
Aspeto: Avaliação de Fornecedores em Práticas Laborais					
Aspeto: Mecanismos de Queixas e Reclamações relacionadas com Práticas Laborais					
<b>Categoria: Social</b>					
<b>Subcategoria: Direitos Humanos</b>					
Aspeto: Investimentos (contratos de investimento que incluam cláusulas de direitos humanos e horas de formação em direitos humanos)					
Aspeto: Não Discriminação					
Aspeto: Liberdade de Associação e Negociação Coletiva					
Aspeto: Trabalho Infantil					
Aspeto: Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo					
Aspeto: Práticas de Segurança					
Aspeto: Direitos dos Povos Indígenas e Tradicionais					
Aspeto: Avaliação (operações submetidas a avaliações de direitos humanos)					
Aspeto: Avaliação de Fornecedores em Direitos Humanos					
Aspeto: Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas com Direitos Humanos					
<b>Categoria: Social</b>					
<b>Subcategoria: Sociedade</b>					
Aspeto: Comunidades Locais					
Aspeto: Combate à Corrupção					
Aspeto: Políticas Públicas					
Aspeto: Concorrência Desleal					
Aspeto: Conformidade (multas significativas e sanções não monetárias)					
Aspeto: Avaliação de Fornecedores em Impactos na Sociedade					

Aspetos/Tópicos	Importância				
	Muito Alta 4	Alta 3	Média 2	Baixa 1	NS/NR* 0
Aspeto: Mecanismos de Queixas e Reclamações relacionadas com Impactos na Sociedade					
<b>Categoria: Social</b>					
<b>Subcategoria: Responsabilidade pelo Produto</b>					
Aspeto: Saúde e Segurança do Cliente					
Aspeto: Rotulagem de Produtos e Serviços					
Aspeto: Comunicações de Marketing					
Aspeto: Privacidade do Cliente					
Aspeto: Conformidade (multas significativas)					
<b>Outros Tópicos</b>					

\* NS/NR – Não Sabe / Não Responde

**6. Quais as expectativas económicas, sociais e ambientais em relação ao papel desempenhado pela APS?**

**Obrigado pelo seu contributo.**

Poderá remeter este Inquérito de Apreciação à APS de uma das seguintes formas:

- ✓ Por e-mail: [helena.silva@apsinesalgarve.pt](mailto:helena.silva@apsinesalgarve.pt)
- ✓ Por fax: +351 269 860 690
- ✓ Em papel: APS—Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A., Diretora de Recursos Humanos, Apartado 16, EC Sines, 7521-953 Sines, Portugal

## 13. Evolução das Respostas ao Inquérito de Autoavaliação

### I. MISSÃO E VALORES DA EMPRESA

*Empresas de excelência que visam ser socialmente responsáveis incorporam na sua missão e valores os princípios da igualdade de género e implementam práticas nesse domínio, tendo como base uma estratégia coerente assente no reconhecimento do igual valor social das mulheres e dos homens e do seu respetivo estatuto na sociedade, com vista ao equilíbrio dos indicadores.*

	2012	2013	2014
<b>1.1</b> Para a empresa a igualdade entre mulheres e homens é considerada uma prioridade para o desenvolvimento organizacional?	sim	sim	sim
<b>1.2</b> Nos documentos estratégicos (exemplo: relatórios, planos, regulamentos) é feita menção expressa à igualdade entre mulheres e homens enquanto valor da empresa?	não	não	não
<b>1.3</b> A empresa tem medidas que especificamente encorajam a participação equilibrada das mulheres e dos homens nos processos de decisão?	não	não	não
<b>1.4</b> A empresa tem medidas que especificamente encorajam a participação equilibrada das mulheres e dos homens na atividade familiar?	não	sim	sim
<b>1.5</b> Nos últimos 5 anos, a empresa afetou verbas para medidas e ações no âmbito da igualdade entre mulheres e homens?	não	sim	sim
<b>1.6</b> Na empresa existe um plano de ação para a igualdade entre mulheres e homens?	não	sim	sim

### II. RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE PESSOAL

*Empresas de excelência que visam ser socialmente responsáveis, com práticas de igualdade de género, recrutam e selecionam o seu pessoal valorizando de igual forma competências, aspirações, necessidades e responsabilidades de mulheres e de homens.*

	2012	2013	2014
<b>2.1</b> Os critérios e procedimentos de recrutamento e seleção de recursos humanos têm presente o princípio da igualdade e não discriminação em função do sexo?	sim	sim	sim
<b>2.2</b> A empresa encoraja a candidatura e seleção de homens ou de mulheres para profissões/funções onde estejam sub-representados/as?	não	não	sim
<b>2.3</b> Os anúncios de oferta de emprego não contêm elementos indiretamente discriminatórios em função do sexo (exemplo: "disponibilidade total", "estado civil")?	sim	sim	sim
<b>2.4</b> Na constituição das equipas de seleção preside o princípio de uma representação equilibrada de mulheres e homens?	sim	sim	sim

## II. RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE PESSOAL

*Empresas de excelência que visam ser socialmente responsáveis, com práticas de igualdade de género, recrutam e selecionam o seu pessoal valorizando de igual forma competências, aspirações, necessidades e responsabilidades de mulheres e de homens.*

	2012	2013	2014
<b>2.5</b> A empresa mantém informação, tratada por sexo, relativa aos processos de recrutamento e seleção que levou a cabo nos últimos cinco anos?	sim	sim	sim

## III. APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA

*Empresas de excelência que visam ser socialmente responsáveis, com práticas de igualdade de género, incentivam mulheres e homens de igual forma à aprendizagem ao longo da vida e utilizam plenamente as suas capacidades e conhecimentos.*

	2012	2013	2014
<b>3.1</b> A empresa, ao elaborar o plano de formação, tem presente o princípio da igualdade e não discriminação entre mulheres e homens, designadamente no que respeita às oportunidades de qualificação, de progressão na carreira e no acesso a cargos de chefia?	não	sim	sim
<b>3.2</b> A empresa integra, na formação certificada, algum módulo relacionado com a temática da igualdade entre mulheres e homens?	não	sim	sim
<b>3.3</b> A empresa possibilita a interrupção na carreira, para estudos ou formação, aos seus trabalhadores e às suas trabalhadoras?	sim	sim	sim
<b>3.4</b> A empresa incentiva a igual participação de mulheres e de homens em processos de aprendizagem ao longo da vida?	sim	sim	sim
<b>3.5</b> A empresa compensa os eventuais desequilíbrios na situação de homens e mulheres na formação, designadamente dando prioridade à participação de homens ou de mulheres em ações de formação dirigidas a profissões/funções em que um dos sexos esteja sub-representado?	não	não	sim
<b>3.6</b> A empresa assegura às mulheres e aos homens igual acesso ao número mínimo de horas de formação certificada estabelecido por lei?	sim	sim	sim

#### IV. REMUNERAÇÕES E GESTÃO DA CARREIRA

*Empresas de excelência que visam ser socialmente responsáveis, com práticas de igualdade de género, promovem a igualdade e a não discriminação entre mulheres e homens nas promoções e progressão na carreira, eliminando todo o tipo de obstáculos em função do sexo.*

	2012	2013	2014
<b>4.1</b> A empresa assegura, na sua política salarial, o cumprimento do princípio "salário igual para trabalho igual ou de valor igual" entre trabalhadores e trabalhadoras?	sim	sim	sim
<b>4.2</b> A empresa, na atribuição de remunerações complementares (exemplo: prémios e regalias acessórias), tem presente o princípio da igualdade e não discriminação em função do sexo, não penalizando mulheres e homens pelas suas responsabilidades familiares (exemplo: ausências ao trabalho por assistência inadiável à família, licença por maternidade, paternidade e parental)?	sim	sim	sim
<b>4.3</b> A empresa, quando nomeia um trabalhador ou uma trabalhadora para um cargo de chefia ou órgão de decisão, tem presente o princípio da igualdade e não discriminação em função do sexo?	não	sim	sim
<b>4.4</b> As competências dos trabalhadores e das trabalhadoras (habilitações escolares, formação profissional, competências adquiridas por via não formal e informal) são reconhecidas, pela empresa, de modo igual nos processos de promoção e progressão na carreira?	sim	sim	sim
<b>4.5</b> Na empresa, a avaliação de desempenho é feita com base em critérios objetivos, comuns a mulheres e homens, de forma a excluir qualquer discriminação baseada no sexo?	sim	sim	sim

#### V. DIÁLOGO SOCIAL E PARTICIPAÇÃO DE TRABALHADORES E TRABALHADORAS E/OU SUAS ORGANIZAÇÕES REPRESENTATIVAS

*Empresas de excelência que visam ser socialmente responsáveis, com práticas de igualdade de género, privilegiam o diálogo com os trabalhadores e as trabalhadoras e/ou as suas organizações representativas, e a sua participação na definição e implementação de medidas que promovam a igualdade entre mulheres e homens.*

	2012	2013	2014
<b>5.1</b> A empresa incentiva os trabalhadores e as trabalhadoras a apresentarem sugestões no domínio da igualdade entre mulheres e homens, conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal e proteção da maternidade e paternidade?	não	sim	sim
<b>5.2</b> A empresa realiza reuniões com os trabalhadores e trabalhadoras ou suas estruturas representativas onde aborda questões relacionadas com a igualdade entre mulheres e homens, conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal e proteção da maternidade e paternidade?	não	sim	sim



**V. DIÁLOGO SOCIAL E PARTICIPAÇÃO DE TRABALHADORES E TRABALHADORAS E/OU SUAS ORGANIZAÇÕES REPRESENTATIVAS**

*Empresas de excelência que visam ser socialmente responsáveis, com práticas de igualdade de género, privilegiam o diálogo com os trabalhadores e as trabalhadoras e/ou as suas organizações representativas, e a sua participação na definição e implementação de medidas que promovam a igualdade entre mulheres e homens.*

	2012	2013	2014
<b>5.3</b> <i>A empresa, quando avalia a satisfação dos trabalhadores e das trabalhadoras, considera os aspetos da igualdade entre mulheres e homens, conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal e proteção da maternidade e paternidade?</i>	não	não	não

**VI. DEVER DE RESPEITO PELA DIGNIDADE DE MULHERES E DE HOMENS NO LOCAL DE TRABALHO**

*Empresas de excelência que visam ser socialmente responsáveis, com práticas de igualdade de género, garantem o respeito pela dignidade de mulheres e de homens no local de trabalho, definindo e implementando normas para o efeito.*

	2012	2013	2014
<b>6.1</b> <i>A empresa possui normas que garantam o respeito pela dignidade de mulheres e homens no local de trabalho?</i>	sim	sim	sim
<b>6.2</b> <i>Existem na empresa procedimentos formais para apresentação de queixa em caso de situações de discriminação em função do sexo?</i>	sim	sim	sim
<b>6.3</b> <i>Existem na empresa procedimentos específicos para reparação de danos decorrentes da violação do respeito pela dignidade de mulheres e homens no local de trabalho?</i>	não	sim	sim

**VII. INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E IMAGEM**

*Empresas de excelência que visam ser socialmente responsáveis, com práticas de igualdade de género, empregam uma linguagem inclusiva ou neutra e recorrem a imagens que respeitam de igual modo mulheres e homens.*

	2012	2013	2014
<b>7.1</b> <i>Na comunicação interna, a empresa tem em consideração o princípio da igualdade e não discriminação em função do sexo e emprega formas gramaticais inclusivas e verdadeiramente neutras (exemplo: os trabalhadores e as trabalhadoras, as pessoas que trabalham)?</i>	não	sim	sim
<b>7.2</b> <i>Em todos os instrumentos da empresa que apresentam valores quantificados relativos a trabalhadores e trabalhadoras, designadamente nos diagnósticos e relatórios, a empresa trata e apresenta de forma sistemática os dados desagregados por sexo?</i>	sim	sim	sim

**VII. INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E IMAGEM**

*Empresas de excelência que visam ser socialmente responsáveis, com práticas de igualdade de género, empregam uma linguagem inclusiva ou neutra e recorrem a imagens que respeitam de igual modo mulheres e homens.*

	2012	2013	2014
<b>7.3</b> A empresa utiliza linguagem e imagens não discriminatórias em função do sexo na publicidade e na promoção das suas atividades, produtos e serviços?	não	sim	sim
<b>7.4</b> A empresa divulga, em local apropriado, informação relativa aos direitos e deveres dos trabalhadores e das trabalhadoras, em matéria de igualdade e não discriminação em função do sexo, maternidade e paternidade?	sim	sim	sim

**VIII. CONCILIAÇÃO ENTRE A VIDA PROFISSIONAL, FAMILIAR E PESSOAL**

*Empresas de excelência que visam ser socialmente responsáveis, com práticas de igualdade de género, promovem uma organização do trabalho adequada às necessidades pessoais e familiares de trabalhadores e de trabalhadoras.*

<b>8.1. NOVAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO</b>	2012	2013	2014
<b>8.1.1</b> A empresa concede horários de trabalho flexíveis com vista à conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal?	sim	sim	sim
<b>8.1.2</b> A empresa possibilita o trabalho a partir de casa quando necessário à conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal?	não	sim	sim
<b>8.1.3</b> A empresa possibilita o teletrabalho como forma de conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal?	não	sim	sim
<b>8.1.4</b> A empresa possibilita a adaptação do tempo semanal de trabalho concentrando ou alargando o horário de trabalho diário com vista à conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal?	sim	sim	sim
<b>8.1.5</b> Na marcação dos horários por turnos rotativos, a empresa considera as necessidades de conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal dos trabalhadores e das trabalhadoras?	sim	sim	sim
<b>8.1.6</b> A empresa concede o trabalho a tempo parcial aos trabalhadores e às trabalhadoras com vista à conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal?	sim	sim	sim
<b>8.1.7</b> A empresa prevê a partilha do posto de trabalho com vista à conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal?	sim	sim	sim

<b>8.2. BENEFÍCIOS DIRETOS A TRABALHADORES E A TRABALHADORAS</b>		<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
<b>8.2.1</b>	<i>A empresa tem medidas de apoio a trabalhadores e a trabalhadoras com situações familiares especiais (exemplo: famílias monoparentais, familiares com deficiência, familiares com doença crónica, trabalhadores/as com netos/as de filhos/as adolescentes)?</i>	não	não	sim
<b>8.2.2</b>	<i>A empresa concede períodos para assistência a ascendentes e cônjuges de trabalhadores e trabalhadoras, com duração superior aos 15 dias que se encontram previstos na lei ou ao período previsto no contrato coletivo de trabalho ou no acordo de empresa?</i>	não	não	não
<b>8.2.3</b>	<i>A empresa disponibiliza serviços de saúde a trabalhadores e a trabalhadoras?</i>	sim	sim	sim
<b>8.2.4</b>	<i>A empresa tem seguros de saúde e/ou de vida e/ou fundos de pensão para trabalhadores e trabalhadoras?</i>	sim	sim	sim
<b>8.2.5</b>	<i>A empresa possui equipamentos próprios destinados a atividades desportivas ou outras promotoras da saúde e bem-estar de trabalhadores e trabalhadoras (exemplo: ginásio, sala de massagens, acupuntura, piscina)?</i>	não	não	não
<b>8.2.6</b>	<i>A empresa tem acordos estabelecidos com vista à prestação de serviços nas áreas da saúde, cultura, lazer e desporto para os trabalhadores e as trabalhadoras?</i>	sim	sim	sim
<b>8.2.7</b>	<i>A empresa facilita serviços de proximidade nas suas instalações (exemplo: lavandaria, catering, take-away, lavagem do carro, farmácia)?</i>	não	não	sim
<b>8.2.8</b>	<i>A empresa desenvolve atividades ligadas à promoção da saúde e bem-estar (exemplo: workshops, semanas temáticas, rastreios)?</i>	não	sim	sim
<b>8.2.9</b>	<i>A empresa tem medidas específicas (exemplo: informação, formação adequada, reciclagem) com vista à reintegração na vida ativa de trabalhadores e trabalhadoras que tenham interrompido a sua carreira por motivos familiares?</i>	sim	sim	sim

<b>8.3. BENEFÍCIOS DIRETOS AOS FAMILIARES DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS</b>		<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
<b>8.3.1</b>	<i>A empresa tem equipamentos próprios de apoio para filhos e filhas de trabalhadores e trabalhadoras (exemplo: creche, jardim de infância, atividades de tempos livres, colónias de férias, ou outros)?</i>	não	não	não
<b>8.3.2</b>	<i>A empresa tem protocolos com serviços de apoio para familiares (exemplo: creche, jardim de infância, ludoteca, atividades de bem estar, cultura e lazer, ginásios)?</i>	não	não	não
<b>8.3.3</b>	<i>A empresa tem protocolos de facilitação de acesso com serviços de apoio a familiares idosos ou com deficiência (exemplo: apoio domiciliário, reabilitação, lares e centros de dia)?</i>	não	não	não

<b>8.3. BENEFÍCIOS DIRETOS AOS FAMILIARES DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS</b>		<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
<b>8.3.4</b>	<i>A empresa concede apoio financeiro para pagamento de serviços de acolhimento a filhos e filhas de trabalhadores e trabalhadoras (exemplo: creche, jardim de infância, amas e baby-sitters)?</i>	sim	sim	sim
<b>8.3.5</b>	<i>A empresa concede apoios financeiros ligados à educação de filhos e filhas (exemplo: subsídios, bolsas, pagamento de livros, pagamento de colónia de férias)?</i>	sim	sim	sim
<b>8.3.6</b>	<i>A empresa tem apoios financeiros ligados à saúde extensivos ao agregado familiar (exemplo: plano de saúde familiar, seguros, apoio domiciliário)?</i>	sim	sim	sim
<b>8.3.7</b>	<i>A empresa presta serviços de saúde nas suas instalações para familiares dos trabalhadores e das trabalhadoras?</i>	não	não	não
<b>8.3.8</b>	<i>A empresa divulga os recursos existentes na área geográfica da empresa e/ou da residência dos trabalhadores e das trabalhadoras que facilitem a conciliação (exemplo: creches/serviço de amas, instituições para pessoas idosas)?</i>	não	sim	sim

#### **IX. PROTEÇÃO NA MATERNIDADE E PATERNIDADE E ASSISTÊNCIA À FAMÍLIA**

*Empresas de excelência que visam ser socialmente responsáveis, com práticas de igualdade de género, encorajam homens e mulheres para o exercício das responsabilidades familiares, em especial através de incentivos ao exercício das licenças a que o pai tem direito e à partilha entre mulheres e homens dos direitos de assistência à família.*

		<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
<b>9.1</b>	<i>A empresa encara de modo igual o exercício dos direitos da maternidade e da paternidade por parte das trabalhadoras e dos trabalhadores?</i>	sim	sim	sim
<b>9.2</b>	<i>A empresa concede benefícios monetários ou em espécie para além dos previstos na lei, por maternidade às trabalhadoras?</i>	sim	sim	sim
<b>9.3</b>	<i>A empresa concede benefícios monetários ou em espécie para além dos previstos na lei, por paternidade aos trabalhadores?</i>	sim	sim	sim
<b>9.4</b>	<i>A empresa concede a trabalhadoras licenças com duração superior às que se encontram previstas na lei, para acompanhamento de filhos e filhas menores ou com deficiência?</i>	não	não	não
<b>9.5</b>	<i>A empresa concede a trabalhadores licenças com duração superior às que se encontram previstas na lei, para acompanhamento de filhos e filhas menores ou com deficiência?</i>	não	não	não
<b>9.6</b>	<i>A empresa incentiva os homens a gozar os 15 dias de licença parental previstos na lei, que são remunerados pela Segurança Social?</i>	sim	sim	sim
<b>9.7</b>	<i>A empresa concede a trabalhadoras licença por adoção, com duração superior à que se encontra prevista na lei?</i>	não	não	não
<b>9.8</b>	<i>A empresa concede a trabalhadores licença por adoção, com duração superior à que se encontra prevista na lei?</i>	não	não	não


**IX. PROTEÇÃO NA MATERNIDADE E PATERNIDADE E ASSISTÊNCIA À FAMÍLIA**

*Empresas de excelência que visam ser socialmente responsáveis, com práticas de igualdade de género, encorajam homens e mulheres para o exercício das responsabilidades familiares, em especial através de incentivos ao exercício das licenças a que o pai tem direito e à partilha entre mulheres e homens dos direitos de assistência à família.*

	2012	2013	2014
<b>9.9</b> <i>A empresa procede a contratações para substituir trabalhadores e trabalhadoras em gozo de licença de maternidade, paternidade e licença parental?</i>	sim	sim	sim

## 14. Relatório Único

**CERTIFICADO**  
 Data e hora de entrega: 2015-04-13 16:17  
 Chave de certificação: 66295OPP135514R



**ECT**  
 INFORMAÇÃO SOBRE EMPREGO E CONDIÇÕES DE TRABALHO

**RELATÓRIO ÚNICO**  
 Ano de Referência  
 2014

**I. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EMPREGADORA**

1. Número de Identificação Fiscal (NIF) <b>501208950</b>	2. Número de Identificação da Segurança Social (NISS) <b>20005305869</b>
---	---

3. Nome ou designação social: **APS - Administração dos Portos do Sines e do Algarve, SA**

4. Localização e contactos da sede

4.1 Morada: **Rua do Porto Industrial**

4.2 Localidade: **Sines**

4.3 Código Postal: **2520-205 Sines**

4.4 País: **PT Portugal**

4.5 Dêrito ou Ilha/Município/Freguesia: **521301 Setúbal - Sines - Sines**

4.6 Telefone/Telexóvni: **200000000**

4.7 Fax: **200000000**

4.8 Endereço de correio electrónico: **relatorio@aps.administracao.pt**

**II. PESSOAS AO SERVIÇO**

1. Pessoas ao serviço da entidade empregadora	Em 31 de Dezembro	Número médio durante o ano
1.1 Trabalhadores por conta de outrem	<b>213</b>	<b>193</b>
2. Destacamentos de trabalhadores para o estrangeiro, ao longo do ano		
2.1 Número de trabalhadores destacados	<b>0</b>	
2.2 Número de destacamentos	<b>0</b>	

**III. FILIAÇÃO SINDICAL E FILIAÇÃO EM ASSOCIAÇÕES DE EMPREGADORES**

1. Número de trabalhadores sindicalizados, em 31 de Outubro: **100**

2. Inscrito em Associações de empregadores? Sim ☐ Não ☒

**IV. TRABALHO SUPLEMENTAR**

1. Foram realizadas horas suplementares ao longo do ano? Sim ☒ Não ☐

2. A relação nominal dos trabalhadores que prestaram trabalho suplementar durante o período de referência, com discriminação do número de horas ao abrigo dos n.ºs 1 e 2 do art. nº 227 da Lei 7/2009, foi visada pela comissão de trabalhadores ou, na sua falta, em caso de trabalhador filiado, pelo respectivo sindicato? Sim ☒ Não ☐

**V. TRABALHADORES TEMPORÁRIOS NA EMPRESA UTILIZADORA**

1. Número de trabalhadores temporários	1.1 em 31 de Outubro	1.2 em 31 de Dezembro	1.3 Número médio durante o ano
	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

2. Fluxo de entradas ou saídas de pessoas em prestação de trabalho temporário, ao longo do ano

2.1 Entradas durante o ano	H <b>0</b>	M <b>0</b>	I <b>0</b>
2.2 Saídas durante o ano	H <b>0</b>	M <b>0</b>	I <b>0</b>

**VI. TRABALHADORES COM PERDA OU ANOMALIA DE ESTRUTURAS OU FUNÇÕES DO CORPO COM IMPLICAÇÕES NA PRESTAÇÃO DO TRABALHO**


	Menos de 10 anos	De 10 a 34 anos	De 35 a 44 anos	45 a 64 anos	65 e mais anos
1.1 Distribuição por estrutura etária - TOTAL	H <b>0</b> M <b>0</b>	H <b>0</b> M <b>0</b>	H <b>1</b> M <b>1</b>	H <b>2</b> M <b>3</b>	H <b>0</b> M <b>0</b>
1.1.1 Com grau de incapacidade inferior a 60%	H <b>0</b> M <b>0</b>	H <b>0</b> M <b>0</b>	H <b>0</b> M <b>0</b>	H <b>0</b> M <b>0</b>	H <b>0</b> M <b>0</b>
1.1.2 Com grau de incapacidade entre 60% e 80% (excl.)	H <b>0</b> M <b>0</b>	H <b>0</b> M <b>0</b>	H <b>1</b> M <b>1</b>	H <b>2</b> M <b>3</b>	H <b>0</b> M <b>0</b>
1.1.3 Com grau de incapacidade maior ou igual a 80%	H <b>0</b> M <b>0</b>	H <b>0</b> M <b>0</b>	H <b>0</b> M <b>0</b>	H <b>0</b> M <b>0</b>	H <b>0</b> M <b>0</b>
1.2 Distribuição por habilitação literária - TOTAL	H <b>0</b> M <b>0</b>	H <b>0</b> M <b>1</b>	H <b>2</b> M <b>2</b>	H <b>0</b> M <b>0</b>	H <b>1</b> M <b>0</b>
1.2.1 Com grau de incapacidade inferior a 60%	H <b>0</b> M <b>0</b>	H <b>0</b> M <b>0</b>	H <b>0</b> M <b>0</b>	H <b>0</b> M <b>0</b>	H <b>0</b> M <b>0</b>
1.2.2 Com grau de incapacidade entre 60% e 80% (excl.)	H <b>0</b> M <b>0</b>	H <b>0</b> M <b>1</b>	H <b>2</b> M <b>2</b>	H <b>0</b> M <b>0</b>	H <b>1</b> M <b>0</b>
1.2.3 Com grau de incapacidade maior ou igual a 80%	H <b>0</b> M <b>0</b>	H <b>0</b> M <b>0</b>	H <b>0</b> M <b>0</b>	H <b>0</b> M <b>0</b>	H <b>0</b> M <b>0</b>

Processado por computador RU v2.0
Página 1
Certificado: 66295OPP135514R


VII. DADOS ECONÓMICOS DA ENTIDADE EMPREGADORA					
1. Volume de Negócios (VN)	4039641 €	Ano a que se refere o VN	2014		
2. Capital social	8000000 €				
Repartição percentual	2.1 Privado %	2.2 Estrangeiro %	2.3 Público %	100,0 %	Nacional
3. Encargos de formação profissional					
3.1 Montante financiado pela entidade empregadora				40356 €	
3.1.1 Montante correspondente à remuneração das horas despendidas em formação				€	
3.1.2 Restante financiado de entidade empregadora				40356 €	
3.2 Financiamento externo à entidade empregadora				€	
3.2.1 Do Fundo Social Europeu (FSE)				€	
3.2.2 De outras fontes de financiamento				€	
3.3 Encargos globais com formação profissional (3.1 + 3.2)				40356 €	
4. Encargos no âmbito da segurança e saúde no trabalho					
4.1 Na organização dos serviços de segurança e saúde no trabalho	45527 €	4.4 Na formação, informação e consulta			3790 €
4.2 Na organização/modificação dos espaços de trabalho	123100 €	4.8 Outros			245412 €
4.3 Na aquisição de bens ou equipamentos	98000 €	4.8 TOTAL			437192 €
IX. OUTROS DADOS COMPLEMENTARES DA ENTIDADE EMPREGADORA					
1. Valor Acrescentado Bruto (VAB)	32606511 €	Ano a que se refere o VAB	2014		
1.1 Custos com o pessoal	8014626 €	1.4 Custos e perdas financeiras			222 €
1.2 Amortizações do exercício	8503629 €	1.5 Imposto sobre o rendimento			5287967 €
1.3 Provisões do exercício	199832 €	1.6 Resultado líquido do exercício			2722722 €
2. Encargos com regimes complementares de proteção social					
2.1 Encargos suportados e administrados pela entidade empregadora					
2.1.1 Subsídio por doença e doença profissional				€	
2.1.2 Pensões de velhice, de invalidez e de sobrevivência				€	
2.1.3 Outras prestações de segurança social				€	
2.2 Encargos suportados, mas não administrados, pela entidade empregadora					
2.2.1 Subsídio por doença e doença profissional				€	
2.2.2 Pensões de velhice, de invalidez e de sobrevivência				€	
2.2.3 Outras prestações de segurança social				€	
2.3 Encargos de ação e apoio social				388603 €	
3. Potencial máximo anual (pessoal máximo, durante o ano)					325138
4. Nº de horas não trabalhadas durante o ano, dos trabalhadores por conta de outrem, correspondentes aos dias normais de trabalho					
4.1 Motivo	4.2 Número de horas de ausência remuneradas	4.3 Número de horas de ausência não remuneradas			
01	H 32 M	H 1330 M			
04	H 34 M	H 212 M			1740
05	H	H 2			190
06	H 20 M	H			
07	H 20 M	H			
08	H 11 M	H 1369 M			824
13	H 178 M	H 30 M			267
14	H 2 M	H			87
15	H	H			278



**CERTIFICADO**  
 Data e hora de entrega: 2015-04-13 16:17  
 Chave de certificação: 13512LIM154449V



**MINISTÉRIO DA ECONOMIA**  
 Autoridade para as Condições de Trabalho



**MINISTÉRIO DA SAÚDE**  
 Direcção Geral de Saúde

**ANEXO D - Relatório Anual da Actividade do Serviço de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho**

Número de Identificação Fiscal (NIF)	Número de Identificação da Segurança Social (NBS)	Nº da Unidade Local (estabelecimento)	Ano de referência
501208950	20060305889	136091	2014

**IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EMPREGADORA**

1. Número de Identificação Fiscal (NIF) 501208950	2. Número de Identificação da Segurança Social (NBS) 20060305889
3. Nome ou designação social: <u>APS - Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A.</u>	
4. Localização e contactos da sede	
4.1 Morada: <u>Rua do Porto Industrial</u>	4.4 País: <u>PT Portugal</u>
4.2 Localidade: <u>Sines</u>	
4.3 Código Postal: <u>7900 - 200 Sines</u>	
4.5 Distrito ou Ilha/ Municipal/ Freguesia: <u>151301 Setúbal - Sines - Sines</u>	
4.6 Telefone/ Telemóvel: <u>255660600</u>	4.7 Fax: <u>255660600</u>
4.8 Endereço de correio electrónico: <u>hse@aps@sinesalgarve.pt</u>	

**IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE LOCAL**

1. Nome ou designação social: <u>Porto de Sines</u>	
2. Localização e contactos da sede	
2.1 Morada: <u>Rua do Porto Industrial</u>	2.4 País: <u>PT Portugal</u>
2.2 Localidade: <u>Sines</u>	
2.3 Código Postal: <u>7900 - 200 Sines</u>	
2.5 Distrito ou Ilha/ Municipal/ Freguesia: <u>151301 Setúbal - Sines - Sines</u>	
2.6 Telefone/ Telemóvel: <u>255660600</u>	

**I - UNIDADE LOCAL (ESTABELECIMENTO)**

1. Existiram trabalhadores ao serviço em algum período do ano de referência do relatório? ☒ Sim ☐ Não

2. Actividade económica principal (CAE) da unidade local em 31 de Dezembro  
50200 ACTIVIDADES AUXILIARES DOS TRANSPORTES POR ÁGUA

3. Número médio de trabalhadores afectos à Unidade Local, no ano:

	Total	Homens	Mulheres
3.1 Vinculados por contrato de trabalho ou equiparado ao empregador responsável pelo relatório	175	131	44
3.1.1 A trabalhar na unidade local (estabelecimento)	149	106	43
3.1.2 A trabalhar fora da unidade local (estabelecimento)	26	25	1
3.1.2.1 Trabalhadores temporários cedidos por contrato de utilização			
3.1.2.2 Trabalhadores em regime de cedência ocasional	26	25	1
3.1.2.3 Outros trabalhadores (em regime de teletrabalho ou trabalhadores no domicílio)			
3.2 Outros trabalhadores a trabalhar na unidade local (estabelecimento)			
3.2.1 Trabalhadores temporários cedidos por contrato de utilização			
3.2.2 Trabalhadores independentes e trabalhadores ao serviço de empresas prestadoras de serviços			
3.2.3 Trabalhadores em regime de cedência ocasional			
3.3 TOTAL (3.1 + 3.2)	175	131	44

4. Número total de horas efectivamente trabalhadas (incluindo as suplementares) durante o ano, pelos trabalhadores declarados em 3.1.1 256796

Processado por computador RU v2.0

Página: 1

Certificado: 13512LIM154449V



II - NATUREZA DA MODALIDADE ADOPTADA NA ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO			
1. Foram organizados os serviços de segurança no trabalho?		Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>
2. Foram organizados os serviços de saúde no trabalho?		Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>
3. Quantos trabalhadores estão afectos à organização da estrutura interna de 1ª socorro, combate a incêndios e evacuação de instalações?		21	
4. As actividades de segurança e saúde no trabalho foram organizadas:		Em conjunto <input checked="" type="checkbox"/>	Em separado <input type="checkbox"/>
5. Especifique a modalidade:			
5.1 No domínio da segurança:		5.2 No domínio da saúde:	
5.1.1 Serviço interno	<input checked="" type="checkbox"/>	5.2.1 Serviço interno	<input checked="" type="checkbox"/>
5.1.2 Serviço comunitário	<input type="checkbox"/>	5.2.2 Serviço comunitário	<input type="checkbox"/>
5.1.3 Serviço externo	<input type="checkbox"/>	5.2.3 Serviço externo	<input type="checkbox"/>
5.1.4 Actividades exercidas pelo empregador	<input type="checkbox"/>	5.2.4 Serviço Nacional/Regional de Saúde	<input type="checkbox"/>
5.1.5 Actividades exercidas pelo trabalhador designado	<input type="checkbox"/>		
6. Foram complementados os serviços especificados em 5.7		Sim <input type="checkbox"/>	Não <input checked="" type="checkbox"/>

**APS**Administração  
dos Portos do Sines  
e do Algarve S.A.**III- PESSOAL DOS SERVIÇOS DE SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO****1. Serviços Internos, comuns/partilhados e/ou externos**

1.1 Indique o número de técnicos em cada grupo profissional, que exerceram actividade efectiva na unidade local (estabelecimento):

1.1.1 Médicos do trabalho	1.1.2 Enfermeiros	1.1.3 Técnicos Superiores de SHT	1.1.4 Técnicos de SHT	1.1.5 Outro Pessoal
1	1	2	0	0

**1.2 Médico(s) do trabalho:**

1.2.1 Nome do(s) médico(s) do trabalho:

João Francisco de Oliveira Carras

1.2.2 N.º de cédula profissional

36134

1.2.3 N.º de horas mensais de efectivação

36.00**1.3 Técnico(s) de Segurança e Higiene do Trabalho:**

1.3.1 Nome do(s) técnico(s) de Segurança e Higiene do Trabalho

Sara Milram CorreiaAndréa Colina Cardenas Calado

1.3.2 N.º(s) Certificado de Aptidão Profissional (CAP)

31120210EC601930109EC6**1.4 Director/Responsável dos Serviços:**

1.4.1 De Segurança

1.4.1.1 NIF

123090530

1.4.1.2 Nome

João AfonsoRosauro Fontes

1.4.2 De Saúde

1.4.2.1 NIF

118826590

1.4.2.2 Nome

Helena Maria deSousa Gomes deSilva**1.5 Empregador**

1.5.1 Nome do Empregador:

1.5.2 n.º autorização:

1.6 Trabalhador Designado:

1.6.1 Nome do Trabalhador Designado:

1.6.2 n.º autorização:

1.7 Nome do Representante do empregador para o acompanhamento dos serviços comuns/partilhados ou externos:

**2. No caso de Serviços Externos, indicar denominação e número de identificação fiscal da(s) entidade(s) prestadora(s)**

2.1 Serviços de Segurança

2.2 Serviços de Saúde

**IV - ACTIVIDADE(S) DO(S) SERVIÇO(S) DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO****1. Foram organizados programas de prevenção:**1.1 Programa de prevenção de riscos profissionais: Sim ☒ Não ☐1.2 Programa de promoção de saúde: Sim ☒ Não ☐1.3 Programa de vigilância de saúde: Sim ☒ Não ☐2. Foram realizadas Auditorias? Sim ☒ Não ☐3. Foram realizadas Inspeções? Sim ☒ Não ☐

**APS**Administração  
dos Portos de Sines  
e do Algarve S.A.**4. Ações de informação, consulta, e formação aos trabalhadores****4.1 Informação aos trabalhadores sobre os riscos inerentes à sua actividade profissional**4.1.1 Foram realizadas acções de informação? Sim ☒ Não ☐

4.1.1.1 Situação contemplada	4.1.1.2 N.º de acções realizadas	4.1.1.3 N.º de destinatários
00	33	205
06	2	26
01	1	1

**4.2 Consulta aos trabalhadores na área da Segurança e Saúde no Trabalho**4.2.1 Foram realizadas acções de consulta? Sim ☒ Não ☐

4.2.1.1 Código da situação contemplada	4.2.1.2 N.º de acções realizadas	4.2.1.3 N.º de participantes
01	2	163
06	2	163
00	2	163

**4.3 Formação dos trabalhadores nos domínios da Segurança e Saúde no Trabalho**4.3.1 Foram realizadas acções de formação? Sim ☒ Não ☐

4.3.1.1 Código da situação contemplada	4.3.1.2 N.º de acções realizadas	4.3.1.3 N.º de participantes
00	2	H 23 M 1
10	5	H 20 M 31
11	2	H 11 M 5
12	10	H 60 M 17
15	1	H 0 M 2

**5. Identificação, avaliação e controlo dos factores de risco**5.1 Foram identificados factores de risco físico? Sim ☒ Não ☐

5.1.1 Código do agente	5.1.2 N.º de trabalhadores expostos	5.1.3 N.º de avaliações efectuadas	5.1.4 Códigos das medidas de prevenção adoptadas
01	H 20 M 1	3	01 12
10	H 10 M 0	1	12
06	H 02 M 54	2	12 00
00	H 30 M 1	5	02 10 12
00	H 27 M 2	14	00 06 10 11 12 13 00

5.2 Foram identificados factores de risco químico? Sim ☒ Não ☐

Código interno	Código EINECS(n.º CE)	Identificação do agente	Menção ou frase de risco	N.º de trabalhadores expostos	N.º de avaliações efectuadas	Códigos das medidas de prev. adoptadas
1873	271-250-7	Hidrocarbonetos, C1-8 gases de petróleo liquefeitos numa combinação complexa de hidrocarbonetos com n.º de átomos de carbono variando imediatamente na gama de C1 até C8 e sua destilação no intervalo de	R36	H 21 M 2	1	12 14

Processado por computador RU v2.0

Página: 4

Certificado: 13512LIM15448V



**APS**

Administração  
dos Portos de Sines  
e do Algarve S.A.

# RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE 2014

1873	271-050-7	<u>aproximadamente</u> <u>-164°C a -42°C</u> <u>Hidrocarbonetos</u> <u>C1-3 gases</u> <u>de petróleo</u> <u>liquídos</u> <u>combustíveis</u> <u>completos de</u> <u>hidrocarbonetos</u> <u>com n.º de</u> <u>átomos de</u> <u>carbono</u> <u>padrão</u> <u>acelerando na</u> <u>gama de C1 até</u> <u>C3 e que destila</u> <u>no intervalo de</u> <u>aproximadamente</u> <u>-164°C a -42°C</u>	R38	H 21 M 0	1	12 14
1873	271-050-7	<u>Hidrocarbonetos</u> <u>C1-3 gases</u> <u>de petróleo</u> <u>liquídos</u> <u>combustíveis</u> <u>completos de</u> <u>hidrocarbonetos</u> <u>com n.º de</u> <u>átomos de</u> <u>carbono</u> <u>padrão</u> <u>acelerando na</u> <u>gama de C1 até</u> <u>C3 e que destila</u> <u>no intervalo de</u> <u>aproximadamente</u> <u>-164°C a -42°C</u>	R23	H 21 M 0	1	12 14
1078	278-013-2	<u>Óleos</u> <u>lubrificantes</u> <u>Óleos base não</u> <u>especificados</u>	R24	H 10 M 0	1	05 11 12 14
0000	±	<u>Outros agentes</u> <u>químicos não</u> <u>especificados</u>	R7	H 37 M 0	2	11
0000	±	<u>Outros agentes</u> <u>químicos não</u> <u>especificados</u>	R22	H 15 M 0	1	11
0000	±	<u>Outros agentes</u> <u>químicos não</u> <u>especificados</u>	R36	H 26 M 0	2	07
0000	±	<u>Outros agentes</u> <u>químicos não</u> <u>especificados</u>	R37	H 26 M 0	2	07
0000	±	<u>Outros agentes</u> <u>químicos não</u> <u>especificados</u>	R38	H 26 M 0	2	07
0000	±	<u>Outros agentes</u> <u>químicos não</u> <u>especificados</u>	R23	H 17 M 0	1	00
0000	±	<u>Outros agentes</u> <u>químicos não</u> <u>especificados</u>	R24	H 17 M 0	1	12
0000	±	<u>Outros agentes</u> <u>químicos não</u> <u>especificados</u>	R25	H 17 M 0	1	14

Processado por computador RU v2.0

Página 5

Certificado: 13512LIM15440V



5.3 Foram identificados factores de risco biológico? Sim ☒ Não ☐

5.3.1 Código do agente	5.3.2 Identificação do agente	5.3.3 Classificação do agente	5.3.4 Nº de trabalhadores expostos	5.3.5 Nº de avaliações efectuadas	5.3.6 Códigos das medidas de prev. adoptadas
1087	<u>Legionella pneumophila</u>	<u>C.A.</u>	H 59 M 40	1	06 13 14
1070	<u>Listeria monocytogenes</u>	<u>C.A.</u>	H 2 M 0	1	06 10 14
9999	<u>Outra</u>	<u>C.A.</u>	H 25 M 1	2	14

5.4 Foram identificados factores de risco relacionados com a actividade, capazes de originar alterações do sistema músculo-esquelético? Sim ☒ Não ☐

5.4.1 Código do agente	5.4.2 Nº de trabalhadores expostos	5.4.3 Nº de avaliações efectuadas	5.4.4 Códigos das medidas de prevenção adoptadas
02	H 50 M 33	2	00 02 07 08
03	H 52 M 42	2	08
04	H 75 M 40	11	00 01 05 06 09
05	H 40 M 1	11	00 01 06 07 08 09
06	H 48 M 24	4	00 08
08	H 26 M 0	2	05
09	H 105 M 41	10	00 01 06 09

5.5 Foram identificados factores de risco Psicossociais e Organizacionais? Sim ☒ Não ☐

5.5.1 Código do agente	5.5.2 Nº de trabalhadores expostos	5.5.3 Nº de avaliações efectuadas	5.5.4 Códigos das medidas de prevenção adoptadas
01	H 52 M 42	1	01 05
03	H 17 M 0	1	09
04	H 105 M 42	4	09
05	H 50 M 1	3	01 05 09
08	H 52 M 42	2	09
09	H 105 M 42	17	05 09

5.6 Foram identificados outros factores de risco para a Segurança e Saúde no Trabalho? Sim ☒ Não ☐

5.6.1 Código do agente	5.6.2 Nº de trabalhadores expostos	5.6.3 Nº de avaliações efectuadas	5.6.4 Códigos das medidas de prevenção adoptadas
03	H 15 M 0	3	00
06	H 83 M 43	21	00 11 12 14 09
08	H 48 M 1	2	00
09	H 26 M 17	2	00 08 12 16
10	H 68 M 24	2	00 08 12 16
11	H 15 M 0	4	02 12 16 17
14	H 26 M 25	2	00 07 08 14
09	H 103 M 42	22	00 10 11 12 16 17 09

6. Promoção e vigilância da saúde

6.1 Foram realizados exames de admissão, periódicos e/ou ocasionais? Sim ☒ Não ☐

		Total	Exames efetuados							
			inferior a 18 anos		18 a 19 anos		20 a 49 anos		50 e mais anos	
Total de exames	H	108	H	0	H	0	H	27	H	21
	M	44	M	0	M	0	M	16	M	28
6.1.1 Total de exames de admissão	H	1	H	0	H	0	H	1	H	0
	M	1	M	0	M	0	M	1	M	0
6.1.2 Total de exames periódicos	H	70	H	0	H	0	H	26	H	54
	M	29	M	0	M	0	M	9	M	20
6.1.3 Total de exames ocasionais	H	28	H	0	H	0	H	11	H	17
	M	13	M	0	M	0	M	5	M	8
6.1.3.1 Mudança de posto de trabalho	H	4	H	0	H	0	H	4	H	0
	M	0	M	0	M	0	M	0	M	0
6.1.3.2 Alterações no posto de trabalho	H	0	H	0	H	0	H	0	H	0
	M	0	M	0	M	0	M	0	M	0
6.1.3.3 Regresso ao trab. após ausência superior a 30 dias	H	2	H	0	H	0	H	2	H	1
	M	1	M	0	M	0	M	0	M	1
6.1.3.3.1 Pós baixa por acidente de trabalho	H	2	H	0	H	0	H	2	H	0
	M	0	M	0	M	0	M	0	M	0
6.1.3.3.2 Pós baixa por doença	H	1	H	0	H	0	H	0	H	1
	M	1	M	0	M	0	M	0	M	1
6.1.3.4 Inicializa do médico	H	21	H	0	H	0	H	5	H	16
	M	8	M	0	M	0	M	1	M	7
6.1.3.5 Pedido do trabalhador	H	0	H	0	H	0	H	0	H	0
	M	0	M	0	M	0	M	0	M	0
6.1.3.6 Por cessação do contrato de trabalho	H	0	H	0	H	0	H	0	H	0
	M	0	M	0	M	0	M	0	M	0
6.1.3.7 Outras razões	H	0	H	0	H	0	H	0	H	0
	M	4	M	0	M	0	M	4	M	0

6.2 Foram realizados exames complementares? Sim ☒ Não ☐

6.2.1 Exame	6.2.2 Nº total de exames	6.2.3 Factor de risco
01	08	00
02	08	00
03	22	00
04	2	00
05	50	01
06	51	00
00	1621	00

6.3 Foram realizadas ações de imunização? Sim ☒ Não ☐

6.3.1 Vacina	6.3.2 Nº de inoculações	6.3.3 Nº de trabalhadores
00	44	H 38 M 8
02	40	H 31 M 9

6.4 Foram realizadas ações de promoção da Saúde no Trabalho? Sim ☒ Não ☐

6.4.1 Actividade desenvolvida	6.4.2 Nº de ações de promoção de saúde realizadas	6.4.3 Nº de trabalhadores abrangidos
00	1	H 20 M 37

**APS**Administração  
dos Portos do Sines  
e do Algarve S.A.**V - ACIDENTES DE TRABALHO E DOENÇAS PROFissionais**1. Ocorreram acidentes de trabalho, no tempo de trabalho, com trabalhadores indicados no quadro I, questão 3.1.17 ☒ Sim ☐ Não1.1 Número de acidentes de trabalho e de dias de trabalho perdidos com baixa, segundo o escalão de duração da baixa  
(não incluir neste item a informação referente aos acidentes de trajeto)

		Total	Inferior a 1 dia (sem de lugar e baixa)	1 a 3 dias de baixa	4 a 30 dias de baixa	Superior a 30 dias de baixa	Mortal
1.1.1 Nº de acidentes no trabalho (AT) ocorridos no ano de referência do relatório	H	3	0	0	1	2	0
	M	1	1	0	0	0	0
1.1.2 Nº de dias de trabalho perdidos na sequência de AT ocorridos no ano de referência do relatório	H	173	0	0	0	164	0
	M	0	0	0	0	0	0
1.1.3 Nº de dias de trab. perdidos no ano de ref. do relatório, na seq. dos AT ocorridos em anos anteriores	H	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0

1.2 Cálculo das taxas de frequência e gravidade dos acidentes de trabalho não mortais, segundo as fórmulas:

1.2.1 Taxa de frequência:  $TF = (N^{\circ} \text{ de acidentes de trab. com baixa} / N^{\circ} \text{ horas efectivamente trabalhadas}) \times 1.000.000$  = **11,86**1.2.2 Taxa de gravidade:  $Tg = (N^{\circ} \text{ de dias perdidos} / N^{\circ} \text{ horas efectivamente trabalhadas}) \times 1.000.000$  = **873,77**2. Ocorreram acidentes de trabalho, no tempo de trabalho, com trabalhadores indicados no quadro I, questão 3.2? ☐ Sim ☒ Não



3. Taxa de incidência dos acidentes de trabalho totais e mortais, ocorridos com os trabalhadores indicados no quadro I, questões 3.1.1 e 1 - 3.2

3.1 Taxa de incidência (Total AT):  $TI = (N^{\circ} \text{ de AT totais} / N^{\circ} \text{ total de trab. em 1 - 3.1.1 e 1 - 3.2}) \times 1000$  = **28,86**3.2 Taxa de incidência (AT Mortais):  $TM = (N^{\circ} \text{ de AT mortais} / N^{\circ} \text{ total de trab. em 1 - 3.1.1 e 1 - 3.2}) \times 1000$  = **0**

4. Doenças Profissionais de participação obrigatória

4.1 Foram participadas doenças no ano? ☐ Sim ☒ Não4.2 Foram confirmadas doenças no ano? ☐ Sim ☒ Não



CERTIFICADO			
Data e hora de entrega: 2015-04-13 16:17			
Chave de certificação: 15383FZ1995217W			
	<b>MINISTÉRIO DA ECONOMIA</b> Autoridade para as Condições de Trabalho		<b>MINISTÉRIO DA SAÚDE</b> Direcção Geral de Saúde
<b>ANEXO D - Relatório Anual da Actividade do Serviço de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho</b>			
Número de Identificação Fiscal (NIF)	Número de Identificação da Segurança Social (NBS)	Nº da Unidade Local (estabelecimento)	Ano de referência
501206950	20000306869	1165961	2014
<b>IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EMPREGADORA</b>			
1. Número de Identificação Fiscal (NIF)		2. Número de Identificação da Segurança Social (NBS)	
501206950		20000306869	
3. Nome ou designação social: <u>APS - Administração dos Portos do Sines e do Algarve, SA</u>			
4. Localização e contactos da sede			
4.1 Morada: <u>Rua do Porto Industrial</u>			
4.2 Localidade: <u>Sines</u>			
4.3 Código Postal: <u>7500 - 200 Sines</u>			
4.4 País: <u>PT Portugal</u>			
4.5 Distrito ou freguesia Municipal/Freguesia: <u>151300 Sabugal - Sines - Sines</u>			
4.6 Telefone/ Telexóvni: <u>2000030690</u> 4.7 Fax: <u>2000030690</u>			
4.8 Endereço de correio electrónico: <u>helenia.alves@administracaoportos.pt</u>			
<b>IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE LOCAL</b>			
1. Nome ou designação social: <u>Porto de Faro (Decreto-lei nº 44/2014 de 20-3)</u>			
2. Localização e contactos da sede			
2.1 Morada: <u>Rua do Porto Industrial</u>			
2.2 Localidade: <u>Sines</u>			
2.3 Código Postal: <u>7500 - 200 Sines</u>			
2.4 País: <u>PT Portugal</u>			
2.5 Distrito ou freguesia Municipal/Freguesia: <u>151300 Sabugal - Sines - Sines</u>			
2.6 Telefone/ Telexóvni: <u>2000030690</u>			
<b>1 - UNIDADE LOCAL (ESTABELECIMENTO)</b>			
1. Existiram trabalhadores ao serviço em algum período do ano de referência do relatório? Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>			
2. Actividade económica principal (CAE) da unidade local em 31 de Dezembro: <u>52220 ACTIVIDADES AUXILIARES DOS TRANSPORTES POR ÁGUA</u>			
3. Número médio de trabalhadores afectos à Unidade Local, no ano:			
	Total	Homens	Mulheres
3.1 Vinculados por contrato de trabalho ou equiparado ao empregador responsável pelo relatório	14	14	0
3.1.1 A trabalhar na unidade local (estabelecimento)	14	14	0
3.1.2 A trabalhar fora da unidade local (estabelecimento)			
3.1.2.1 Trabalhadores temporários cedidos por contrato de utilização			
3.1.2.2 Trabalhadores em regime de cedência ocasional			
3.1.2.3 Outros trabalhadores (em regime de teletrabalho ou trabalhadores no domicílio)			
3.2 Outros trabalhadores a trabalhar na unidade local (estabelecimento)			
3.2.1 Trabalhadores temporários cedidos por contrato de utilização			
3.2.2 Trabalhadores independentes e trabalhadores ao serviço de empresas prestadoras de serviços			
3.2.3 Trabalhadores em regime de cedência ocasional			
3.3 TOTAL (3.1 + 3.2)	14	14	0
4. Número total de horas efectivamente trabalhadas (incluindo as suplementares) durante o ano, pelos trabalhadores declarados em 3.1.1			
<u>8386</u>			

Processado por computador RU v2.0      Página 1      Certificado: 15383FZ1995217W



8 - NATUREZA DA MODALIDADE ADOPTADA NA ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO			
1. Foram organizados os serviços de segurança no trabalho?		Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>	
2. Foram organizados os serviços de saúde no trabalho?		Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>	
3. Quantos trabalhadores estão afectos à organização da estrutura interna de 1ª socorros, combate a incêndios e evacuação de instalações?		1	
4. As actividades de segurança e saúde no trabalho foram organizadas:		Em conjunto <input checked="" type="checkbox"/> Em separado <input type="checkbox"/>	
5. Especifique a modalidade:			
5.1 No domínio da segurança:		5.2 No domínio da saúde:	
5.1.1 Serviço interno	<input checked="" type="checkbox"/>	5.2.1 Serviço interno	<input checked="" type="checkbox"/>
5.1.2 Serviço comunitário	<input type="checkbox"/>	5.2.2 Serviços comunitário	<input type="checkbox"/>
5.1.3 Serviço externo	<input type="checkbox"/>	5.2.3 Serviço externo	<input type="checkbox"/>
5.1.4 Actividades exercidas pelo empregador	<input type="checkbox"/>	5.2.4 Serviço Nacional/Regional de Saúde	<input type="checkbox"/>
5.1.5 Actividades exercidas pelo trabalhador designado	<input type="checkbox"/>		
6. Foram complementados os serviços especificados em 5.?		Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/>	

**APS**Administração  
dos Portos do Sines  
e do Algarve S.A.**III- PESSOAL DOS SERVIÇOS DE SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO****1. Serviços Internos, comuns/partilhados e/ou externos**

1.1 Indique o número de técnicos em cada grupo profissional, que exercem actividade efectiva na unidade local (estabelecimento):

1.1.1 Médicos do trabalho	1.1.2 Enfermeiros	1.1.3 Técnicos Superiores de SST	1.1.4 Técnicos de SST	1.1.5 Outro Pessoal
1	1	2	0	0

**1.2 Médico(s) do trabalho:**

1.2.1 Nome do(s) médico(s) do trabalho:

João Francisco de Oliveira Campos

1.2.2 N.º de cédula profissional

35131

1.2.3 N.º de horas mensais de afectação

28.00**1.3 Técnico(s) de Segurança e Higiene do Trabalho:**

1.3.1 Nome do(s) técnico(s) de Segurança e Higiene do Trabalho

Sara Milam GomesAndreia Cristina Cardeira Calado

1.3.2 N.º(s) Certificado de Aptidão Profissional (CAP)

91120210EC601930106EC6**1.4 Director/Responsável dos Serviços:**

1.4.1 De Segurança

1.4.1.1 NIF

125059550

1.4.1.2 Nome

João AfonsoSimão Mendes

1.4.2 De Saúde

1.4.2.1 NIF

118828590

1.4.2.2 Nome

Helena Maria deSousa Gomes deSilva**1.5 Empregador:**

1.5.1 Nome do Empregador:

1.5.2 n.º autorização:

1.6 Trabalhador Designado:

1.6.1 Nome do Trabalhador Designado:

1.6.2 n.º autorização:

1.7 Nome do Representante do empregador para o acompanhamento dos serviços comuns/partilhados ou externos:

**2. No caso de Serviços Externos, indicar denominação e número de identificação fiscal da(s) entidade(s) prestadora(s)**

2.1 Serviços de Segurança

2.2 Serviços de Saúde

**IV - ACTIVIDADE(S) DO(S) SERVIÇO(S) DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO****1. Foram organizados programas de prevenção:**1.1 Programa de prevenção de riscos profissionais: Sim ☒ Não ☐1.2 Programa de promoção de saúde: Sim ☒ Não ☐1.3 Programa de vigilância de saúde: Sim ☒ Não ☐2. Foram realizadas Auditorias? Sim ☐ Não ☒3. Foram realizadas Inspeções? Sim ☐ Não ☒

**APS**Administração  
dos Portos do Sines  
e do Algarve S.A.**4. Ações de informação, consulta, e formação aos trabalhadores****4.1 Informação aos trabalhadores sobre os riscos inerentes à sua actividade profissional**4.1.1 Foram realizadas acções de informação? Sim ☒ Não ☐

4.1.1.1 Situação contemplada	4.1.1.2 Nº de acções realizadas	4.1.1.3 Nº de destinatários
00	2	15
01	1	12

**4.2 Consulta aos trabalhadores na área da Segurança e Saúde no Trabalho**4.2.1 Foram realizadas acções de consulta? Sim ☐ Não ☒**4.3 Formação dos trabalhadores nos domínios da Segurança e Saúde no Trabalho**4.3.1 Foram realizadas acções de formação? Sim ☐ Não ☒**5. Identificação, avaliação e controlo dos factores de risco**5.1 Foram identificados factores de risco físico? Sim ☒ Não ☐

5.1.1 Código do agente	5.1.2 Nº de trabalhadores expostos	5.1.3 Nº de avaliações efectuadas	5.1.4 Códigos das medidas de prevenção adoptadas
01	H 2 M 0	2	01 12
05	H 2 M 0	1	12
06	H 15 M 0	1	02
09	H 2 M 0	4	00 10 12

5.2 Foram identificados factores de risco químico? Sim ☒ Não ☐

Código interno	Código EINECS(= CE)	Identificação do agente	Menção ou frase de risco	Nº de trabalhadores expostos	Nº de avaliações efectuadas	Códigos das medidas de prev. adoptadas
1873	271-050-7	Hidrocarbonetos, C1-8 gases de petróleo liquefeitos (uma combinação complexa de hidrocarbonetos com n.º de átomos de carbono predominantemente na gama de C1 até C8 e que destila no intervalo de aproximadamente -104°C a +67°C.)	R36	H 2 M 0	1	12 14
1873	271-050-7	Hidrocarbonetos, C1-8 gases de petróleo liquefeitos (uma combinação complexa de hidrocarbonetos com n.º de átomos de carbono predominantemente na gama de C1 até C8 e que destila no intervalo de	R36	H 2 M 0	1	12 14

Processado por computador RU v2.0

Página 4

Certificado: 15383F2096217W

**APS**Administração  
dos Portos do Sines  
e do Algarve S.A.

1078	278-012-2	<u>aproximadamente -36°C a -42°C</u> <u>Cérebro</u> <u>Identificados</u> <u>Cérebro base não</u> <u>especificado</u>	R24	H 4 M 0	1	06 11 12 14
0000	-	<u>Outros agentes</u> <u>químicos não</u> <u>especificados</u>	R22	H 4 M 0	1	00
0000	-	<u>Outros agentes</u> <u>químicos não</u> <u>especificados</u>	R24	H 4 M 0	1	12
0000	-	<u>Outros agentes</u> <u>químicos não</u> <u>especificados</u>	R25	H 4 M 0	1	14

5.3 Foram identificados factores de risco biológico? Sim ☒ Não ☐

5.3.1 Código do agente	5.3.2 Identificação do agente	5.3.3 Classificação do agente	5.3.4 Nº de trabalhadores expostos	5.3.5 Nº de avaliações efectuadas	5.3.6 Códigos das medidas de prev. adoptadas
1067	<u>Legionella pneumophila</u>	<u>C.A.</u>	H 15 M 0	2	06 13 14
0000	<u>Outra</u>	<u>C.A.</u>	H 2 M 0	1	00

5.4 Foram identificados factores de risco relacionados com a actividade, capazes de originar alterações do sistema músculo-esquelético? Sim ☒ Não ☐

5.4.1 Código do agente	5.4.2 Nº de trabalhadores expostos	5.4.3 Nº de avaliações efectuadas	5.4.4 Códigos das medidas de prevenção adoptadas
02	H 4 M 0	1	00
03	H 7 M 0	2	08
05	H 4 M 0	2	00 08
06	H 16 M 0	1	07
09	H 16 M 0	2	00 01 08

5.5 Foram identificados factores de risco Psicosociais e Organizacionais? Sim ☒ Não ☐

5.5.1 Código do agente	5.5.2 Nº de trabalhadores expostos	5.5.3 Nº de avaliações efectuadas	5.5.4 Códigos das medidas de prevenção adoptadas
01	H 7 M 0	1	01 06
04	H 12 M 0	2	00
07	H 7 M 0	3	01 06 00
09	H 12 M 0	3	00

5.6 Foram identificados outros factores de risco para a Segurança e Saúde no Trabalho? Sim ☒ Não ☐

5.6.1 Código do agente	5.6.2 Nº de trabalhadores expostos	5.6.3 Nº de avaliações efectuadas	5.6.4 Códigos das medidas de prevenção adoptadas
03	H 4 M 0	1	00
06	H 16 M 0	1	11
08	H 4 M 0	1	00
10	H 4 M 0	2	08 12
11	H 16 M 0	1	14
14	H 16 M 0	1	00
00	H 16 M 0	8	00

**6. Promoção e vigilância da saúde**6.1 Foram realizados exames de admissão, periódicos e/ou ocasionais? Sim ☐ Não ☒

Processado por computador RU v2.0

Página: 5

Certificado: 15383F2095217W

6.2 Foram realizados exames complementares? Sim ☒ Não ☐

6.2.1 Exame	6.2.2 Nº total de exames	6.2.3 Factor de risco
06	2	01
08	4	00
08	3	00
01	3	00
02	3	00
00	37	00

6.3 Foram realizadas ações de imunização? Sim ☒ Não ☐

6.3.1 Vacina	6.3.2 Nº de inoculações	6.3.3 Nº de trabalhadores
00	2	2 2 2

6.4 Foram realizadas ações de promoção da Saúde no Trabalho? Sim ☐ Não ☒

## V - ACIDENTES DE TRABALHO E DOENÇAS PROFissionais

1. Ocorreram acidentes de trabalho, no tempo de trabalho, com trabalhadores indicados no quadro I, questão 3.1.1? Sim ☐ Não ☒

2. Ocorreram acidentes de trabalho, no tempo de trabalho, com trabalhadores indicados no quadro I, questão 3.2? Sim ☐ Não ☒

3. Taxa de incidência dos acidentes de trabalho totais e mortais, ocorridos com os trabalhadores indicados no quadro I, questões 3.1.1 e 3.2

3.1 Taxa de incidência (Total AT) TIT =  $(\text{Nº de AT Total} / \text{Nº total de trab. em I} - 3.1.1 \text{ e I} - 3.2) \times 1000$


3.2 Taxa de incidência (AT Mortais) TIM =  $(\text{Nº de AT mortais} / \text{Nº total de trab. em I} - 3.1.1 \text{ e I} - 3.2) \times 1000$

4. Doenças Profissionais de participação obrigatória


4.1 Foram participadas doenças no ano? Sim ☐ Não ☒

4.2 Foram confirmadas doenças no ano? Sim ☐ Não ☒

**CERTIFICADO**  
 Data e hora de entrega: 2015-04-13 16:17  
 Chave de certificação: 24033UEV557870S



**MINISTÉRIO DA ECONOMIA**  
 Autoridade para as Condições de Trabalho



**MINISTÉRIO DA SAÚDE**  
 Direcção Geral de Saúde

**ANEXO D - Relatório Anual da Actividade do Serviço de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho**

Número de Identificação Fiscal (NIF)	Número de Identificação da Segurança Social (NBS)	Nº da Unidade Local (estabelecimento)	Ano de referência
501208950	2006305889	1185980	2014

**IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EMPREGADORA**

1. Número de Identificação Fiscal (NIF) 501208950	2. Número de Identificação da Segurança Social (NBS) 2006305889
3. Nome ou designação social: <u>APS - Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A.</u>	
4. Localização e contactos da sede	
4.1 Morada: <u>Rua do Porto Industrial</u>	
4.2 Localidade: <u>Sines</u>	
4.3 Código Postal: <u>7900 - 200 Sines</u>	4.4 País: <u>PT Portugal</u>
4.5 Distrito ou Ilha/ Municipal/ Freguesia: <u>151301 Setúbal - Sines - Sines</u>	
4.6 Telefone/ Telemóvel: <u>255660600</u>	4.7 Fax: <u>255660600</u>
4.8 Endereço de correio electrónico: <u>hse@sas@apsinesalgarve.pt</u>	

**IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE LOCAL**

1. Nome ou designação social: <u>Porto de Póvoa (Decreto-Lei nº 44/2014 de 20-3)</u>	
2. Localização e contactos da sede	
2.1 Morada: <u>Rua do Porto Industrial</u>	
2.2 Localidade: <u>Sines</u>	
2.3 Código Postal: <u>7900 - 200 Sines</u>	2.4 País: <u>PT Portugal</u>
2.5 Distrito ou Ilha/ Municipal/ Freguesia: <u>151301 Setúbal - Sines - Sines</u>	
2.6 Telefone/ Telemóvel: <u>255660600</u>	

**I - UNIDADE LOCAL (ESTABELECIMENTO)**

1. Estarão trabalhadores ao serviço em algum período do ano de referência do relatório? <span style="float: right;">Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></span>			
2. Actividade económica principal (CAE) da unidade local em 31 de Dezembro <u>52200 ACTIVIDADES AUXILIARES DOS TRANSPORTES POR ÁGUA</u>			
3. Número médio de trabalhadores afectos à Unidade Local, no ano:			
	Total	Homens	Mulheres
3.1 Vinculados por contrato de trabalho ou equiparado ao empregador responsável pelo relatório	21	15	6
3.1.1 A trabalhar na unidade local (estabelecimento)	21	15	6
3.1.2 A trabalhar fora da unidade local (estabelecimento)			
3.1.2.1 Trabalhadores temporários cedidos por contrato de utilização			
3.1.2.2 Trabalhadores em regime de cedência ocasional			
3.1.2.3 Outros trabalhadores (em regime de teletrabalho ou trabalhadores no domicílio)			
3.2 Outros trabalhadores a trabalhar na unidade local (estabelecimento)			
3.2.1 Trabalhadores temporários cedidos por contrato de utilização			
3.2.2 Trabalhadores independentes e trabalhadores ao serviço de empresas prestadoras de serviços			
3.2.3 Trabalhadores em regime de cedência ocasional			
3.3 TOTAL (3.1 + 3.2)	21	15	6
4. Número total de horas efectivamente trabalhadas (Incluindo as suplementares) durante o ano, pelos trabalhadores declarados em 3.1.1			
			12084

Processado por computador RU v2.0

Página: 1

Certificado: 24033UEV557870S

II - NATUREZA DA MODALIDADE ADOPTADA NA ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO			
1. Foram organizados os serviços de segurança no trabalho?		Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>
2. Foram organizados os serviços de saúde no trabalho?		Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>
3. Quantos trabalhadores estão afectos à organização da estrutura interna de 1ª socorro, combate a incêndios e evacuação de instalações?		21	
4. As actividades de segurança e saúde no trabalho foram organizadas:		Em conjunto <input checked="" type="checkbox"/>	Em separado <input type="checkbox"/>
5. Especifique a modalidade:			
5.1 No domínio da segurança:		5.2 No domínio da saúde:	
5.1.1 Serviço interno	<input checked="" type="checkbox"/>	5.2.1 Serviço interno	<input checked="" type="checkbox"/>
5.1.2 Serviço comunitário	<input type="checkbox"/>	5.2.2 Serviço comunitário	<input type="checkbox"/>
5.1.3 Serviço externo	<input type="checkbox"/>	5.2.3 Serviço externo	<input type="checkbox"/>
5.1.4 Actividades exercidas pelo empregador	<input type="checkbox"/>	5.2.4 Serviço Nacional/Regional de Saúde	<input type="checkbox"/>
5.1.5 Actividades exercidas pelo trabalhador designado	<input type="checkbox"/>		
6. Foram complementados os serviços especificados em 5.7		Sim <input type="checkbox"/>	Não <input checked="" type="checkbox"/>



**III- PESSOAL DOS SERVIÇOS DE SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO****1. Serviços Internos, comuns/partilhados e/ou externos**

1.1 Indique o número de técnicos em cada grupo profissional, que exerceram actividade efectiva na unidade local (estabelecimento):

1.1.1 Médicos do trabalho	1.1.2 Enfermeiros	1.1.3 Técnicos Superiores de SHT	1.1.4 Técnicos de SHT	1.1.5 Outro Pessoal
1	1	2	0	0

**1.2 Médico(s) do trabalho:**

1.2.1 Nome do(s) médico(s) do trabalho:

João Francisco de Oliveira Campos1.2.2 N.º de cédula profissional  
367311.2.3 N.º de horas mensais de selecção  
28.00**1.3 Técnico(s) de Segurança e Higiene do Trabalho:**

1.3.1 Nome do(s) técnico(s) de Segurança e Higiene do Trabalho

Sara Miriam CorreiaSandra Cristina Cardeira Calado

1.3.2 N.º(s) Certificado de Actualização Profissional (CAP)

01120210EC601930709EC6**1.4 Director/Responsável dos Serviços:**

1.4.1 De Segurança

1.4.1.1 NIF

125060530

1.4.1.2 Nome

João AfonsoSimão Mendes

1.4.2 De Saúde

1.4.2.1 NIF

116828590

1.4.2.2 Nome

Helena Maria deSousa Gomes daSilva**1.5 Empregador:**

1.5.1 Nome do Empregador:

1.5.2 n.º autorização:

**1.6 Trabalhador Designado:**

1.6.1 Nome do Trabalhador Designado:

1.6.2 n.º autorização:

1.7 Nome do Representante do empregador para o acompanhamento dos serviços comuns/partilhados ou externos:

**2. No caso de Serviços Externos, Indicar denominação e número de identificação fiscal da(s) entidade(s) prestadora(s)**

2.1 Serviços de Segurança

2.2 Serviços de Saúde

**IV - ACTIVIDADE(S) DO(S) SERVIÇO(S) DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO****1. Foram organizados programas de prevenção:**

1.1 Programa de prevenção de riscos profissionais:

Sim ☒ Não ☐

1.2 Programa de promoção da saúde:

Sim ☒ Não ☐

1.3 Programa de vigilância de saúde:

Sim ☒ Não ☐**2. Foram realizadas Auditorias?**Sim ☐Não ☒**3. Foram realizadas Inspeções?**Sim ☐Não ☒



**APS**Administração  
dos Portos do Sines  
e do Algarve S.A.**4. Ações de informação, consulta, e formação aos trabalhadores****4.1 Informação aos trabalhadores sobre os riscos inerentes à sua actividade profissional**4.1.1 Foram realizadas acções de informação? Sim ☒ Não ☐

4.1.1.1 Situação contemplada	4.1.1.2 N° de acções realizadas	4.1.1.3 N° de destinatários
06	10	10
01	1	10

**4.2 Consulta aos trabalhadores na área da Segurança e Saúde no Trabalho**4.2.1 Foram realizadas acções de consulta? Sim ☐ Não ☒**4.3 Formação dos trabalhadores nos domínios da Segurança e Saúde no Trabalho**4.3.1 Foram realizadas acções de formação? Sim ☒ Não ☐

4.3.1.1 Código da situação contemplada	4.3.1.2 N° de acções realizadas	4.3.1.3 N° de participantes
10	1	H 0 M 2

**5. Identificação, avaliação e controlo dos factores de risco**5.1 Foram identificados factores de risco físico? Sim ☒ Não ☐

5.1.1 Código do agente	5.1.2 N° de trabalhadores expostos	5.1.3 N° de avaliações efectuadas	5.1.4 Códigos das medidas de prevenção adoptadas
01	H 0 M 0	2	01 12
02	H 0 M 0	2	12
05	H 0 M 0	1	12
06	H 14 M 0	1	02
09	H 2 M 0	0	00 05 10 12

5.2 Foram identificados factores de risco químico? Sim ☒ Não ☐

Código interno	Código EINECS(n° CE)	Identificação do agente	Menção ou base de risco	N° de trabalhadores expostos	N° de avaliações efectuadas	Códigos das medidas de prev. adoptadas
1873	271-258-7	Hidrocarbonetos, C1-8 gases de petróleo liquefeitos (Uma combinação complexa de hidrocarbonetos com n° de átomos de carbono predominantemente na gama de C1 até C8 e que estão no intervalo de temperatura de -56,4°C a -52°C/-1	R36	H 2 M 0	1	12 14
1873	271-258-7	Hidrocarbonetos, C1-8 gases de petróleo liquefeitos (Uma combinação complexa de hidrocarbonetos com n° de átomos de carbono	R36	H 2 M 0	1	12 14

Processado por computador RU v2.0

Página 4

Certificado: 24033UEV5578706

**APS**Administração  
dos Portos de Sines  
e do Algarve S.A.

<p><u>resíduos recolhidos na zona de C1 até C3 e que estão no intervalo de aproximadamente -164°C a -47°C</u></p>						
1873	271-258-7	Hidrocarbonetos C1-3 gases de petróleo líquidos flama combinação completa de hidrocarbonetos com n° de átomos de carbono padrão recolhidos na zona de C1 até C3 e que estão no intervalo de aproximadamente -164°C a -47°C	R23	H 2 M 1	1	12 14
1976	278-012-2	Óleos lubrificantes Óleo base não especificado	R24	H 2 M 1	1	05 11 12 14
9999	-	Outros agentes químicos não especificados	R7	H 2 M 1	1	11
9999	-	Outros agentes químicos não especificados	R22	H 2 M 1	1	11
9999	-	Outros agentes químicos não especificados	R23	H 2 M 1	1	05
9999	-	Outros agentes químicos não especificados	R24	H 2 M 1	1	12
9999	-	Outros agentes químicos não especificados	R25	H 2 M 1	1	14

5.3 Foram identificados factores de risco biológico? Sim ☒ Não ☐

5.3.1 Código do agente	5.3.2 Identificação do agente	5.3.3 Classificação do agente	5.3.4 Nº de trabalhadores expostos	5.3.5 Nº de avaliações efectuadas	5.3.6 Códigos das medidas de prev. adoptadas
1067	Legionella pneumophila	C.A.	H 14 M 5	3	06 13 14

5.4 Foram identificados factores de risco relacionados com a actividade, capazes de originar alterações do sistema músculo-esquelético? Sim ☒ Não ☐

5.4.1 Código do agente	5.4.2 Nº de trabalhadores expostos	5.4.3 Nº de avaliações efectuadas	5.4.4 Códigos das medidas de prevenção adoptadas
02	H 2 M 0	3	02 08
03	H 2 M 2	2	08
04	H 11 M 5	3	01 05 06
05	H 2 M 0	5	02 07 08
06	H 14 M 2	1	07
09	H 14 M 5	2	00 01 02 09

5.5 Foram identificados factores de risco Psicossociais e Organizacionais? Sim ☒ Não ☐

5.5.1 Código do agente	5.5.2 Nº de trabalhadores expostos	5.5.3 Nº de avaliações efectuadas	5.5.4 Códigos das medidas de prevenção adoptadas
01	H 8 M 8	1	01 05
04	H 14 M 8	2	02
07	H 2 M 2	1	01 05
09	H 11 M 8	2	02

5.6 Foram identificados outros factores de risco para a Segurança e Saúde no Trabalho? Sim ☒ Não ☐

5.6.1 Código do agente	5.6.2 Nº de trabalhadores expostos	5.6.3 Nº de avaliações efectuadas	5.6.4 Códigos das medidas de prevenção adoptadas
03	H 1 M 2	1	00
06	H 14 M 8	4	00 11 12 02
08	H 8 M 2	5	00
09	H 8 M 2	2	00 08
10	H 8 M 2	10	00 08 08
14	H 14 M 8	2	00 08
09	H 14 M 8	25	00 17 09

6. Promoção e vigilância da saúde

6.1 Foram realizados exames de admissão, periódicos e/ou ocasionais? Sim ☐ Não ☒

6.2 Foram realizados exames complementares? Sim ☐ Não ☒

6.3 Foram realizadas acções de imunização Sim ☒ Não ☐

6.3.1 Vacinas	6.3.2 Nº de inoculações	6.3.3 Nº de trabalhadores
02	2	2 2 2

6.4 Foram realizadas acções de promoção da Saúde no Trabalho? Sim ☐ Não ☒

**V - ACIDENTES DE TRABALHO E DOENÇAS PROFISSIONAIS**

1. Ocorreram acidentes de trabalho, no tempo de trabalho, com trabalhadores indicados no quadro I, questão 3.1.1? Sim ☐ Não ☒

2. Ocorreram acidentes de trabalho, no tempo de trabalho, com trabalhadores indicados no quadro I, questão 3.2? Sim ☐ Não ☒


3. Taxa de incidência dos acidentes de trabalho total e mortal, ocorridos com os trabalhadores indicados no quadro I questões 3.1.1 e 3.2


3.1 Taxa de incidência (Total AT) TIT = (Nº de AT Total/Nº total de trab.en I - 3.1.1 e I - 3.2) x 1000	=	
3.2 Taxa de incidência (AT Mortal) TMI = (Nº de AT mortal/Nº total de trab.en I - 3.1.1 e I - 3.2) x 1000	=	

4. Doenças Profissionais de participação obrigatória


4.1 Foram participadas doenças no ano? Sim ☐ Não ☒

4.2 Foram confirmadas doenças no ano? Sim ☐ Não ☒

<div style="float: right; border: 1px solid black; padding: 5px; text-align: left;"> <b>CERTIFICADO</b>                  Data e hora de entrega: 2015-04-13 16:17                  Chave de certificação: 30981JDS155163I             </div> <div style="clear: both;"></div>	
<b>ECT</b> INFORMAÇÃO SOBRE EMPREGO E CONDIÇÕES DE TRABALHO	 MINISTÉRIO DA ECONOMIA
<b>ANEXO E - GREVES</b>	
Ano de Referência: 2014	
<b>IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EMPREGADORA</b>	
Número de Identificação Fiscal (NIF): <u>501706925</u> Número de Identificação Segurança Social (NISS): <u>2000030669</u> Nome ou designação social: <u>APS - Administração dos Portos de Sines e do Algarve, SA</u>	
1. Existiram greves durante o ano de referência do relatório? <span style="float: right;">Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/></span> 2. Actividade económica principal (CAE) da entidade empregadora em 31 de Dezembro 3. Número de pessoas ao serviço na entidade em 31 de Dezembro 4. Número médio anual de trabalhadores por conta de outrem (TCO) na entidade	
<b>I. UNIDADE LOCAL (ESTABELECIMENTO) - Sede</b>	
Número de Unidade Local: <u>138001</u> Número de Identificação Fiscal (NIF): <u>501706925</u> Localização e contactos Morada: <u>Rua do Porto Industrial</u> Localidade: <u>Sines</u> Código Postal: <u>2920-901 Sines</u>	
1. Existiram greves na unidade local durante o ano de referência do relatório? <span style="float: right;">Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/></span> 2. Actividade económica principal (CAE) da unidade local em 31 de Dezembro 3. Número de pessoas ao serviço na unidade local em 31 de Dezembro 4. Número médio anual de trabalhadores por conta de outrem (TCO) na unidade local	
<b>II. GREVE</b>	

<div style="float: right; border: 1px solid black; padding: 5px; text-align: left;"> <b>CERTIFICADO</b>              Data e hora de entrega: 2015-04-13 16:17              Chave de certificação: 30981JDS155163I           </div> <div style="clear: both;"></div>	
<b>ECT</b> <small>INFORMAÇÃO SOBRE EMPREGO E CONDIÇÕES DE TRABALHO</small>	 <small>MINISTÉRIO DA ECONOMIA</small>
<b>ANEXO E - GREVES</b>	
<small>Ano de Referência: 2014</small>	
<b>IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EMPREGADORA</b>	
Número de Identificação Fiscal (NIF): <u>501209950</u> Número de Identificação Segurança Social (NISS): <u>20006304950</u> Nome ou designação social: <u>APS - Administração dos Portos de Sines e do Algarve, SA</u>	
1. Existiram greves durante o ano de referência do relatório?	Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/>
2. Actividade económica principal (CAE) da entidade empregadora em 31 de Dezembro	
3. Número de pessoas ao serviço na entidade em 31 de Dezembro	
4. Número médio anual de trabalhadores por conta de outrem (TCO) na entidade	
<b>II. UNIDADE LOCAL (ESTABELECIMENTO)</b>	
Número de Unidade Local: <u>1165060</u> Número de Identificação Fiscal (NIF): <u>501209950</u> Localização e contactos Morada: <u>Rua do Porto Industrial</u> Localidade: <u>Sines</u> Código Postal: <u>2501-203 Sines</u>	
1. Existiram greves na unidade local durante o ano de referência do relatório?	Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/>
2. Actividade económica principal (CAE) da unidade local em 31 de Dezembro	
3. Número de pessoas ao serviço na unidade local em 31 de Dezembro	
4. Número médio anual de trabalhadores por conta de outrem (TCO) na unidade local	
<b>III. GREVE</b>	

Processado por computador RU v2.0
Página: 2
Certificado: 30981JDS155163I

<div style="float: right; border: 1px solid black; padding: 5px; text-align: left;"> <b>CERTIFICADO</b>              Data e hora de entrega: 2015-04-13 16:17              Chave de certificação: 30981JDS155163I           </div> <div style="clear: both;"></div>	
<b>ECT</b> <small>INFORMAÇÃO SOBRE EMPREGO E CONDIÇÕES DE TRABALHO</small>	 <small>MINISTÉRIO DA ECONOMIA</small>
<b>ANEXO E - GREVES</b> <div style="text-align: right; font-size: small;">Ano de Referência: 2014</div>	
<b>IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EMPREGADORA</b>	
Número de Identificação Fiscal (NIF): <u>501206950</u> Número de Identificação Segurança Social (NISS): <u>7000506660</u> Nome ou designação social: <u>APS - Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A.</u>	
1. Existiram greves durante o ano de referência do relatório? <span style="float: right;">Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/></span> 2. Actividade económica principal (CAE) da entidade empregadora em 31 de Dezembro: 3. Número de pessoas ao serviço na entidade em 31 de Dezembro: 4. Número médio anual de trabalhadores por conta de outrem (TCO) na entidade:	
<b>II. UNIDADE LOCAL (ESTABELECIMENTO)</b>	
Número de Unidade Local: <u>1165061</u> Número de Identificação Fiscal (NIF): <u>501206950</u> Localização e contactos: Morada: <u>Rua do Porto Industrial</u> Localidade: <u>Sines</u> Código Postal: <u>7900-900 Sines</u>	
1. Existiram greves na unidade local durante o ano de referência do relatório? <span style="float: right;">Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/></span> 2. Actividade económica principal (CAE) da unidade local em 31 de Dezembro: 3. Número de pessoas ao serviço na unidade local em 31 de Dezembro: 4. Número médio anual de trabalhadores por conta de outrem (TCO) na unidade local:	
<b>III. GREVE</b>	

Processado por computador RU v2.0
Página: 3
Certificado: 30981JDS155163I